

Universidade de Lisboa  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**O Gabinete do Observatório da Cidade de Odivelas –  
Contributos para planear uma Comunidade Sustentável**

**Norberto Carlos Ribeiro Barata**

Relatório de Estágio orientado pela Professora Doutora Eduarda Marques da Costa e supervisionado pela Dr.<sup>a</sup> Paula Ganchinho

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Especialidade em  
Ordenamento do Território e Urbanismo

2016



Universidade de Lisboa  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**O Gabinete do Observatório da Cidade de Odivelas –  
Contributos para planear uma Comunidade Sustentável**

**Norberto Carlos Ribeiro Barata**

Relatório de Estágio orientado pela Professora Doutora Eduarda Marques da Costa e supervisionado pela Dr.ª Paula Ganchinho

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Especialidade em  
Ordenamento do Território e Urbanismo

Júri:

Presidente: Professor Doutor Jorge Pedro da Silva Pinto da Rocha do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;

Vogais:

-Professor Doutor Paulo António dos Santos Silva do Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

-Professor(a) Doutor(a) Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa



## Agradecimentos

De uma forma geral, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o bom funcionamento do meu estágio.

Dirijo em particular, o meu sincero reconhecimento à Câmara Municipal de Odivelas e especialmente ao Gabinete do Observatório da Cidade, à coordenadora de Gabinete Dr.<sup>a</sup> Paula Ganchinho e as Técnicas Superiores, Dr.<sup>a</sup> Catarina Abreu e Dr.<sup>a</sup> Sílvia Prudêncio por me integraram e prestarem todo o apoio e esclarecimento de dúvidas, nomeadamente no fornecimento de documentação interna, que em muito contribuíram para elaboração deste relatório de estágio.

A família merece sempre um lugar de destaque, pela paciência.

Por completo, agradeço a Prof. Eduarda Marques da Costa que esteve sempre comigo, apoiando-me nos momentos (menos bons) do percurso desta etapa.

Muito grato, pela confiança depositada em mim



## Resumo

O presente relatório de estágio, intitulado “O Gabinete do Observatório da Cidade de Odivelas - Contributos para planear uma Comunidade Sustentável” resultou do interesse suscitado sobre temáticas relacionadas com a sustentabilidade urbana em comunidades locais.

Neste âmbito, foi feita uma análise documental e foram identificados em dados oficiais, disparidades ao nível da população e das necessidades no domínio da habitação. Nesse sentido, foi estabelecido como modelo para o planeamento deste trabalho, os critérios definidos por Egan (2004) para o planeamento de Comunidades Sustentáveis.

Para essa finalidade, de forma a responder à principal questão desta investigação, desenvolveu-se um caso de estudo, realizando um inquérito aos residentes do bairro Quintinha da Arroja, que permitiu construir um conjunto de indicadores à escala de bairro permitindo assim, que fossem mensuráveis alguns aspetos relacionados com o bairro e os moradores. Estes dados, foram recolhidos no contexto das Comunidades Sustentáveis, considerando os domínios da Habitação e Ambiente Construído, Ambiente, Social e Cultural, Transportes e Conetividades e Governança Local.

Na sequência deste estudo, foi possível avaliar o grau de satisfação dos moradores, face às políticas no âmbito do projeto de Qualificação Urbana de determinadas áreas do município e permitiu ainda, definir um quadro de oportunidades no sistema das Comunidades Sustentáveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Comunidade Sustentável, Indicadores de Sustentabilidade, Monitorização





## Abstract

This internship report entitled “The Observatory’s Office of Odivelas City – Contributions to plan a Sustainable Community” has emerged from the interest related to the urban sustainability within local communities.

For this propose, an analysis documentary we could identify several disparities considering the total population statistical data and the housing needs. To support our work methodology the Egan (2004) criteria for Sustainable Communities planning were adopted.

To achieve our research goals, a case study was developed. As a research toll, a survey to the residents of bairro Quintinha da Arroja was taken. This survey allowed to build a set of indicators in a neighborhood perspective and to measure different parameters related to the local residents and the neighborhood. The collected data were analyzed considering the following domains: Housing and the Built Environment, Environment, Social and Cultural, Transport and Connectivity and Governance.

The study which is been reported made possible to assess the residents’ degree of satisfaction with the local urban requalification policies and also permitted to define a framework related to the opportunities concerning a sustainable community’s.

**Keywords:** Sustainable Development, Sustainable Community, Sustainability Indicators, Monitoring.



## Índice de conteúdos

Agradecimentos-----	i
Resumo-----	iii
Abstract-----	v
Índice de conteúdos-----	vii
Índice de tabelas-----	ix
Índice de figuras-----	xi
Parte. I-----	xiii
Introdução-----	1
Capítulo 1. O estágio no Gabinete do Observatório da Cidade-----	5
1.1 Apresentação a entidade acolhedora-----	5
1.2 Atividades desenvolvidas-----	6
Capítulo 2. Comunidades Sustentáveis – origens do conceito e os domínios de intervenção-----	11
2.1 Da globalização ao Desenvolvimento Sustentável-----	11
2.2 Urbanismo Sustentável-----	13
2.3 Novo Urbanismo-----	15
2.4 Comunidades Sustentáveis-----	20
2.4.1 O caso Escocês-----	26
2.4.2 O caso da Alemanha-----	27
Capítulo 3. A monitorização no processo de planeamento e o papel dos Observatórios-----	31
3.1 A monitorização-----	31
3.2 Os Observatórios-----	33
Parte. II-----	35
Capítulo 4. O Gabinete do Observatório da Cidade 2014-----	37
4.1 Organização da Câmara Municipal de Odivelas 2014-----	37
4.2 As competências do GOC 2014-----	39
4.3 O funcionamento do GOC 2014-----	41
Capítulo 5. Odivelas – Enquadramento na AML, documentos e estratégias-----	45
5.1 Enquadramento histórico e geográfico de Odivelas-----	45
5.2 Odivelas na Área Metropolitana de Lisboa-----	47
5.3 Análise sociodemográfica e habitacional das freguesias de Odivelas-----	51
5.4 Documentos e estratégias-----	64

5.5 As políticas para a Qualificação Urbana nas (AUGI) em Odivelas-----	66
Capítulo 6. O bairro Quintinha da Arroja - no caminho de uma Comunidade	
Sustentável-----	69
6.1 - Metodologia-----	69
6.2 Os habitantes da Quintinha da Arroja – percepções e vivências no bairro-----	72
Conclusão-----	97
Bibliografia-----	101
Anexos	
ANEXO I – Indicadores sociodemográficos das freguesias de Odivelas-----	105
Tabela I.1 – Evolução da população 2001/2011-----	106
Tabela I.2 – Variação da população por grupos etários 2001/2011-----	106
Tabela I.3 – Taxa de atividade 2011-----	106
Tabela I.4 – População residente 2011-----	107
Tabela I.5 – Distribuição da taxa de atividade por sexo 2011-----	107
Tabela I.6 – Distribuição por setores de atividade 2011-----	107
Tabela I.7 – Índice de Envelhecimento 2011-----	108
Tabela I.8 – Taxa de analfabetismo 2011-----	108
Tabela I.9 – Taxa de emprego 2011-----	108
Tabela I.10 – N° de edifícios nas freguesias 2011-----	109
Tabela I.11 – Dimensão média das famílias 2011-----	109
Tabela I.12 – N° de fogos por edifício 2011-----	109
Tabela I.13 – População residente com nível de qualificação superior 2011-----	109
ANEXO II – 1º Guião de entrevista à coordenadora do Observatório da Cidade	
Dr.ª Paula Ganchinho em 14/06/2014-----	111
ANEXO III– 2º Guião de entrevista à coordenadora do Observatório da Cidade	
em Junho de 2015-----	115
ANEXO IV – Inquérito aos residentes do bairro Quintinha da Arroja 2015/2016	
-----	117
ANEXO V – Empresas por setor de atividade 2012-----	123
Mapa 1 – Empresas do Setor Primário 2012-----	124
Mapa 2 – Empresas do Setor Secundário 2012-----	125
Mapa 3 – Empresas do Setor Terciário 2012-----	126
ANEXO VI – Orientação Estratégica para o desenvolvimento de Odivelas 2009	
Domínios das Comunidades Sustentáveis e os indicadores-----	127
Quadro 1 – Relação, orientação estratégica e os indicadores-----	128

## Índice de tabelas

Tabela 1- Cronograma das atividades no decorrer do Estágio-----	5
Tabela 2 – Domínios analisados pelo documento do “ Observatório da Cidade - Panorama do Concelho de Odivelas – Estudo Prévio”-----	6
Tabela 3 – Grupos de Informação-----	8
Tabela 4 – Fluxo de tratamento da informação-----	8
Tabela 5 – Indicadores do município cartografados no decorrer do estágio no GOC 2014-----	9
Tabela 6 – Componentes e fatores de sustentabilidade para as comunidades por Egan (2004) -----	23
Tabela 7 – Indicadores de sustentabilidade por Egan (2004)-----	25
Tabela 8– Síntese do modelo de planeamento para o desenvolvimento Sustentável de Kronsberg-----	30
Tabela 9– Atribuições dos Observatório do Desenvolvimento e Planeamento Territorial-----	35
Tabela 10– Competências do GOC 2014-----	40
Tabela 11– Estrutura do Observatório 2014-----	40
Tabela 12– Metodologia do GOC-----	42
Tabela 13– Percentagem de residentes (1991-2001 e 2011) e Variação da População dos vários Concelhos da AML Norte no período 1991/2001 e 2001/2011-----	48
Tabela 14– Dimensão média das famílias, percentagem de jovens (menos de 15 anos) e percentagem de idosos (65 e mais anos) no período 2001/2011-----	49
Tabela 15– Índice de Envelhecimento geral no período 2001/2011-----	49
Tabela 16– Índice de rejuvenescimento da população ativa 2001/2011 -----	49
Tabela 17– Percentagem de população residente na AML sem nível de escolaridade e com ensino secundário 2001/2011-----	50
Tabela 18– Residentes nas freguesias de Odivelas-----	51
Tabela 19– Evolução da população em Odivelas 2001/2011-----	53
Tabela 20– Famílias e alojamentos em Portugal 2011-----	54

Tabela 21– Famílias, alojamentos e edifícios nas freguesias de Odivelas	
2011-----	54
Tabela 22– Total de AUGI intervencionadas no Concelho de Odivelas -----	67
Tabela 23– Tipologia das AUGI do Concelho de Odivelas 2011-----	68
Tabela 24– Estrutura do Inquérito aos residentes da Quintinha da Arroja 2015-----	71

-

## Índice de figuras

Figura 1 – Dimensões do Desenvolvimento Sustentável-----	12
Figura 2– Processo de intervenção de uma área a escala de pequenos edifícios em (Washington D.C.)-----	19
Figura 3 – Diagrama com as componentes desenvolvidas por Egan2004-----	22
Figura 4– Bairro Verde projeto Craigmillar-----	27
Figura 5– Malha urbana da cidade de kronsberg-----	28
Figura 6– Monitorização de indicadores de resultados do desenvolvimento Sustentável da Escócia 1999/2004-----	32
Figura 7– Organigrama do Município de Odivelas 2014-----	38
Figura 8– Equipamentos desportivos 2013 por tipologia-----	44
Figura 9– Hipsometria de Odivelas-----	46
Figura 10– Unidades administrativas da A M L-----	47
Figura 11– Percentagem de homens e mulheres em Odivelas 2011-----	50
Figura 12– Densidades demográficas das freguesias de Odivelas 2011 -----	52
Figura 13– O panorama da habitação e população em Odivelas 2011-----	55
Figura 14– Odivelas-----	56
Figura 15– Pontinha e Famões-----	58
Figura 16– Caneças e Ramada-----	60
Figura 17– Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião-----	62
Figura 18– Modelo de desenvolvimento territorial de Odivelas 2009-----	64
Figura 19– Os sete pontos fundamentais da orientação estratégica-----	65
Figura 20– O bairro Quintinha da Arroja-----	70
Figura 21– Dimensão dos agregados familiares-----	72
Figura 22– Estrutura etária dos inquiridos-----	73
Figura 23– Repartição dos elementos da amostra por género-----	73
Figura 24– Grupos etários repartidos por género-----	74
Figura 25– Grau de instrução dos inquiridos-----	74
Figura 26– Situação profissional-----	75
Figura 27– Ramos de atividade-----	76
Figura 28– Grau de instrução por situação profissional-----	77
Figura 29– Regime de propriedade-----	77
Figura 30– Tipologia das residências-----	78

Figura 31– Tipologia das residências e Regime de propriedade-----	78
Figura 32– Estado de conservação da habitação-----	79
Figura 33– Obras de Conservação-----	80
Figura 34– Classificação da área de residência pelos moradores-----	81
Figura 35– Atividades em movimentos associativos-----	82
Figura 36– Aspetos positivos do bairro – perspetiva dos residentes-----	84
Figura 37– Aspetos positivos por grupo etário dos residentes-----	85
Figura 38– Aspetos negativos do bairro – perspetiva dos residentes-----	85
Figura 39– Aspetos negativos por grupo etário dos residentes-----	86
Figura 40– Parques Municipais-----	87
Figura 41– Frequência de utilização de parques e jardins-----	87
Figura 42– Tempo de utilização de espaços verdes e parques públicos-----	88
Figura 43– Frequência de utilização de espaços verdes e parques públicos por grupo etário-----	88
Figura 44– Classificação da Qualidade de vários itens do bairro-----	90
Figura 45– Avaliação de desempenho serviços em geral-----	91
Figura 46– Avaliação da população ao desempenho dos serviços em geral por grau de instrução-----	92
Figura 47– Melhorias importantes para fazer de um lugar bom para viver-----	93
Figura 48– Satisfação com o seu bairro para viver-----	94
Figura 49– Felicidade individual-----	94
Figura 50– Felicidade individual por Satisfação em viver no bairro-----	95



# PARTE I



## **Introdução**

O presente relatório foi elaborado no âmbito da unidade curricular de Estágio de Investigação integrado no 2º ano do Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, especialização em Ordenamento do Território e Urbanismo do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL).

O estágio decorreu no período compreendido entre 1 de Abril a 30 junho de 2014, nas instalações da Câmara Municipal de Odivelas, designado em diante por CMO no Gabinete do Observatório da Cidade - GOC.

O GOC constitui-se como uma Unidade Orgânica de apoio técnico aos órgãos Municipais da CMO e está sob a coordenação técnica da Dr.<sup>a</sup> Paula Ganchinho. O GOC tem por objetivo a dinamização de investigação em diversas áreas através da elaboração de estudos que consubstanciam o diagnóstico do Concelho de Odivelas, desenvolvendo alguns estudos, em articulação com instituições de ensino superior.

A escolha deste local para a realização do estágio deve-se ao facto do GOC ser o único gabinete a nível nacional, constituído como Observatório de Cidade, existente numa Câmara. Uma vez que uma das funções dos Observatórios é a adaptação de métodos e indicadores a escalas territoriais específicas (ORLVT, em <http://orlvtt.ccdr-lvt.pt/ODSRender/HomeScreen>, Março de 2014), pareceu ser um desafio relevante, integrar este projeto de investigação nos projetos já em curso do GOC, possibilitando deste modo, a conjugação de sinergias.

Pretendeu-se investigar a temática da “Sustentabilidade” com base no conceito de Comunidade Sustentável desenvolvido por Egan (2004) aplicando os indicadores desenvolvidos para este efeito. Importa referir que o conceito de Comunidade Sustentável valoriza a dimensão social de bairro, bem como a complexa estrutura de interações, atividades e fluxos que caracterizam esse ambiente Fumega (2009). O conceito de Comunidade Sustentável surge neste trabalho como um instrumento de planeamento à escala local.

A análise das Comunidades Sustentáveis, desenvolvidas por Egan (2004) compreende uma pesquisa a várias dimensões interrelacionadas, nomeadamente, Económica, Governança, Social e Cultural, Habitação e Ambiente Construído, Ambiente, Serviços e Transportes e Conectividades.

Egan e a sua equipa desenvolveram também um sistema de indicadores específicos para avaliar a sustentabilidade das comunidades, sendo uns de carácter subjetivo e

outros objetivos. Relativamente a escolha de indicadores, Egan (2004) propõe os seguintes: seletividade, objetividade na recolha de dados e rigor na aplicação de conhecimento já adquirido anteriormente.

De acordo com este método, o presente trabalho procurou verificar alguns aspetos subjetivos, dado que a utilização de indicadores subjetivos “[...] está relacionada com a perceção da comunidade em relação a temas como a segurança, a limpeza, os espaços públicos, a educação, entre outros” (Louro, 2011:59).

Desta forma, delineou-se a seguinte questão de partida que funcionou como fio condutor de toda a investigação.

*Em que medida o GOC, através da recolha e análise de vários indicadores relativos a diferentes dimensões, contribui para a construção e acompanhamento de Comunidades Sustentáveis na sua área geográfica?*

Assim sendo, foi delineado o seguinte objetivo geral:

Propor um conjunto de indicadores que permitam analisar a sustentabilidade das comunidades locais em várias dimensões, podendo vir a ser utilizado no futuro pelo GOC.

Identificar fatores críticos no território de Odivelas no que diz respeito à população, habitação e às dinâmicas sociais, através da análise de um conjunto de indicadores a serem incluídos no Observatório da Cidade.

Deste objetivo, foram estipuladas como tarefas principais:

1. Discutir o conceito de Comunidade Sustentável nas suas várias dimensões como instrumento de planeamento à escala local;
2. Apresentar e descrever o papel dos Observatórios no contexto do planeamento à escala local. Neste contexto, salientar o caso do GOC, no seu quadro de competências municipais;
3. Desenvolver um diagnóstico da situação de Odivelas no que diz respeito às dimensões demográfica e habitacional, que permita identificar as disparidades existentes nas várias freguesias;
4. Encontrar indicadores que permitam refletir sobre a sustentabilidade das comunidades à escala de bairro em distintas dimensões – essa análise desenvolve-se no bairro Quintinha da Arroja.

O presente relatório encontra-se organizado em duas partes, ambas divididas em capítulos e subcapítulos.

Na Parte I, desenvolve-se uma revisão bibliográfica e descrevem-se as atividades realizadas no estágio. Na componente teórica, discutem-se o conceito de Comunidade Sustentável, os instrumentos de planeamento e o papel dos Observatórios de Ordenamento Territorial, tomando como referência o GOC. Na Parte II, são realizados e apresentados os estudos sociodemográficos ao nível das freguesias e uma análise à documentação interna da CMO. Inclui ainda, o estudo de caso relativo ao bairro Quintinha da Arroja.

Assim, na Parte I, para além da presente introdução, estão incluídos os Capítulos 1,2 e 3.

No Capítulo 1, que se intitula “O Estágio no Gabinete do Observatório da Cidade”, são descritas as atividades desenvolvidas no estágio durante esta investigação destacando-se a construção de cartografia georreferenciada.

O Capítulo 2 denomina-se “Comunidades Sustentáveis - das origens do conceito aos domínios de intervenção” e é apresentada uma reflexão sobre o conceito de Comunidade Sustentável, sendo descrito um historial dos movimentos associados ao conceito e fornecidos exemplos desta conceção aplicados ao planeamento urbano em cidades europeias.

No Capítulo 3, “Monitorização no processo de planeamento e o papel dos Observatórios”, são enumeradas algumas características da monitorização associada à importância de indicadores. Do mesmo modo, são descritas algumas características de operacionalização dos Observatórios de Planeamento Territorial.

Na Parte II, desenvolve-se a vertente empírica ao longo dos Capítulos 4, 5 e 6 e, no fim, são apresentadas considerações finais numa secção de conclusão.

O capítulo 4 centra-se na CMO, local escolhido para realização do estágio abordando o modo de funcionamento da administração local a que se segue um subcapítulo, realizado a partir da análise de duas entrevistas à coordenadora do Observatório, onde se procurou caracterizar a constituição, atividades e metodologia de trabalho desta Unidade Orgânica.

O Capítulo 5, denominado “Odivelas - Enquadramento na AML, documentos e estratégias” apresenta o enquadramento histórico e geográfico do território. Nos seus subcapítulos, é evidenciada uma análise sociodemográfica das freguesias

complementada pela síntese dos documentos da CMO no sentido de identificar as estratégias de desenvolvimento local e de políticas definidas no contexto de Requalificação Urbana de áreas sujeitas ao processo de combate ao clandestino nas designadas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).

No Capítulo 6 apresenta-se " O bairro Quintinha da Arroja – no caminho de uma Comunidade Sustentável". Inicia-se com a descrição da metodologia e localização da área de estudo, seguida do subcapítulo "Os habitantes da Quintinha da Arroja - percepções e vivências no bairro" onde é apresentado o resultado da análise dos indicadores obtidos a partir do inquérito, direcionado às famílias do bairro Quintinha da Arroja. Na definição dos indicadores, procurou-se ter em conta os princípios delineados por Egan (2004) no planeamento de Comunidades Sustentáveis.

Como base operacional, foi considerado um bairro separado do centro da freguesia de Odivelas, onde se insere um núcleo de habitação maioritariamente Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) envolvendo um núcleo reduzido de habitação municipal. A área em questão, foi sujeita ao processo de combate a proliferação do clandestino, por intermédio de urbanização de lotes.

Foram consideradas como fonte de dados os Anuários Estatísticos 2001/2011 da Região de Lisboa os Resultados Definitivos dos Censos 2011, elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o documento do GOC (2014) "Observatório da Cidade – Panorama do Concelho de Odivelas – Estudo Prévio". Considerou-se ainda o documento Base Geográfica de Referência de Informação (BGRI), também elaborado pelo INE e as diversas bases de dados, cedidos pelo GOC, disponibilizados em articulação com os SIG da CMO. Toda a informação retratada encontra-se à escala de freguesia no atual quadro administrativo do município.

Quanto à recolha de dados, combinaram-se métodos qualitativos e quantitativos. Paralelamente, efetuou-se uma pesquisa focalizada em documentos municipais e uma leitura das publicações da CMO nas áreas de Urbanismo, Habitação, Demografia e estudos do Observatório da Cidade. O intuito era aprofundar o conhecimento das problemáticas associadas ao desenvolvimento nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) e da habitação no geral.

## Capítulo 1. O Estágio no Gabinete do Observatório da Cidade 2014

O Gabinete do Observatório da Cidade constituiu-se como uma Unidade Orgânica de apoio técnico aos órgãos municipais, da CMO. Presentemente, este é o único Gabinete de um Organismo Municipal, estabelecido como Observatório de Cidade. A familiarização com as atividades do GOC, no decorrer do estágio, permitiu o acesso à documentação existente, possibilitando assim, adquirir um conhecimento mais profundo da realidade de Odivelas, relativamente aos domínios analisados por esta Unidade Orgânica. Tal facto abriu caminho para um exame mais detalhado no território de Odivelas, das designadas, Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) bem como sobre as áreas que foram alvo do Programa Especial de Realojamento (PER).

Mais adiante, será feita uma contextualização sobre o GOC, destacando a sua missão na autarquia de Odivelas.

### 1.1 Apresentação à Entidade Acolhedora.

O estágio teve início no dia 27 de Março de 2014 pelas 14h nas instalações da CMO no GOC, sito na Av. Amália Rodrigues, n.º 20 piso 3, Urbanização da Ribeirada em Odivelas.

Procedeu-se a uma pequena reunião, onde estiveram presentes a supervisora do estágio e coordenadora do GOC Dr.<sup>a</sup> Paula Ganchinho, as Técnicas Superiores Dr.<sup>a</sup> Sílvia Prudêncio e Dr.<sup>a</sup> Catarina Abreu e, Norberto Carlos Ribeiro Barata na qualidade de estagiário, que permitiu iniciar às atividades conforme tabela 1, acordados em sede de protocolo e plano de trabalhos estabelecido com o GOT e a orientadora, Prof. Doutora Eduarda Marques da Costa.

Março 2014	Abril e Maio 2014	Junho 2014
Leitura e familiarização com a documentação interna da CMO/GOC: <b>Observatório da Cidade- O panorama do Concelho de Odivelas – Estudo Prévio (2014)</b>	Leitura crítica aos indicadores do documento do GOC (2014); Apresentação de resultados; Compilação de informação e tratamento de variáveis; Apresentação dos resultados obtidos.	Compilação de informação e tratamento de variáveis; Rigorosa leitura ao capítulo “Habitação, Transportes e Urbanismo” para enquadramento com a temática Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI); 1º entrevista à coordenadora do GOC.

**Tabela 1-** Cronograma das atividades no decorrer do Estágio

## 1.2 Atividades desenvolvidas no estágio

Os trabalhos iniciaram-se com uma rigorosa leitura crítica ao documento do GOC (2014) intitulado “Observatório da Cidade - Panorama do Concelho de Odivelas – Estudo Prévio”, de forma a ser possível a familiarização com as atividades e o tipo de documentação interna da CMO.

Este documento reflete o trabalho do GOC, cujo objetivo é fazer a compilação, a análise e monitorização da informação sobre o Concelho de Odivelas e devolver o diagnóstico aos decisores políticos, com vista à elaboração de estratégias de intervenção de acordo com as necessidades efetivas dos munícipes (P. Ganchinho entrevista pessoal em 14 de Junho de 2014).

Como atividade realizada no decorrer do estágio, foram analisados vários capítulos do documento referente aos domínios analisados e sugeridas recomendações, relativas a visualização dos mesmos, por intermédio de mapas (ver tabela 2).

Demográficos	Cultura
Ação Social	Desenvolvimento Económico
Saúde	Urbanismo Habitação e Transportes
Atividade Física	Ambiente
Educação	Segurança

**Tabela 2** - Domínios analisados pelo documento “Observatório da Cidade - Panorama do Concelho de Odivelas – Estudo Prévio”.

Fonte: GOC (2014)

No seguimento desta análise, procedeu-se à elaboração de um documento auxiliar, intitulado “Análise ao documento - “Observatório da Cidade - Panorama do Concelho de Odivelas - Estudo Prévio” onde foram apresentados os resultados do trabalho desenvolvido em torno do referido documento. Assim, com a finalidade de analisar a dinâmica populacional do Concelho no domínio Demografia, foram construídos mapas cartografados com as densidades populacionais por freguesia e gráficos complementar contendo indicadores do município como resultado de um processo de análise à escala de freguesia.



Uma vez que no documento “Observatório da Cidade – Panorama do Concelho de Odivelas – Estudo Prévio”, a maior parte das tabelas analisadas tinham series referentes aos últimos anos de (2009/2010/2011), propôs-se a sua ampliação/atualização.

Os cálculos de índices e taxas ao nível das atuais freguesias foram recalculados com base na pesquisa de indicadores efetuados no Instituto Nacional de Estatística. Foi apenso o indicador, Índice de rejuvenescimento da população ativa, pois permitia verificar as condições de sustentabilidade e rejuvenescimento da população ativa no Concelho.

Do mesmo modo, foram elaborados gráficos como elementos de auxílio às tabelas existentes no relatório do GOC. Simultaneamente foi desenvolvido um quadro resumo, com indicadores correspondentes aos últimos três anos.

No final deste processo, foi elaborado pelo GOC um relatório resumido das atividades do Observatório com indicadores de relevância, onde foram apensos os gráficos e mapas cartografados e anteriormente desenvolvidos para esse efeito. Este documento foi apresentado aos conselheiros do GOC em 2014, num encontro designado “Tea Meeting”.

No decorrer do estágio no GOC, foi ainda estabelecido como tarefa complementar, a análise aos indicadores na dimensão Urbanismo e Habitação com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento das (AUGI) no município de Odivelas.

A realização de cartografia temática estabeleceu-se em articulação com os SIG da CMO.

De realçar que, para a construção de mapas, a manipulação da ferramenta Arcgis 10.0 constituiu uma mais-valia no estágio de investigação, tendo sido usada respeitando os princípios apreendidos sobre realização de cartografia temática.

A procedência de informação utilizada para elaboração de todo o trabalho desenvolvido, pode ser classificada em três grandes grupos (ver tabela 3).

Grupos	Temas	Tipo	Fonte
Informação de Contexto	Limites Concelho	Poligonal	CMO/GOC
	Limites Freguesia	Poligonal	CMO/GOC
	Limites AML	Poligonal	CMO/GOC
	Toponímia de Lugar	Poligonal	CMO/GOC
Informação estruturante	Eixos de Via	Linear	CMO/GOC
	Património	Pontual e Poligonal	CMO/GOC
	Edificado	Poligonal	CMO/GOC
	BGRI	BGRI	INE
	Altimetria	Poligonal	CMO/GOC
Informação Derivada	Modelo Digital	Matricial	CMO/GOC

**Tabela 3** - Grupos de Informação

Com a finalidade, de obter informação validada, para elaboração de mapas, de acordo com o GOC, foram estabelecidos vários momentos distintos (ver tabela 4)

**Tabela 4** - Fluxo de tratamento da informação

Para estudar a dinâmica empresarial, ou seja, o estudo evolutivo das empresas na sua área geográfica, foi adquirido pelo GOC em 2014, o ficheiro “Listagem de Empresas DCFS”, 2012 junto do GEE/ME - Quadro de pessoal (Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia), para integrar o estudo relativamente ao domínio do Desenvolvimento Económico em Odivelas. Assim, procedeu-se à classificação de toda a informação de base do ficheiro “Listagem de empresas DCFS” (2012) por setores de atividade, de acordo a CAE Rev. 3 do INE num universo de cerca de 2424 empresas com sede no Concelho de Odivelas.

No setor primário agruparam-se todas as empresas do setor primário, segundo a CAE Rev. 3 do INE, de agricultura, pesca e caça. Do mesmo modo, no setor secundário, todas as empresas dos ramos das indústrias transformadoras (roupas, máquinas, automóveis, casas, etc.) Por fim, no setor terciário, todas as empresas de comércio e

serviços prestados a terceiros com finalidade económica e social (comércio, serviços informáticos, seguros, transportes, saúde, telecomunicações, administrativos e bancários). No final deste processo, como instrumentos auxiliares, por fornecerem uma leitura territorializada dos recursos existente no município, foram elaborados mapas com os estabelecimentos por setores de atividade económica (Anexo V) bem como outras variáveis pesquisadas pelo GOC.

Na tabela 5 estão os diversos domínios, e a apresentação dos resultados do acompanhamento de informação recolhida, no decorrer do estágio.

Domínio	Informação até 2012	Cartografia Georreferenciada	Informação a partir de 2013	Cartografia Georreferenciada
Demográficos	*		→	Densidades
Ação Social	*	Apoio social		
Saúde	*		→	Aces- loures Odivelas
	*		→	Farmácias
Atividade Física			→	Equipamentos desportivos
Educação			→	Escolas
			→	Agrupamento de Escolas
Cultura	x		x	
Desenvolvimento Económico	*	Empresas	→	Empresas
Urbanismo Habitação e Transportes	x		x	
Ambiente	*	Ecopontos		
	x	Espaços verdes	x	
Segurança	*	Forças de segurança		

Legenda: (\*) – Última informação (x) – Ausência de informação (→) – Acompanhamento de informação

**Tabela 5** - Indicadores do município cartografados no decorrer do estágio no GOC (2014)



## **Capítulo 2. Comunidades Sustentáveis - As origens do conceito e os domínios de intervenção**

### **2.1 Da globalização ao Desenvolvimento Sustentável**

O crescimento rápido das cidades em área e população, em condições socioeconómicas desfavoráveis, conduziu a uma deterioração da vida urbana e do meio ambiente e, por conseguinte, houve a necessidade urgente de se estabelecerem medidas para combater o crescimento desequilibrado das cidades e responder aos novos desafios da globalização.

É neste contexto que é estabelecido o conceito de Desenvolvimento Sustentável pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) no relatório "O Nosso Futuro Comum" (WCED,1987).

Para uma melhor compressão deste processo, é essencial entender a importância do processo de globalização no desenvolvimento das cidades.

Citados por Fumega (2009) Haughton e Hunter (1996) identificaram 5 fases principais: fase Primária, fase Agrícola, fase Urbana, fase urbana-Industrial e fase de Interdependência Mundial. Destacaram a importância da fase Urbana-Industrial, devido ao desenvolvimento do comércio global iniciado por alguns países europeus e à noção de acumulação de capital e de riqueza associada a uma maior mecanização da produção, consumo de energia e a uma diversidade de inovações.

“A globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (Santos,1997:108).

Para compreender em que consiste este fenómeno e neste sentido, perceber algumas noções relacionadas com este conceito Cohen (2005) destaca alguns aspetos inerentes a este processo, tais como: mudança, quer do conceito de espaço como de tempo, o aumento do volume das interações culturais, a comunhão dos problemas que se apresentam aos habitantes, as redes de intervenientes e organizações transnacionais, a sincronização de todas as dimensões envolvidas na globalização, e o crescimento das interligações e interdependências.

Se, para os autores referenciados, o mundo é cada vez mais um espaço de fluxos, interações e interligações, então o cenário que poderá estar patente nas sociedades é uma abertura crescente a novas culturas, novos povos, novos costumes e novas realidades.

Assim, numa visão diferente para a geografia, a questão da territorialidade é muito proeminente, pois é dentro do espaço geográfico urbano que se processa toda Globalização, pois como refere Salgueiro “Todos nos importam mas principalmente os que se concentram nas áreas urbanas ou que trazem gente de fora para a cidade, contribuindo para o aumento da diversidade das populações urbanas.” (2006:11).

Para responder aos desafios da Globalização, em teoria, expressa no relatório Brundtland, o Desenvolvimento Sustentável é o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras também atenderem as suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Importa referir que o relatório “O nosso futuro comum” definiu linhas de orientação para um debate sobre outras formas de governança das cidades de crescimento económico, que respeitassem a dimensão ambiental, contribuíssem para a coesão socio económica e preservassem a questão cultural, no sentido de articular estratégias urbanas e regionais que permitissem o desenvolvimento equilibrado das cidades (ver figura 1).



**Figura 1-** Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: adaptado de Correia & Madeira (2008:4)

A Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi o local onde pela primeira vez os líderes mundiais discutiram este problema. Uma das medidas mais importantes que resultaram desta Cimeira foi a criação da Agenda 21 local, onde são abordados os problemas urbanos e regionais.

Os Governos foram aconselhados a delegar a decisão para um nível mais baixo de autoridade pública, compatível com a ação e abordagem efetiva. A participação da comunidade é um fator importante na Agenda 21 local e suportado em todas as fases, por abordagens multidisciplinares e abrangentes.

## 2.2 Urbanismo Sustentável

Os princípios de Comunidade Sustentável estão subjacentes à ideia do Urbanismo Sustentável. Não existe uma definição comum para o conceito Urbanismo Sustentável, no entanto convém esclarecer que Farr (2008) classifica o Urbanismo Sustentável, afirmando que é um urbanismo com uma trajetória integrada com edifícios e infraestruturas de elevado desempenho. Os princípios que fornecem os pilares filosóficos e práticos deste conceito são apresentados por Farr (2008) em Fumega (2009) como sendo, um crescimento inteligente, novo urbanismo e edifícios verdes. Embora Urbanismo Sustentável e Comunidade Sustentável partilhem os mesmos interesses em termos económicos e sociais, são os aspetos relacionados com os impactos ambientais, que diferem no percurso do seu desenvolvimento e da sua afirmação.

Importa referir que existem aspetos que estão relacionados com os meios urbanos e os aspetos relacionados com impactos ambientais, Haughton e Hunter (1996) em Fumega (2009:68), identificaram aspetos que contribuem para o impacto ambiental negativo nas cidades, nomeadamente: a elevada concentração de populações urbanas, que contribuí para um maior consumo provocando impactos ambientais à escala regional; a acumulação de diferentes camadas históricas, sociais e económicas têm contribuído para um ambiente urbano mais frágil; e a dependência do automóvel, é uma das causas para o declínio das cidades. Para Fumega (2009), a dimensão espacial desses problemas consiste num dos grandes desafios para as autoridades locais.

Todavia, as unidades de vizinhança definidas por Clarence Perry (1923) em Fumega, (2009:63), sustentavam aspetos fundamentais na aplicabilidade deste conceito, pois estas consideravam, “[...] a importância do centro em volta de um bairro ajuda na criação de uma rede social finita, definida pela dimensão circunscrita ao bairro”.

Farr (2008:7-8) caracterizou 4 aspetos igualmente fundamentais na aplicabilidade do conceito Urbanismo Sustentável:

- Compactidade pela importância, da relação com o uso do automóvel, interação social, diversidade comercial, melhoria do sistema de transporte público e meio ambiente, ao usar menos terra para construção de estradas e casas;
- Integralidade, pela capacidade de um bairro em fornecer ao residente tudo o que necessita num tempo curto, ampliando a variedade de usos da terra, e construção de tipos de habitação;
- Biofilia, pela interdependência dos humanos com o sistema natural, através da introdução de luz e ar dentro de casa, promoção de vida ao ar livre, desenvolvendo percursos pedestres, expansão de parques, bem como o uso de elementos naturais ao redor da cidade;
- Por fim, a conectividade, pelas possibilidades que proporciona, o andar a pé e de bicicleta para aceder aos transportes e chegar a outros destinos pelas oportunidades de circulação nas ruas por crianças e idosos, promovendo a interação social, comercial e habitabilidade do bairro.

Contudo Guerra salienta que “[...] é preciso fomentar, em todas as escalas, uma maior coerência entre o que pensamos e o que fazemos, e o que queremos fazer, entre outros. O discurso dos princípios não podem substituir o confronto política, económico e moral, sobre as atuais condições de vida e de exercício da política social e isso exige condições muito concretas” (2000:53). Esta visão aponta no sentido de “uma governação urbana com coordenação dos diferentes atores do território em diferentes escalas tornando a cidade mais eficaz para os cidadãos, graças à motivação de um público em geral para a consciencialização dos seus direitos e deveres” (Correia & Madeira, 2008:3).



### 2.3 Novo Urbanismo

Segundo Fumega, “nas décadas de 80 e 90, surgiram movimentos urbanos em favor de um Desenvolvimento Sustentável, como o Smart Growth e o Novo Urbanismo” (2009:2).

O movimento ‘Smarth Growth’ teve a sua origem nos E.U.A na década de 70. Foram criados, nessa altura, programas contendo políticas ambientais, que contemplavam vários organismos com leis, que tinham como função proteger o ambiente a partir de áreas urbanas. No entanto, foi sobretudo nos critérios usados para a análise e alocação de equipamentos públicos em áreas urbanas que este programa foi inovador. Os dez princípios para sintetizar a ação deste movimento foram bastante úteis para unir os cidadãos e os órgãos de gestão. Contudo, a política adotada de apoiar pequenos projetos com pouca divulgação conduziu a uma pouca afirmação deste conceito e a um entendimento vago dos seus princípios. No entanto, é de salientar que a política ambiental enquadrada no ‘Smarth Growth’ anda hoje é seguida nos EUA (Fumega, 2009).

O movimento do “Novo Urbanismo” reporta-se ao início dos anos 80. No início da década de 90, um conjunto de arquitetos desenvolveu uma série de princípios de carácter comunitário a serem usados no planeamento urbano, dando origem à “Carta do novo urbanismo”. Este movimento estabeleceu-se como sendo uma nova resposta a políticas de planeamento antiquadas e desajustadas à realidade que, segundo os seus defensores, são as responsáveis pela situação de “insustentabilidade urbana”. De acordo com Fumega (2009) o cerne da questão deste movimento centra-se nos subúrbios. O desapontamento com estas áreas leva a que pessoas e negócios estejam constantemente a mudar de localização, o que origina um ciclo insustentável. São necessárias novas leis e políticas que impeçam que os erros cometidos anteriormente sejam repetidos, ou seja, apostar na recuperação nas áreas antigas das cidades na sua competitividade, desenvolvendo planos que limitem a extensão das regiões metropolitanas, e implementação de novas formas de transporte. Assim na carta para o Novo Urbanismo os especialistas sustentam que:

“Defendemos a reabilitação dos centros urbanos existentes e cidades de acordo com uma área metropolitana coerente, reconfiguração da dispersão suburbana em comunidades de verdadeiros bairros e áreas diversificadas, conservação do ambiente natural e preservação da herança construída” (CNU, 2000:7 em Fumega, 2009:71).

Importa referir que, foram destacados na CNU aspetos da vida urbana considerados importantes, que segundo este movimento, através da recuperação do sentido de comunidade, pode potencializar respostas para problemas como o crime, a educação e o emprego, o que por sua vez é essencial na escala de atuação que enquadra a região.

Neste âmbito os especialistas defendem que:

“As soluções físicas (que se prendem com a construção) não se resolvem por si. Os problemas sociais e económicos, assim como a vitalidade económica, estabilidade comunitária, e saúde ambiental não podem ser sustentados sem um enquadramento físico coerente” (CNU, 2000:8 em Fumega, 2009:72). Em linhas gerais, o Novo Urbanismo reconhece que o enquadramento e a conceção dos planos requerem novas políticas públicas e novas práticas imobiliárias de investimento assentes na diversidade dos bairros em termos de população e usos.

Este princípio sustenta ainda que, “ [...] as cidades devem ser moldadas por espaços públicos e instituições comunitárias fisicamente bem definidos e universalmente acessíveis. Os espaços urbanos devem ser enquadrados por arquitetura e desenho paisagístico que celebrem a história local, clima, ecologia e prática de construção” (CNU, 2000:10 em Fumega, 2009:72).

Através da Carta para o Novo Urbanismo (CNU) as escalas de atuação são subdivididas em três áreas: Regiões, Bairros e Ruas, que conjuntamente são estabelecidos também 27 princípios de atuação. Por parte dos peritos, investigadores e público em geral, a escala de atuação mais analisada, e a que é dada maior importância, é o bairro. E é neste contexto, que o conceito de Comunidades Sustentáveis se afirma, pelo seu contributo para definição de políticas à escala local incluindo a de bairro.

Segundo Fumega (2009) é crucial abordar com mais detalhe as outras escalas, pois estas são também condicionadas pela escala do bairro.

À escala regional é composta pela área metropolitana, onde se inclui a cidade e a vila conforme definida pela CNU. A aposta nesta escala é a da integração das várias políticas, numa abordagem coerente, que caracteriza os vários conjuntos urbanos de uma área metropolitana. Alguns aspetos essenciais abordados à escala regional são: a cooperação entre áreas metropolitanas, o equilíbrio das áreas metropolitanas

através do proveito das áreas rurais, o benefício das parcerias não-governamental a nível regional e a importância do TOD (*Transit Oriented Development*) à escala regional.

Na escala do bairro, o 'Novo Urbanismo' pretende dotar as zonas habitacionais de equipamentos fundamentais com serviços e espaços públicos, propondo uma estrutura composta por elementos considerados fundamentais: bairros, zonas e corredores. Desta forma, pretende-se definir uma estrutura de planeamento que respeite a escala humana e a comunidade e, simultaneamente promova a oportunidade para o desenvolvimento de grandes equipamentos e infraestruturas.

O novo urbanismo define, num primeiro elemento essencial, a escala de bairro, a dimensão ótima que permita a deslocação pedonal do indivíduo, o misto de ofertas que o bairro deve proporcionar numa distância de 10 minutos a pé, os diversos tipos de habitação suportado por uma artéria de ruas que facilitam vários tipos de circulação e acesso aos equipamentos e serviços fundamentais.

No segundo elemento define que diferentes zonas da cidade, historicamente caracterizadas como habitacionais, comerciais, entre outras, devem poder incluir outros tipos de atividades comerciais que dinamizem a área, no sentido da revitalização de outras atividades.

O terceiro elemento ficou definido como sendo a prevenção da evolução do tecido urbano dos corredores viários, devido aos impactos negativos causados no meio natural e também por ser extremamente dispendiosa a sua reconversão.

Importa lembrar que são nove os princípios de carácter comunitário definidos nesta carta a serem usados no planeamento urbano. Aqui, apenas será caracterizado o quarto princípio, que diz respeito a habitação, pela sua relação com o objetivo deste estudo:

- O primeiro enuncia que o bairro, a zona e o corredor são os elementos essenciais para o desenvolvimento da área metropolitana e para a manutenção da identidade histórico-cultural;
- O segundo princípio vem definir um centro e limites identificáveis para o bairro como uma contribuição importante para a identidade social de uma comunidade;

- O terceiro princípio está relacionado com a forma das vias de comunicação e soluções de transportes que podem ser implementadas para melhorar a circulação das pessoas;
- O quarto princípio é referente à habitação, à indispensabilidade de existirem diversas tipologias relativamente a tipos e preços, de forma a propiciar maior interação diária, ao atrair diversidade cultural e de rendimento e ao reforçar os laços pessoais e cívicos de uma comunidade autêntica (Fumega, 2009:73-74).

Com este objetivo pretende-se proporcionar às pessoas uma multiplicidade de contactos sociais, empregos, serviços, comércio e equipamentos à sua disposição, reforçando o espírito de bairro e combatendo a segregação existente nas comunidades urbanas. É fundamental existir uma maior variedade de classes sociais e de rendimento para que este objetivo seja abrangido. No entanto, Fumega (2009) salienta que existe um elevado número de experiências e exemplos negativos em cidades mundiais, acerca das iniciativas de realojamento social, destinado a um só tipo de classe com menos posses. Esta situação originou áreas com construção de qualidade arquitetónica duvidosa, associadas a más condições de transporte, maus espaços públicos e equipamentos deficientes, aliados a uma população com graves problemas sociais, desemprego, baixas qualificações e problemas de integração, originando uma área urbana com uma imagem negativa. Segundo este movimento, e conforme a Figura 2 “[...] a solução passa por integrar as pessoas na cidade, de uma forma coesa dando-lhes a oportunidade de construir a sua vida através de acesso aos empregos, habitação, equipamentos e serviços, criando outras centralidades, por intermédio da expansão da rede viária na habitação” (Fumega, 2009:78).



**Figura 2** - Processo de intervenção de uma área à escala de pequenos edifícios em (Washington D.C.). Exemplo da expansão da rede viária na habitação.

Fonte: CNU (2000: 90) em Fumega (2009:78)

- O quinto princípio está relacionado com os corredores de tráfego;
- O sexto princípio reporta às densidades do edificado e usos do solo;
- O sétimo princípio diz respeito à liberdade de acesso aos equipamentos, serviços e espaços públicos por parte de todos os grupos da população;
- O oitavo princípio está relacionado com os códigos de design urbanos, que podem melhorar a capacidade económica e desenvolvimentos harmonioso de um bairro;
- Finalmente, o nono princípio enunciado por esta carta diz respeito aos espaços verdes, os quais devem incluir um variado lote de parques e usos similares, e entre bairros ou zonas a gestão das zonas de conservação e solos expectantes, que servirão para ligar estas diferentes formas urbanas.

A última escala de análise da CNU é a de rua, lote e bloco. Aqui é dada especial atenção às estratégias de desenho urbano que reforçam a escala humana tendo em conta as novas realidades contemporâneas:

- Os usos relacionados com o comércio e aspetos cívicos apresentam-se ao nível do bloco para que exista uma ligação com a comunidade;

- Os aspetos relacionados com as características arquitetónicas do edificado, segurança e a problemática dos espaços públicos, apresentam-se ao nível de rua para que exista uma relação entre o edificado e a envolvente.

Assim, na sequência desta análise, o movimento “Novo Urbanismo”, através da aplicação das três escalas de análise descritas, procura dar resposta aos grandes problemas enunciados como o crescimento disperso, decadência urbana, desinvestimento no centro das cidades, zonamento entre outros. Importa referir que foi a configuração de escalas que permitiu desenvolver os princípios propostos para este projeto.

Neste contexto, desenvolveram-se ferramentas como parte integrante das estratégias urbanas para tornar os pressupostos do Desenvolvimento Sustentável operacionais à escala local do bairro ou da comunidade.

#### 2.4 Comunidades Sustentáveis

A governação dos territórios tem sido conduzida pelos poderes públicos de uma forma centralizada, normativa, desadequada e descoordenada entre diferentes redes de atores. Nesse sentido, urge a necessidade de uma modernização estratégica do nosso tempo, centrada na problemática da governabilidade urbana. O que pressupõe a promoção de instrumentos que facilitem uma organização social que garanta o envolvimento dos diversos atores, desenvolvendo processos de liderança e fomentando uma democracia mais participativa (Correia & Madeira, 2008:9).

Para esse efeito, as Comunidades Sustentáveis, conceito desenvolvido por Egan (2004) no relatório “The Egan Review: Skills for Sustainable Communities” surge claramente como uma ferramenta de planeamento à escala local, capaz de promover “[...] processos de liderança e instrumentos que auxiliem a organização social e o envolvimento de diversos atores” (Guerra, 2000 em Correia & Madeira, 2008:6).

Este conceito valoriza a dimensão social e espacial do bairro, bem como a complexa estrutura de interações, atividades e fluxos que caracterizam este ambiente (Fumega, 2009). Neste relatório, surge como suporte teórico de análise da promoção da coesão social e territorial de Odivelas.

Não existe uma só definição do conceito de Comunidades Sustentáveis, mas aqui optou-se, entre outras, pela definição de Egan apresentada no relatório “Skills for sustainable communities” (2004).

“Sustainable communities meet the diverse needs of existing and future residents, their children and other users, contribute to a high quality of life and provide opportunity and choice. They achieve this in ways that make effective use of natural resources, enhance the environment, promote social cohesion and inclusion and strengthen economic prosperity” (2004:18).

Segundo Roseland (2005) em Fumega (2009), no seu livro “Towards Sustainable Communities” estas definem-se como espaços que procuram:

“[...] Seeks a better quality of life for all its residents while maintaining nature’s ability to function over time by minimizing waste, preventing pollution, promoting efficiency and developing local resources to revitalize the local economy” (2009:87)

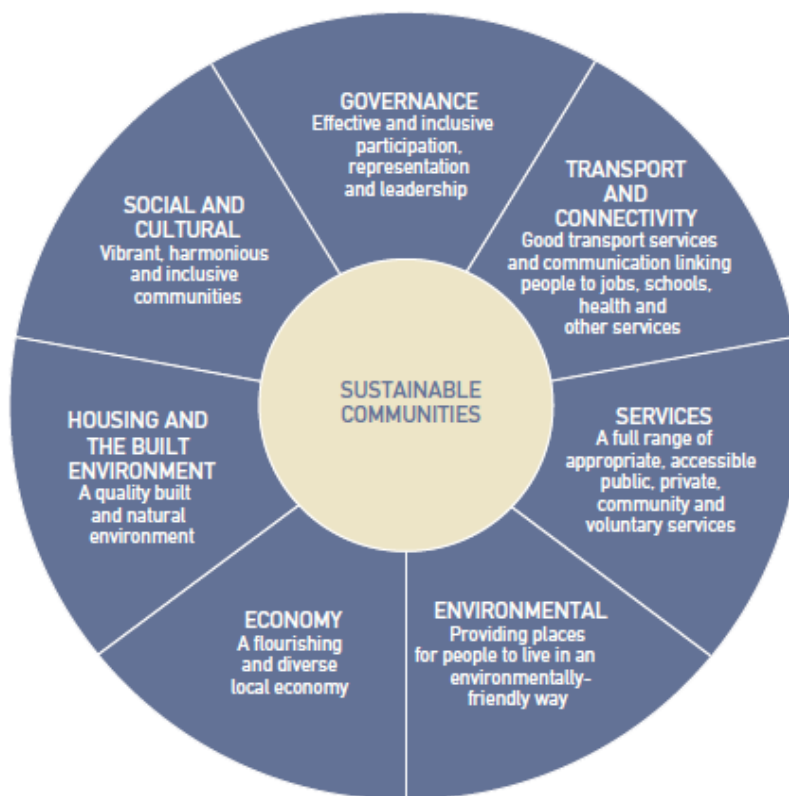
Entretanto, a Geographical Association and Academy for Sustainable Communities, no site([www.geography.org.uk/projects/buildingsustainablecommunities/Setembro/2009](http://www.geography.org.uk/projects/buildingsustainablecommunities/Setembro/2009)), em Fumega (2009:97) define-as como:

“[...] the places where people want to live and work, now and in the future. They meet the diverse needs of existing and future residents, are sensitive to their environment, and contribute to a high quality of life. They are safe and inclusive well planned, built and run, and offer equality of opportunity and good services for all”.

Ainda no seu relatório, Egan (2004) afirma que todas as comunidades têm que ser de alta qualidade, bem desenhadas, mantidas seguras, acessíveis, adaptáveis e ambiental e economicamente providas. Na estrutura de uma Comunidade Sustentável, Egan (2004) considerou 7 componentes que instrumentalizam o conceito (ver figura 3).

A Homes and Communities Academy na publicação no seu site (<http://www.geography.org.uk/projects/buildingsustainablecommunities>), Making places creating sustainable communities na Geographical Association, em Fumega (2009:97), junta-lhes mais uma componente, a equidade.

Associadas a estas componentes encontram-se os fatores que permitem identificar se uma comunidade ou bairro reúne condições para ser considerada uma “Comunidade Sustentável”.



**Figura 3** - Diagrama com as componentes das Comunidades Sustentáveis desenvolvidas por Egan (2004)

Fonte: The Egan`s Review (2004:19)

A afirmação de uma determinada comunidade no domínio da sustentabilidade só é possível a partir dos momentos que estejam reunidos pressupostos dependentes da avaliação dessas componentes, associados aos respetivos fatores (ver tabela 6).

Para a avaliação da sustentabilidade Egan (2004) em Louro (2011:6) selecionou 11 fatores principais: a procura habitacional, a reputação e imagem da comunidade, crime e ambiente antissocial, exclusão e pobreza, a acessibilidade para o emprego, equipamentos e serviços, qualidade do ambiente construído e dos espaços verdes, qualidade e design da habitação, coesão da comunidade, a diversidade e a mistura da



comunidade. Não há uma hierarquia nos fatores referidos, destacando-se a interligação entre todos. A componente “Habitação” será central no caso em estudo, uma vez que o edificado ganha importância neste conceito, pois como reforça Louro (2011) “[...] quanto maior for a qualidade do ambiente construído, através da diversidade da habitação e espaços destinados ao comércio, serviços ou outras, maior a qualidade de vida” (p.58).

<b>1. Social e cultural – Comunidades Harmoniosas e Inclusivas</b>
• Sentimento de identidade e pertença
• Tolerância e respeito entre culturas, passados e crenças
• Vizinhança “ amigável” e cooperativa
• Oportunidades de atividades culturais, lazer e desporto
• Baixo nível de criminalidade e comportamentos antissociais policiamento de proximidade
• População socialmente incluída e com oportunidade de vida semelhante
<b>2. Governança-participação, representação e liderança efetiva e inclusiva</b>
• Sistemas de governança inclusiva, ativa e participativa por indivíduos organizados
• Liderança e parceria forte e informada
• Sector voluntário forte e inclusivo
• Valores cívicos e responsabilidade
<b>3. Ambiente- espaços amigos do ambiente</b>
• Uso eficiente dos recursos
• Alta qualidade do ambiente construído-tamanho, escala, densidade, design e planos apropriados q complemente o caráter de comunidade local
• Edificado de alta qualidade, mix de funções, durável, flexível e adaptável
<b>5. Transportes e Conectividade</b>
• Facilidade de transporte inclui: transporte público que ajude as pessoas a viajar dentro e entre comunidades
• Instalações destinadas a promover a segurança local para andar a pé e de bicicleta
• Instalações de estacionamento local acessível e apropriado
• Disponibilidade de telecomunicações e internet
<b>6. Economia</b>
• Ampla gama de oportunidades de empregos e educação
• Espaço e edificado suficiente que suporte a prosperidade económica e mudanças
• Criação dinâmica de empregos e negócios
• Forte comunidade de negócios
<b>7. Serviços</b>
• Pessoas bem-educadas através de boas performances escolares, elevada educação e aprendizagem ao lon da vida
• Elevada qualidade dos serviços sociais e de saúde locais
• Elevada gama de serviços acessíveis
• Prestadores de serviços que pensam a agem a longo prazo para além das suas próprias fronteiras e interesse
• Minimização de impactos negativos/ aumento de impactos positivos (reciclagem, ciclo via)
• Proteger e melhorar os recursos naturais e biodiversidade
• Atender às necessidades das gerações futuras
<b>4. Habitação e construção</b>
• Criar o senso de lugar-sentimento positivo para as pessoas e distinção local
• Uso amigável dos espaços verdes e públicos para todos (incluindo crianças e idosos)
• Gamas suficientes, diversidade e acessibilidade do mercado de trabalho
• Edificado de alta qualidade, mix de funções, durável, flexível e adaptável
• Alta qualidade do ambiente construído – tamanho, escala, densidade, design e planos apropriados que complemente o carácter de comunidade local

**Tabela 6** - Componentes e fatores de Sustentabilidade para as Comunidades por Egan 2004

Fonte: Egan (2004) em Louro (2011:79)

A escolha dos indicadores está dependente das circunstâncias locais, das necessidades e prioridades de cada comunidade. “No seu conjunto, permitem a comparação dos níveis de progresso das Comunidades Sustentáveis bem como a avaliação do sucesso das equipas e das ferramentas” (Egan, 2004 em Louro, 2011:59).

No que se refere, à combinação de indicadores apresentada por Egan (2004) para a configuração das Comunidades Sustentáveis, esta resulta de uma listagem composta de mais de 400 indicadores existentes, organizada pelas sete componentes. Os indicadores aqui apresentados são uns de carácter subjetivo e outros objetivos, dependendo da sua seleção. Do mesmo modo, a escolha de indicadores apresenta-se de acordo com a escala territorial, sendo uns mais relevantes à escala regional ou sub-regional, enquanto outros indicadores “[...] sobre limpeza urbana, segurança ou espaço público são mais relevantes à escala do bairro/comunidade” (Louro, 2011:59).

Para monitorização de sistemas de desenvolvimento das comunidades Sustentáveis, são salientados alguns princípios fundamentais relativamente ao sistema de indicadores. Pretende-se seletividade na escolha dos indicadores e definição sobre a escolha dos que melhor caracterizam inicialmente os principais desafios, não esquecendo a recolha de dados já existentes e o conhecimento adquirido anteriormente, pois como afirma Louro “A subjetividade desta avaliação é fortalecida com a cautela dos julgamentos” (2011:63).

Importa referir que a referência ao sentimento de lugar para os residentes é desenvolvido através de um grupo de indicadores transversais “(...) onde são relevadas informações associadas aos níveis de satisfação dos indivíduos em relação ao lugar de residência, a par da quantificação do seu sentimento de felicidade” (Louro, 2011:59). Por outro lado, colocam-se também questões mais práticas e de utilidade operacional por parte dos governos locais, tais como, a identificação dos aspetos mais importantes para ter um bom lugar para residir, o diagnóstico das melhorias necessárias no lugar de residência e ainda, a quantificação da população que reside em comunidades de “maior necessidade” (ver tabela 7).

Indicadores transversais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de população que vive em 10% e 25% dos bairros de maior necessidade dos pais</li> <li>• Percentagem de residentes satisfeitos com o seu bairro como lugar para viver</li> <li>• Percentagem de população que esta feliz</li> <li>• Prioridades em melhorar a área (poluição, habitação, espaços públicos, limpeza urbana)</li> <li>• O que é mais importante para fazer de um lugar um bom lugar para viver?</li> <li>• O que é mais necessário para melhorar o lugar?</li> </ul>
Indicadores Sociais e Culturais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de residentes que se sentem que "pertencem" ao bairro ou à comunidade</li> <li>• Percentagem de residentes que sentem que o seu bairro/comunidade são lugares onde as pessoas de diferentes origens se dão bem</li> <li>• Percentagem de pessoas que sentem grande envolvimento com a comunidade local</li> <li>• Percentagem de residentes satisfeitos com os serviços culturais (desporto e lazer, bibliotecas, museus, atividades artísticas e estádios, parques e espaços públicos)</li> <li>• Comportamento antissocial como problema na área</li> <li>• Assaltos domésticos por 1.000 domicílios</li> <li>• Percentagem de residentes que se sente "razoavelmente" ou "muito" seguro à noite</li> </ul>
Indicadores de Governança
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de residentes satisfeitos com os serviços em geral</li> <li>• Avaliação de Desempenho – serviços em geral</li> <li>• Avaliação de Desempenho – Concelho para melhorar</li> <li>• Percentagem de residentes satisfeitos que sente, que o seu bairro/comunidade mantém os residentes informados sobre os benefícios serviços que oferece</li> <li>• Percentagem de residentes (adultos) que sentem que têm influência nas decisões da área</li> </ul>
Indicadores do ambiente
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso doméstico de energia por habitação</li> <li>• Uso doméstico de água por pessoas por dia</li> <li>• Percentagens de terreno das autoridades locais destinados à gestão de biodiversidade</li> <li>• Percentagem de novos fogos concluídos durante o ano, com a avaliação de bom, muito bom ou excelente, de acordo com a Eco Homes Environmental Rating for Homes</li> <li>• Percentagem de pessoas satisfeitas com os equipamentos de reciclagem de lixo</li> <li>• Percentagem de terreno em desenvolvimento que não está em utilização</li> <li>• Percentagem de novas habitações construídas em terrenos anteriormente desenvolvidos</li> <li>• Percentagem de lixo reciclado face ao lixo total</li> <li>• Percentagem de residentes que estão preocupados com a poluição sonora</li> <li>• Nº médio de dias em que a poluição atmosférica é moderada ou elevada</li> </ul>
Indicadores da habitação e do ambiente construído
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nº de casas degradadas por cada 1000 fogos</li> <li>• Percentagem de pessoas satisfeitas com a limpeza urbana da área</li> <li>• Preços médios das propriedades por m<sup>2</sup> da habitação</li> <li>• Percentagem dos parques e dos espaços abertos acreditados pela Green Flag Award</li> <li>• Percentagem de edifícios classificados em 1º e 2º grau de risco de deterioração</li> </ul>
Indicadores de Transportes e Conectividade
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de residente que consideram ter acesso fácil aos serviços locais</li> <li>• Percentagem de residentes que utilizam diferentes modos de transportes, as suas razões e as distâncias dos percursos</li> <li>• Percentagem de utilizadores satisfeitos com as autoridades locais que providenciam os serviços de transportes</li> <li>• Percentagem de fogos com acesso à banda larga ADSL</li> </ul>
Indicadores de Economia
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de adultos com instrução (consoante o nível)</li> <li>• Percentagem de população em idade ativa segundo os níveis de qualificação</li> <li>• Percentagem de população em idade ativa a trabalhar</li> <li>• Salários médios anuais do trabalhador a tempo inteiro</li> <li>• PIB regional per capita</li> </ul>
Indicadores de Serviços
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esperança Média de Vida</li> <li>• Taxa de fecundidade entre mulheres abaixo dos 18 anos</li> <li>• Percentagem de pacientes em espera de consulta entre 3 a 6 meses</li> <li>• Percentagem de utilizadores satisfeitos com o centro da cidade</li> </ul>

**Tabela 7-** Indicadores de Sustentabilidade por Egan (2004)

Fonte: Egan (2004) em Louro (2011: 60-61)

Neste ponto, apresentam-se alguns exemplos de projetos que se revelaram importantes no desenvolvimento deste trabalho, por se afirmarem como modelos assentes em estratégias de desenvolvimento de Comunidades Sustentáveis, designadamente no contributo para o reforço da coesão social ao nível das suas comunidades de atuação. Optou-se por dois projetos distintos à escala local, de carácter comunitário que, pelas suas características, contêm importantes elementos que informam de forma substanciada este projeto de investigação.

#### 2.4.1 O exemplo Escocês

Destaca-se o projeto, à escala local, selecionado pela “Scottish Sustainable Communities Initiative” (SSCI) numa iniciativa organizada em 2008. Foram considerados onze projetos de sessenta e oito candidatos, com potencial para a criação de Comunidades Sustentáveis e qualidade de vida. O projeto Craigmillar aqui apresentado consistia na proposta de regeneração de uma área industrial urbana através da construção de 3.500 novas casas, em que 20% das habitações seriam de carácter social destinadas as famílias de várias classes sociais (Louro, 2011:71).

Na Escócia, os projetos de regeneração têm grande importância, devido a existência de muita pobreza em algumas áreas do país, e da sua proximidade nas áreas de desenvolvimento económico. Os projetos de regeneração desenvolvidos nestas áreas visam vários aspetos, tais como a limpeza de ruas, a melhoria dos eixos rodoviários ou de parques de recreio, a melhoria da rede de transportes públicos, a segurança no bairro ou de reciclagem de lixo urbano.

Para esse efeito, os promotores do projeto Craigmillar além da regeneração, propuseram reforçar a rede de equipamentos, tais como escolas e uma biblioteca, bem como reforçar os serviços de comércio e lazer, de forma que os residentes de Craigmillar, tivessem acesso fácil aos serviços locais( ver figura 4). Esta iniciativa pretendia criar um novo lugar, através de uma abordagem partilhada considerada inovadora pela (SSCI), considerando que “A regeneração e aspetos culturais da proposta resultaram em impactes positivos na saúde da população e na herança cultural” (SSCI, 2008 em Louro, 2011:71).



**Figura 4** - Bairro Verde projeto Craigmillar

Fonte: SSCI (2008) em Louro (2011:71)

#### 2.4.2 O caso na Alemanha

A abordagem da Sustentabilidade é um dos princípios de orientação das políticas do governo alemão. Focado na Agenda 21, o Desenvolvimento Sustentável encontra-se visível em algumas políticas e sectores do país, tais como a política local sustentável, as políticas familiares sustentáveis e as políticas de sustentabilidade climática, instrumentalizados pela regulação legal, ferramentas de planeamento, aspetos económicos entre outros (Louro, 2011:77).

Tomemos como exemplo o caso do bairro situado nos subúrbios da cidade de Hannover, a uma distância de 30 a 40 minutos do centro de carro, e apenas a 20 minutos de comboio. Kronsberg tem uma área de 1.200 hectares, dos quais mais 80% são propriedade municipal. Caracterizada por possuir uma malha urbana estruturada por avenidas, parques, praças e pátios que definem os vários bairros, é relevante a elevada densidade urbanística e populacional que apresenta (ver figura 5).

Com o objetivo de integrar os festejos da EXPO 2000, no âmbito da temática “Humanidade, Ambiente e Tecnologia”, todo o seu planeamento esteve assente nos princípios da Sustentabilidade projetados pelas Nações Unidas através da Agenda Local 21. A fim de reforçar a componente Sustentável de atuação, toda a malha urbana de Kronsberg congregou 50% de iniciativas de Desenvolvimento Sustentável

focalizadas na agenda Local 21, através da promoção de espaços verdes com funções ambientais, culturais e de estilos de vida saudáveis.



**Figura 5** - Malha urbana de Kronsberg

Fonte: Farr (2008:15)

A componente “Sustentável” de atuação urbana na Alemanha encontra-se refletida à escala nos diversos níveis, nomeadamente em termos de ambiente, sociedade e economia. A fim de reunir uma série de iniciativas de Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de responder ao conceito de Comunidade Sustentável, Menze (2007) em Louro (2011) conceptualizou o planeamento e Desenvolvimento Sustentável de Krosberg repartindo em três setores principais, integrados por setores secundários componentes e projetos (ver tabela 8). Menze (2007) em Louro (2011) incluiu no setor Físico-Estrutural, a cidade compacta, a eficiência dos recursos de construção, o uso misto do solo, o planeamento e consulta pública, a minimização do tráfego e a qualidade do espaço público. Baseado no conceito do transporte responsável que serve uma comunidade compacta, os transportes têm uma grande importância bem como a mobilidade existente, apresentando serviços a uma distância reduzida, garagens subterrâneas, e passeios para peões e ciclistas como forma alternativa de mobilidade ao motorizado privado. A área verde da cidade é impulsionada pela plantação de uma árvore por cada cinco lugares de estacionamento construídos.

No setor Sociedade e Cultura, enquadram-se os equipamentos e serviços, as infraestruturas sociais e a nutrição. Também foram projetadas uma gama ampla de

serviços dentro da própria comunidade, tais como creches, escolas, centros de saúde, lojas, a atracção das jovens famílias, através das especificações das habitações de acordo com as suas necessidades (físicas e económicas) ou a existência de espaços de convívio (como os centros comunitários ou artísticos, biblioteca, entre outros). Encontram-se também vários projetos de cariz social, tais como o “KroKus” (Centro artístico e comunitário), “Habitat” (projeto de habitação) ou o projeto “FOKUS” (integração e habitação para pessoas portadoras de deficiência). A participação dos residentes em prol do bairro encontra-se bastante impulsionada pela divulgação de atividades através dos jornais do bairro, pela existência de um coordenador de bairro e pelo voluntariado para proveito da comunidade.

A dimensão do Ambiente inclui a energia, água, resíduos sólidos, solo, paisagem e comunicação ambiental. É expressiva a preocupação com a redução emissões de dióxido de carbono, bem como o consumo de energia, através da aplicação de turbinas eólicas, do incentivo à eficiência energética, maximização da luz solar tanto na decisão sobre a orientação das habitações como na aplicação de painéis solares, caso do projeto “Cidade Solar”. A gestão da água e os resíduos sólidos são também tidos em conta em ações de reciclagem e compostagem.

A elevada satisfação dos habitantes de Kronsberg relativamente ao seu local de residência é justificada pela reduzida flutuação de inquilinos, bem como o sentimento de pertença e orgulho faz com que não haja marcas de vandalismo (Louro, 2011). Com um investimento elevado e uma população residente aproximada de 15 000 habitantes, repartida em 6.000 habitações, Kronsberg apresenta uma elevada densidade urbanística e populacional (Louro, 2011:80).

Por fim, a área da economia. Observado à escala local, a existência de emprego dentro da cidade ou na sua proximidade, ganha importância pelo facto de diminuir as distâncias e tempos de deslocação.



SETOR PRINCIPAL / FISICO-ESTRUTURAL		SETOR PRINCIPAL / SOCIEDADE E CULTURA		SETOR PRINCIPAL / AMBIENTE	
Cidade compacta	Rotas de comboio	Equipamentos E serviços	Arte, comunidade  Igreja centros de vizinhança  Serviços de saúde	Energia	Otimização de recursos energéticos
	Tráfego reduzido				Sistema de aquecimento do bairro
	Todos os serviços dentro de reduzida distância a pé				Edificado de baixo consumo energético
	Vias de ciclismo prioritárias				Poupança de eletricidade “Solar CitY”
Uso do solo misto Residencial e comercial	Restrições no estacionamento automóvel	Infraestruturas Sociais	Padaria comunitária  Creches  Escola primária  Escola secundária  Proj. de Habitação “FOKUS”  Proj. “Habitat”  Suporte a sensores  Espaço alocado ao serviço da comunidade	Água	Sistema de aquecimento do bairro
Planeamento/consulta pública					Casas com energia solar
Minimização de Tráfego					Energia eólica
					Tecnologia fotovoltaica
					Standards ecológicos
					Gestão de águas de chuva
Qualidade espaço público	Pátios espaçosos	Nutrição	Mercado Quinta de Kronsberg	Resíduos sólidos	Economia da água
	Avenidas				Construção com materiais ecológicos
	Corredores Verdes				Gestão dos resíduos de construção
					Gestão dos resíduos domésticos e comerciais
				Solo	Gestão de solos
					Poluição inerente
					Paisagem ecológica
					Agricultura ecológica
				Paisagem	
				Comunicação Ambiental-Kuka	

**Tabela 8** - Síntese do modelo de planeamento para o Desenvolvimento Sustentável de Kronsberg

Fonte: adaptado de Menze (2007:55) em Louro (2011:18)



### **Capítulo 3. A monitorização no processo de planeamento o papel dos Observatórios**

#### **3.1 A monitorização**

Este Capítulo pretende explorar a questão da monitorização de resultados, uma vez que esta, se reveste de elevada importância nos programas e políticas de coesão na *European Union* (EU) e estados membros, nomeadamente no planeamento e desenvolvimento das regiões. Por outro lado, pretende esclarecer o papel dos observatórios como estruturas evolutivas, nos mais variados processos, que acompanham o desenvolvimento regional (ORLVT, <http://orlvt.ccdr-lvt.pt/ODSRender/HomeScreen>, Março de 2014).

Para abordarmos a questão da monitorização é crucial aportar o assunto sobre os indicadores de resultados. Segundo o documento da *European Commission* (2014), os indicadores de resultados são variáveis que fornecem informações sobre alguns aspetos específicos de resultados que se prestam a ser verificados. Deste modo, os resultados obtidos, permitem estabelecer um juízo sobre a deslocação desses indicadores na direção pretendida. Refere o mesmo documento que os valores de indicadores de resultados, em alguns casos, são provenientes das intervenções estatísticas nacionais ou regionais, tais como, a realização de inquirições, dados administrativos de empresas ou dados de beneficiários das prestações de desemprego. Esta situação pode levar a reflexão sobre uma seleção adequada da eficácia das intervenções dos indicadores de resultados.

No contexto europeu, a monitorização de políticas permite conferir eficácia e eficiência às intervenções e programas dos estados membros da EU, na medida em que permite acompanhar a evolução de um território ou sector. Além disso, permite ainda, retirar informação sobre a implementação dos programas, quer do ponto de vista de execução financeira, quer de execução física (European Commission, 2014).

No contexto de planeamento, a monitorização e a intervenção pública, fazem parte de metodologias que visam qualificar o planeamento, de forma a torná-lo num processo mais efetivo. Neste sentido, a monitorização opera aqui como uma ferramenta de gestão cujo objetivo é o exame exaustivo e regular de utilização dos recursos (CCDR-LVT, 2010). Esta é fundamental para responder à pressão por parte da opinião pública nacional e internacional, exigindo uma maior transparência que "[...] permita o apoio à

tomada de decisão numa visão integrada das políticas públicas” (Correia & Madeira, 2008:6).

Tomemos como exemplo aqui, a importância da monitorização de indicadores para apreciação e afirmação de sustentabilidade das comunidades na Escócia. Desde 2003, é produzido um relatório anual de monitorização e avaliação da sustentabilidade escocesa através de 24 indicadores de resultados, destacando-se o domínio do Ambiente (13 indicadores) prosseguido com o dos Transportes, bem como o das Deslocações (ver figura 6). Segundo Louro (2011:70) “esta situação é justificada pela necessidade de conhecer a realidade do país, para poder comparar com outros países à escala mundial, mas também de poder aplicar os mesmos indicadores à escala local”.

A monitorização é um procedimento fundamental no processo de planeamento, pois está a traçar-se o futuro dos territórios com base em processos com competências de gestão.

Indicator & Type		Progress since 1999	Progress on 2004
1	Sustainable prosperity	V	V
2	Work: people as a resource	~	X
3	Population structure	~	~
4	Waste: production	~	~
5	Waste: recycling	V	V
6	Waste: landfilled	V	~
7	Climate change	V	V
8	Air quality	*	(=)
9	Water quality	V	V
10	Biodiversity	~	~
11	Sea fisheries	V	V
12	Energy: consumed	*	~
13	Energy: renewable	*	X
14	Travel: distance	X	X
15	Travel: industry	V	~
16	Travel: mode	X	X
17	Travel: accessibility	~	~
18	Home life	~	X
19	Preparing for life	~	~
20	Fuel poverty	V	*
21	Social concern	X	X
22	Crime	V	V
23	Volunteering	*	~
24	Health	~	~

Notas: (V) – Movimento na direção certa; (=) – Igual; (~) – Sem mudança significativas; (X) – Movimento na direção errada; (\*) – Sem dados

**Figura 6** – Monitorização de indicadores de resultados do desenvolvimento da sustentabilidade na Escócia 1999/2004

Fonte: Louro (2011:69)

### 3.2 Os Observatórios

O termo Observatório encontra-se associado ao universo das ciências naturais, destinado à observação de fenómenos naturais em domínios como a astronomia, a meteorologia, a geologia, a oceanografia ou a vulcanologia. De uma forma mais específica, generalizou-se a sua utilização, por assemelhação, para designar instituições que reúnam e analisem dados relativos a fenómenos de natureza social (ORLVT, <http://orlvt.ccdr-lvt.pt/ODSRender/HomeScreen>, Março de 2014).

A essência dos Observatórios sociais, segundo à mesma fonte, é muito diversificada podendo ser de escala global, nacional, regional, de natureza sectorial, temática ou territorial. Estes podem surgir ancorados em instituições públicas, privadas, académicas, de natureza nuclear ou reticular, e com os mais variados objetivos. Independentemente dos diversos níveis de governação, pretendem estabelecer ligação entre os sistemas estatísticos formais e outras fontes para produzir conhecimento adaptado, operacional e acionável no território. Uma das áreas onde mais se fez sentir a tendência para a instituição de Observatórios, nas últimas duas décadas, é a do Desenvolvimento e do Planeamento Territorial. Na Tabela 9, apresenta-se um conjunto de competências atribuídas a estas unidades.

Análises territoriais
Coordenação de programas de pesquisas
Identificação de parceiros regionais para projetos de cooperação
Propagação de experiências de consultas públicas sobre projetos de planeamento
Adaptação de métodos e indicadores a realidade territoriais específica
Organização de concursos de boas práticas
Captação institucional através de formação e ações de disseminação de conhecimento
Mapear descrever as intervenções
Divulgação que permitam o seu acesso pelos diversos atores
Monitorização dos processos através da construção de indicadores que permitam a sua avaliação comparativa com outras cidades e territórios

**Tabela 9** - Atribuições dos Observatórios do Desenvolvimento e Planeamento Territorial

Fonte: CCDR- LVT (2010:15)

No ponto de vista analítico, os Observatórios, referem-se a estruturas que reúnem e monitorizam informação de natureza institucional. Estas estruturas organizam e analisam dados, referentes a um conjunto de políticas públicas e estabelecem pontes entre organismos públicos e privados num domínio de conhecimento e intervenção (ORLVT, <http://orlvt.ccd-r-lvt.pt/ODSRender/HomeScreen>, Março de 2014).

De uma forma geral, os Observatórios entendem-se como estruturas evolutivas que se vão alimentando ao longo do tempo com novas ferramentas, novas metodologias para melhor monitorizar o desenvolvimento regional, de forma a promover um serviço mais moderno e mais próximo do cidadão, fornecendo informação real e essencial (ORLVT, <http://orlvt.ccd-r-lvt.pt/ODSRender/HomeScreen>, acedido em Março de 2014).

## PARTE II

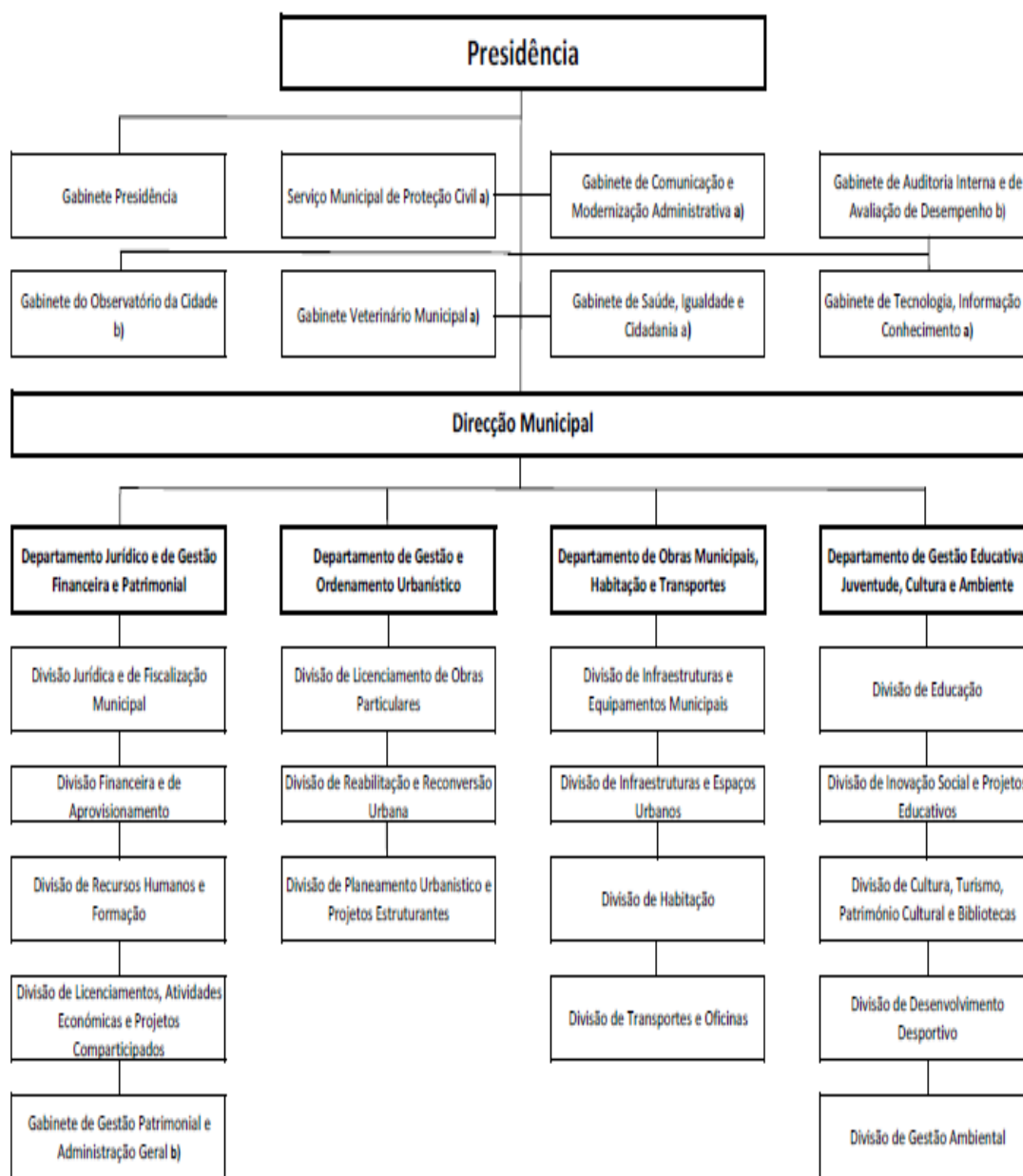


## **Capítulo 4. O Gabinete do Observatório da Cidade 2014**

Este capítulo compreende uma descrição sobre as competências do GOC. No mesmo âmbito, inclui-se o resultado das entrevistas à coordenadora do GOC, Dr.<sup>a</sup> Paula Ganchinho (ANEXOS II e III), que se revelaram muito importantes no desenvolvimento deste projeto, na medida que, o presente trabalho de estágio possibilitou a troca de sinergias com os profissionais da CMO.

### **4.1 A organização da CMO 2014.**

A organização interna da CMO em 2014, adota o modelo de estrutura hierarquizada, conforme se apresenta no Organigrama do Município (Figura 7).



a) Unidades Orgânicas equiparadas a Divisões Municipais - Incluem as Unidades Orgânicas criadas ao abrigo do Art.º 21º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto.

b) Unidades Orgânicas de 3º grau

**Figura 7** - Organograma do Município de Odivelas 2014

Fonte: CMO, site consultado em Maio de 2014



O Modelo de estrutura hierarquizada<sup>1</sup>, de acordo com o Decreto - Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, apresenta a estrutura de funcionamento dos serviços municipais, da seguinte forma:

- Gabinetes;
- Unidade orgânica nuclear (Departamento municipal);
- Unidades orgânicas flexíveis (Divisões e Unidades municipais).

Categorias de unidades e subunidades orgânicas:

- Gabinetes municipais — unidades orgânicas de apoio aos órgãos municipais de natureza técnica e administrativa;
- Departamento — unidade orgânica de carácter permanente, aglutinando competências várias;
- Divisões e Unidades municipais — unidades orgânicas de carácter flexível, aglutinando competências de âmbito operativo e instrumental integradas numa mesma área funcional;
- Unidades de apoio à gestão — subunidades orgânicas de carácter flexível que agregam atividades de natureza executiva de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, nas áreas comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.

#### 4.2 As competências do GOC 2014

O GOC foi criado em Janeiro de 2013, constitui-se como uma Unidade Orgânica de apoio aos órgãos municipais, da CMO. Desde esse período, tem vindo a recolher informação de diversas fontes oficiais, fazendo a sua análise de informação. As competências deste organismo, são as que se apresentam na tabela 10.

---

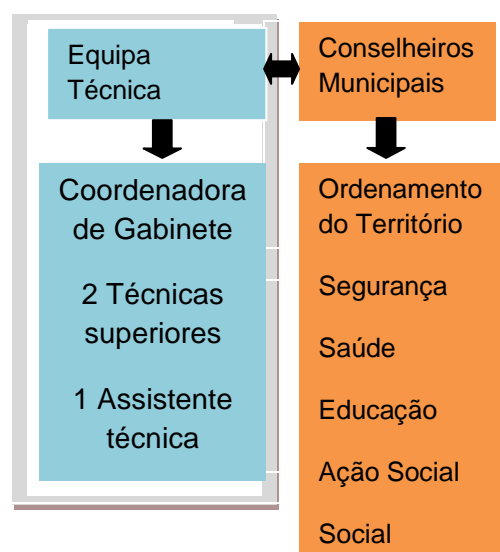
<sup>1</sup> A informação aqui apresentada resultou da consulta do Diário da República, 2.ª série — N.º 74 — 15 e abril de 2014 artigo 2º e 3º acedido na internet Junho de 2015

Operacionalização	Elaboração de estudos	Atividades
Janeiro de 2013 - Criado O Gabinete do Observatório da Cidade	- Dinâmicas locais:  Recolha e análise quantitativa e qualificativa de todos os determinantes de desenvolvimento do Concelho.	- Associação de municípios da Agência; - Oeste Sustentável; - Odivelas Concelho saudável; - Movimento Smart Cities;  - Plano Local de saúde do ACES-Loures-Odivelas.

**Tabela 10** - Competências do GOC 2014

Fonte: Entrevista à coordenadora do GOC, Dr.<sup>a</sup> Paula Ganchinho realizada no dia 14/06/2014

Desde janeiro de 2013 e até à data da realização deste estágio, o GOC é constituído pelos seguintes elementos da equipa técnica: 1 Coordenadora Técnica, 2 Técnicas Superiores e 1 Assistente Técnica. Para além desta equipa que funciona quotidianamente no âmbito da missão do GOC, foi criada a figura de Conselheiros Municipais que colaboram em alguns projetos do GOC em diferentes domínios e saberes. A estrutura do GOC esta organizada conforme a tabela 11.



**Tabela 11** – Estrutura do GOC 2014

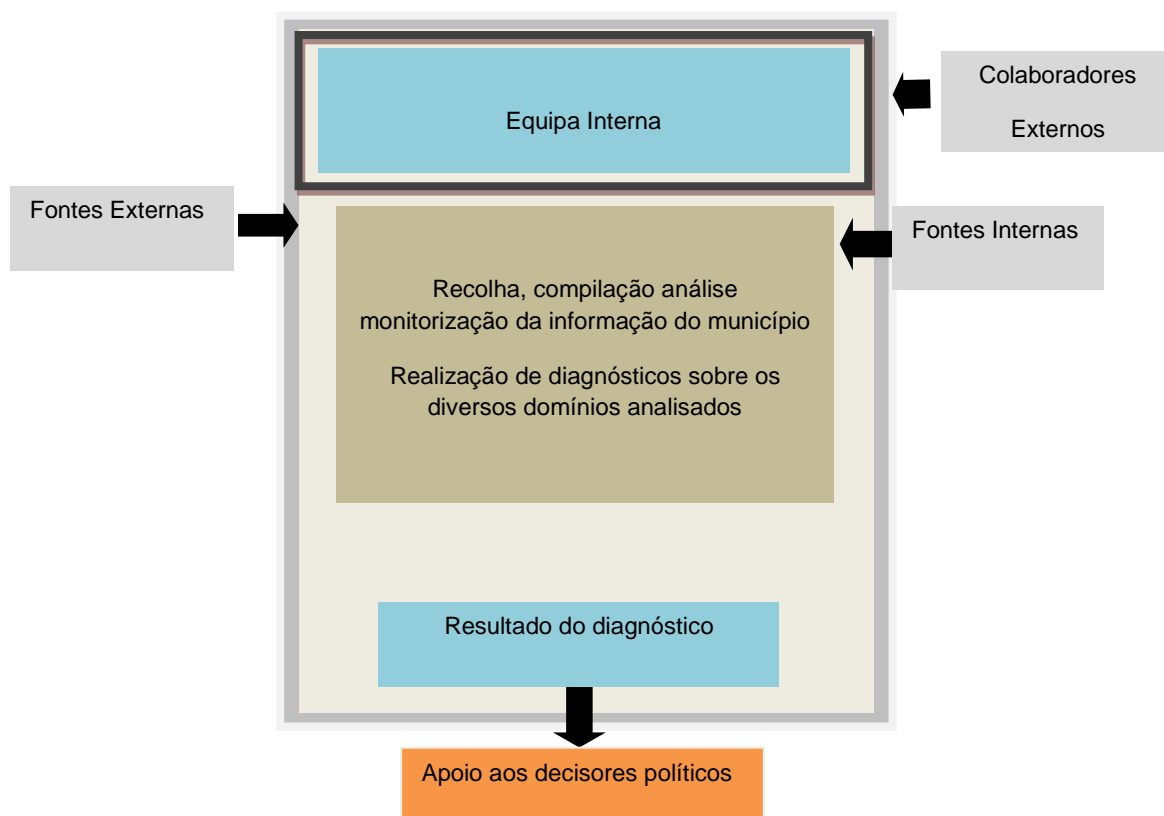
Fonte: Entrevista à coordenadora do GOC, Dr.<sup>a</sup> Paula Ganchinho realizada no dia 14/06/2014.

#### 4.3. O funcionamento do GOC 2014

Suportado num conjunto de informação estatística, no GOC desenvolve-se o tratamento e análise desta informação, que se apresenta sobre a forma de estudos com vista à elaboração de estratégias de intervenção de acordo com as necessidades efetivas dos municípios. Este pretende unicamente dar apoio aos decisores políticos, fazendo chegar informação devidamente analisada.

Sendo uma mais-valia para o interesse público e para o desenvolvimento do município, o Observatório, recolhe informação através da construção de ferramentas de recolha de dados junto das demais instituições que intervêm nas áreas supra referidas no âmbito geográfico do Concelho de Odivelas, bem como pelos diversos serviços da CMO que detêm competências nas matérias em análise perspetivando deste modo, apresentar os melhores resultados para a gestão municipal. Contribuindo assim com informação de carácter mais qualitativa e qualificativa, constituindo-se como um repositório completo com o máximo de informação estatística real e fidedigna para acompanhar de forma eficaz a atuação na comunidade.

Paralelamente à recolha de informação no Instituto Nacional de Estatística, o GOC reúne diretamente um conjunto de indicadores disponibilizados pelas diversas Unidades Orgânicas da CMO, acompanhando sistematicamente a sua difusão. Deste modo, constitui assim um arquivo de informação resultante de diversas fontes. A metodologia deste organismo é a que se apresenta na Tabela 12.



**Tabela 12** - Metodologia do GOC

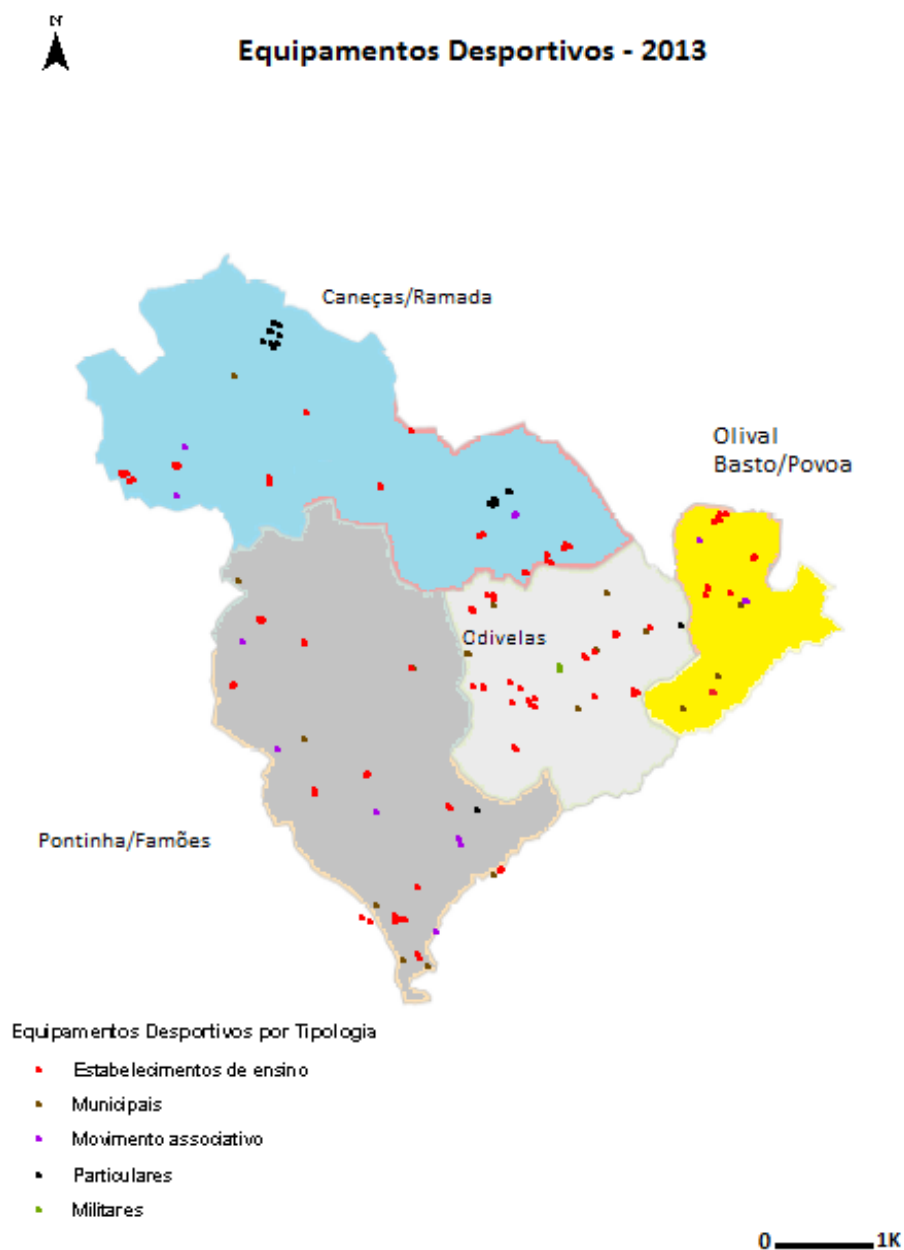
Fonte: Entrevista à coordenadora do GOC, Dr.<sup>a</sup> Paula Ganchinho realizada em junho de 2015

O documento interno do GOC (2014) intitulado **“Observatório da Cidade – Panorama do Concelho de Odivelas – Estudo Prévio”**, é constituído com base na análise das informações geradas pelos indicadores ao nível do Concelho. Para além da análise das dinâmicas concelhias e regionais, avalia, os impactos dos projetos implementados no Concelho, com informação estatística o mais completa possível, incluindo tendências e progressos ao longo do tempo sobre o município. O estudo é destinado a todos que queiram conhecer e aprofundar sobre dinâmicas locais.

Por outro lado, e de forma a dar visibilidade às dinâmicas locais, a coordenadora do GOC afirma que se prevê a elaboração de um suplemento de monitorização de informação. Este terá por base na apreciação de informação estatística oficial e relativa aos projetos e iniciativas ao nível das interações constantes e efetivas com a população de Odivelas, de modo a identificar e reportar a suas necessidades.

Como instrumentos auxiliares, e assim contribuir para melhor leitura do território, são gerados mapas temáticos atualizados e georreferenciados como resultado da análise de informação referente aos diversos domínios examinados. Destaca-se aqui, o mapa temático georreferenciado com equipamentos desportivos 2013, cartografado por tipologia, como um exemplo de outros mapas concebidos para agregar aos estudos e publicações do observatório (ver figura 8).

Este método visa identificar os recursos existentes no território de Odivelas, de forma a acompanhar as ações e atividades que acontecem no município, que poderão ter influência no desenvolvimento regional.



**Figura 8** - Equipamentos Desportivos 2013 por tipologia

Fonte: CMO/GOC 2014, elaboração própria em Arcgis 10.0

## **Capítulo 5. Odivelas – Enquadramento na AML, documentos e estratégias**

### **5.1 Enquadramento Histórico e Geográfico**

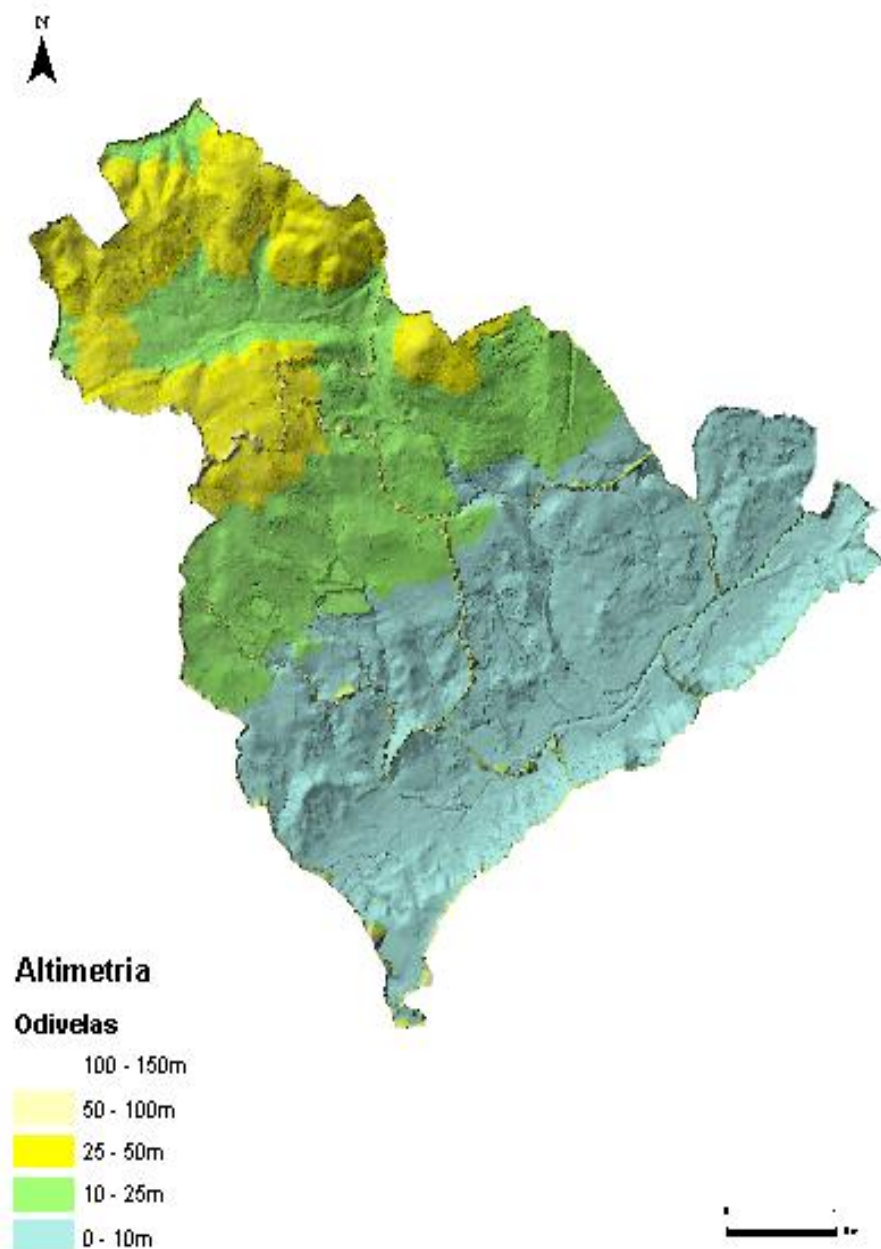
Em 1295, o Rei D. Dinis ordenou a construção de um Convento designado posteriormente de Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo. Durante este período até 1852, Odivelas esteve confinada a Lisboa. Depois, integrada no Concelho de Belém e extinto este em 1885, foi assimilada no então município dos Olivais. Em 1886, foi extinto o município dos Olivais, por conseguinte passou por ser integrada no recém-criado município de Loures. Elevada a Vila em 3 de Abril de 1964, através de um decreto-lei (n.º 45), tornou-se em meados dessa década, uma das freguesias mais populosa do Concelho de Loures, de Portugal e da Europa (CMO, 2004 Vol. I).

A tendência para a criação de novas centralidades políticas e administrativas que se verificava no Concelho de Loures, tinha como objetivo aproximar os eleitores dos eleitos (PDM, 2005). Esta situação conduziu que nas décadas de 80/90, por desmembramento da Freguesia de Odivelas a que surgem as freguesias da Pontinha, Famões e Ramada. Elevada a cidade em 10 de Agosto de 1990, através de um decreto I (decreto lei n.º 38/90), tornou-se sede de Concelho em 19 de Novembro de 1998, por separação do município de Loures. Contudo, apesar desta organização, o número de habitantes, manteve-se elevado ao nível das freguesias em Odivelas.

A distribuição da população a nível do território correspondente ao Concelho de Odivelas é condicionada por um conjunto de barreiras físicas, que determinam as atividades humanas.

A geografia de Odivelas é constituída por um relevo heterogéneo, com declives distribuídos de uma forma desigual por todo o município (PDM 2009 - Caracterização do território). O declive médio correspondente a área do Concelho de Odivelas situa-se próximo dos 15%. Atendendo a Figura 9, os rios e ribeiras expõem-se de uma forma bastante encaixada e as vertentes dominantes, apresentam pendentes que geralmente têm inclinações superiores a 25%.

Considerando que o clima e o relevo condicionam as atividades humanas, as áreas com declives menos acentuados reúnem condições mais favoráveis à permanência das populações.



**Figura 9** - Hipsometria de Odivelas

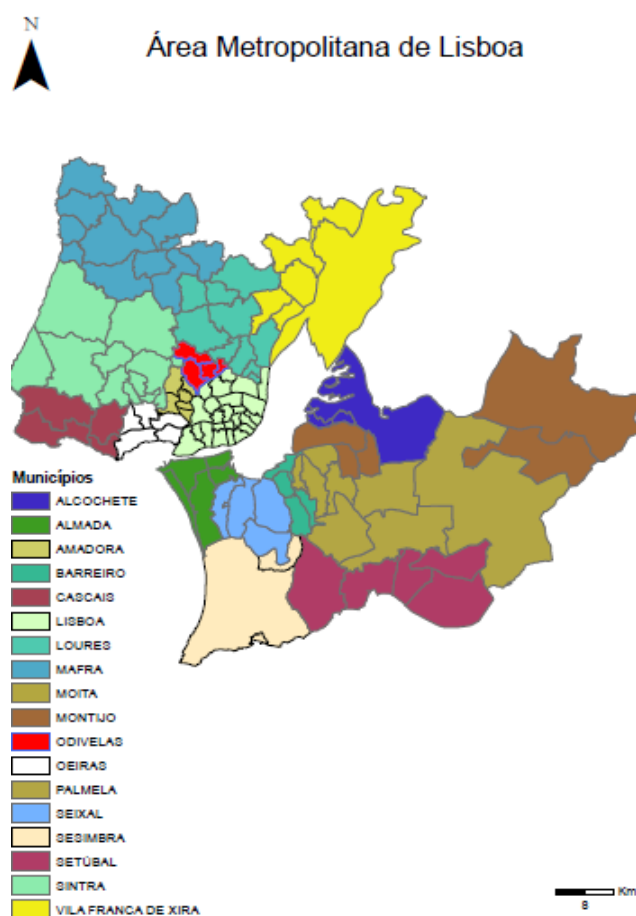
Fonte: CMO/GOC 2014, elaboração própria em Arcgis 10.0



## 5.2 Odivelas na Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa subdivide-se em dois territórios (AML-Norte e AML-Sul). Odivelas esta inserida nos municípios da AML-Norte (ver figura 10). Segundo os dados oficiais, caracteriza-se por ter um crescimento populacional elevado, semelhante ao total da Área Metropolitana de Lisboa de 5,6% em 1991-2001 e de 6% em 2001-2011. Odivelas conta com 144.459 residentes, o que representa cerca de 7% dos habitantes da designada “Grande Lisboa”, que, por sua vez, concentra cerca de 1/5 da população nacional.

Entre 2001 e 2011, encontrava-se na 4ª posição no contexto da AML Norte apresentando um maior crescimento populacional nesse período, equivalente a 8%. No entanto, são os municípios de Mafra e Cascais que neste âmbito, apresentam a maior taxa de crescimento populacional nos últimos 10 anos, com 41,1% e 21% conforme tabela 13.



**Figura 10** - Unidades administrativas da AML

Fonte: DGT, site consultado em Janeiro de 2017, elaboração em Arcgis 10.0

	População Residente			Variação de População			
	1991	2001	2011	1991 - 2001		2001 - 2011	
				Nº	%	Nº	%
Portugal	9.867.147	10.356.117	10.562.178	488.970	5,0	206.61	2,0
A.M.Lisboa	2.520.708	2.661.850	2.821.876	141.142	5,6	160.026	6,0
Grd.Lisboa	1.880.215	1.947.261	2.042.477	67.046	3,6	95.216	4,9
Amadora	181.774	175.872	175.135	-5.902	-3,2	-736	-0,4
Cascais	153.294	170.683	206.479	17.389	11,3	35.796	<b>21,0</b>
Lisboa	663.394	564.657	547.733	-98.737	-14,9	-16.924	-3,0
Loures	192.143	199.059	205.054	6.916	3,6	5.995	3,0
Mafra	43.731	54.358	76.685	10.627	<b>24,3</b>	22.327	<b>41,1</b>
<b>Odivelas</b>	<b>130.015</b>	<b>133.847</b>	<b>144.549</b>	<b>3.832</b>	<b>2,9</b>	<b>10.702</b>	<b>8,0</b>
Oeiras	151.342	162.128	172.120	10.786	7,1	9.992	6,2
Sintra	260.961	363.749	377.835	102.798	<b>39,4</b>	14.086	3,9
V. Franca Xira	103.571	122.908	136.886	19.337	18,7	13.978	<b>11,4</b>

**Tabela 13** - Percentagem de residentes (1991,2001 e 2011) e Variação da População dos vários Concelhos da AML Norte no período 1991/2001 e 2001/2011

Fonte: INE, Censos 1991/2001/2011 (Resultados definitivos)

A dimensão média das famílias apresentou uma quebra na última década, passando de 2,7 para 2,5 no total do Concelho (ver tabela 14). A presença de jovens a nível do Concelho registou um ligeiro aumento, seguindo a tendência verificada para a Grande Lisboa. Em termos gerais, é o aumento da percentagem de idosos que se destaca a nível do Concelho de Odivelas, representando em 2001, 12% da população residente, passando em 2011 a representar 17% condicionando assim as condições de sustentabilidade da população ativa.

	2001			2011		
	Portugal	Grande Lisboa (NUT S III)	Odivelas	Portugal	Grande Lisboa (NUT S III)	Odivelas
Dimensão média das famílias	2,8	2,6	2,7	2,6	2,4	2,5
Jovens (%) menos de 15 anos	16,2	15,0	15,0	15,0	15,6	15,1
Idosos (%) 65 e mais anos	16,5	15,9	12,0	18,9	19,1	16,9

**Tabela 14** - Dimensão média das famílias, percentagem de jovens (menos 15 anos) e percentagem de idosos (65 e mais anos) no período 2001/2011

Fonte: INE, Censos 2001/2011 (Resultados definitivos)

No que concerne ao envelhecimento da população, esta segue uma tendência de agravamento nesta última década. Em Odivelas, em 2001, por cada 100 jovens, existiam 80 idosos. Em 2011, por cada 100 jovens, existem 118 idosos, o que confirma a tendência observada a nível geral em Portugal. No entanto, os valores em Odivelas são menores que os verificados a nível nacional e na Grande Lisboa (ver tabela 15).

	2001			2011		
	Portugal	Grande Lisboa (NUT S III)	Odivelas	Portugal	Grande Lisboa (NUT S III)	Odivelas
Índice de Envelhecimento	101,6	105,7	80,3	125,8	122,5	111,7

**Tabela 15** - Índice de Envelhecimento no período 2001/2011

Fonte: INE, Censos 2001/2011 (Resultados definitivos)

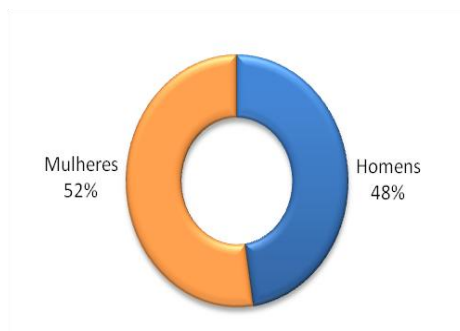
Em Odivelas o índice de rejuvenescimento da população ativa em 2011 é cerca de 86,3. Isto significa que potencialmente por cada 100 pessoas que saem do mercado de trabalho entram apenas 86. Em 2001, o índice de rejuvenescimento era superior a 137 o que significa que, na última década, se agravaram as condições de sustentabilidade e rejuvenescimento da população ativa no município (ver tabela 16).

Ano	Concelho de Odivelas	Portugal
2001	137,9	143,5
2011	86,3	94,3

**Tabela 16** - Índice de rejuvenescimento da população ativa 2001/2011

Fonte: adaptado de INE, Censos 2001/2011 (Resultados definitivos)

A percentagem de homens e mulheres mantem-se aproximadamente equilibrada em 2011 (47,6% de homens e 52,4% de mulheres), registando um valor ligeiramente superior no que se refere às mulheres no ano referido (Figura 11).



**Figura 11** - Percentagem de homens e mulheres em Odivelas 2011

Fonte: INE, Censos 2011 (Resultados definitivos)

A população residente caracteriza-se por um grau de qualificação académica, semelhante ao registado na Grande Lisboa. Os indivíduos com ensino básico não concluído situavam-se nos 11,7% em 2001 e 6,7% em 2011. Quando comparado com à média da Grande Lisboa 11,3% em 2001 e 6,6% em 2011, houve uma redução de população sem qualificações nesta última década, passando de 11,7% em 2001 para 6,7% em 2011 (ver tabela 17).

Relativamente ao ensino secundário, 19,2% da população residente detinha este grau académico em 2011, um valor idêntico ao observado na Grande Lisboa (19,4%). Ainda, conforme se demonstra na tabela 17, Odivelas tem um desempenho muito superior no que diz respeito as qualificações, quando comparado com à média nacional, onde os valores são de 15,7%.

(% )	2001			2011		
	Portugal	Grande Lisboa (NUT S III)	Odivelas	Portugal	Grande Lisboa (NUT S III)	Odivelas
População residente com mais de 15 anos com ensino básico não concluído	18,0	11,3	11,7	10,4	6,6	6,7
População residente de 15 e mais com ensino secundário	13,3	19,3	18,6	15,7	19,4	19,2

**Tabela 17-** Percentagem de população residente sem nível de escolaridade e com ensino secundário 2001/2011

Fonte: INE, Censos 2001/2011 (Resultados definitivos)

### 5.3 Análise sociodemográfica e habitacional das freguesias de Odivelas

O crescimento desmesurado que ocorreu nestas últimas três décadas foi fragmentando, quer ao nível urbanístico, quer ao nível social, todo o território correspondente ao Concelho de Odivelas. Note-se que, de acordo os censos do INE (2011) Odivelas é o 4º Concelho que mais cresceu na AML. Contudo, este crescimento conduziu à existência de disparidades ao nível das freguesias no que diz respeito a população e à habitação. Vejamos, com mais detalhe, este processo ao nível das freguesias.

No que diz respeito a proporção de géneros, note-se que a existência de um maior número de mulheres do que homens é transversal a todas as freguesias analisadas e acompanha a tendência ao nível do Concelho (tabela 18).

União das Freguesia	Residentes Total	H	M
Caneças Ramada	31981	15344	16637
Pontinha Famões	34136	16458	17678
Odivelas	59559	28131	31428
Póvoa Olival Basto	18873	8884	9989
Concelho	144549	68817	75732

**Tabela 18** - Residentes nas freguesias de Odivelas em 2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

Atendendo à figura 12, observando o ordenamento da população no território de Odivelas, é possível verificar que 1/2 da população do Concelho se encontra concentrada na área respetiva à freguesia de Odivelas. Contudo, existem algumas singularidades em determinadas freguesias.



**Figura 12-** Densidades demográficas das Freguesias de Odivelas 2011

Fonte: INE- BGRI 2011, elaboração própria em Arcgis 10.0

Vejamos ao nível habitacional

No que diz respeito ao saldo populacional, a freguesia da Póvoa e O. Basto mantém o saldo negativo, agravado pela perda de população, menos 1,5% face a 1991/2001 e a freguesia Famões/Pontinha recuperou sensivelmente 0,8% no número de habitantes (ver tabela 19).

A freguesia Caneças/Ramada recuperou ligeiramente 4,1% de habitantes na última década mantendo o saldo positivo, mas confirmando a tendência para estagnação dos quantitativos populacionais. Porém, é a freguesia de Odivelas que comprova a tendência de crescimento populacional elevado em Odivelas mais 4,5% face a 1991/2001, respetivamente.

União das freguesias	Evolução da População			
	1991 / 2001		2001 / 2011	
	Nº	%	Nº	%
Caneças e Ramada	5.086	3,9	5.554	4,1
Famões e Pontinha	-313	-0,2	1.105	0,8
Odivelas	-82	-0,06	6.110	4,5
O. Basto e Póvoa de Santo Adrião	-859	-0,66	-2.077	-1,5
Concelho	3.832	3,18	10.692	7,9

**Tabela 19** - Evolução da População em Odivelas 1991/2001 e 2001/2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

O edificado ganha importância no conceito Comunidade Sustentável, uma vez que através deste, haverá maior qualidade de vida (Louro, 2011). De facto, em Portugal, a tendência a nível nacional mostra que o crescimento urbanístico ocorreu, sobretudo, pela via da construção de habitações. O número de alojamentos aumentou muito esta última década, tendo registado um ritmo de crescimento sempre superior ao das famílias (ver tabela 20).

	2001			2011		
	Portugal	Grande Lisboa (NUT S III)	Odivelas	Portugal	Grande Lisboa (NUT S III)	Odivelas
Alojamentos Familiares	5357900	933535	59042	5878095	1065927	69612
Famílias	3650757	742658	48853	4043726	835653	57744

**Tabela 20.** Famílias e Alojamentos em Portugal 2001/2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

Porém, esta realidade em Odivelas deu origem a proliferação de construções clandestinas em todo o território. Vejamos com mais detalhe esta situação ao nível das freguesias.

Em relação à média de alojamentos por edifício (nº de alojamentos por edifício) é registado um valor muito abaixo da média 2,7 nas freguesias Caneças/Ramada e Pontinha/Famões, demonstrando claramente a tendência para presença de alojamentos unifamiliares. Todavia, nas freguesias de Odivelas e Póvoa e Olival Basto esse valor é muito superior à média do Concelho que registou o valor de 4,2. O que significa que na freguesia de Odivelas a média de alojamentos situa-se nos 8,3, o que comparado com o nº de edifícios existentes, denota uma maior tendência para a construção em altura. Confirmando esta tendência, estão também a freguesia da Póvoa e Olival Basto onde as famílias são menos numerosas. Em contrapartida, as famílias são mais numerosas na freguesia de Caneças/Ramada, à média de indivíduos por família era ligeiramente superior à média verificada para o Concelho (ver tabela 21).

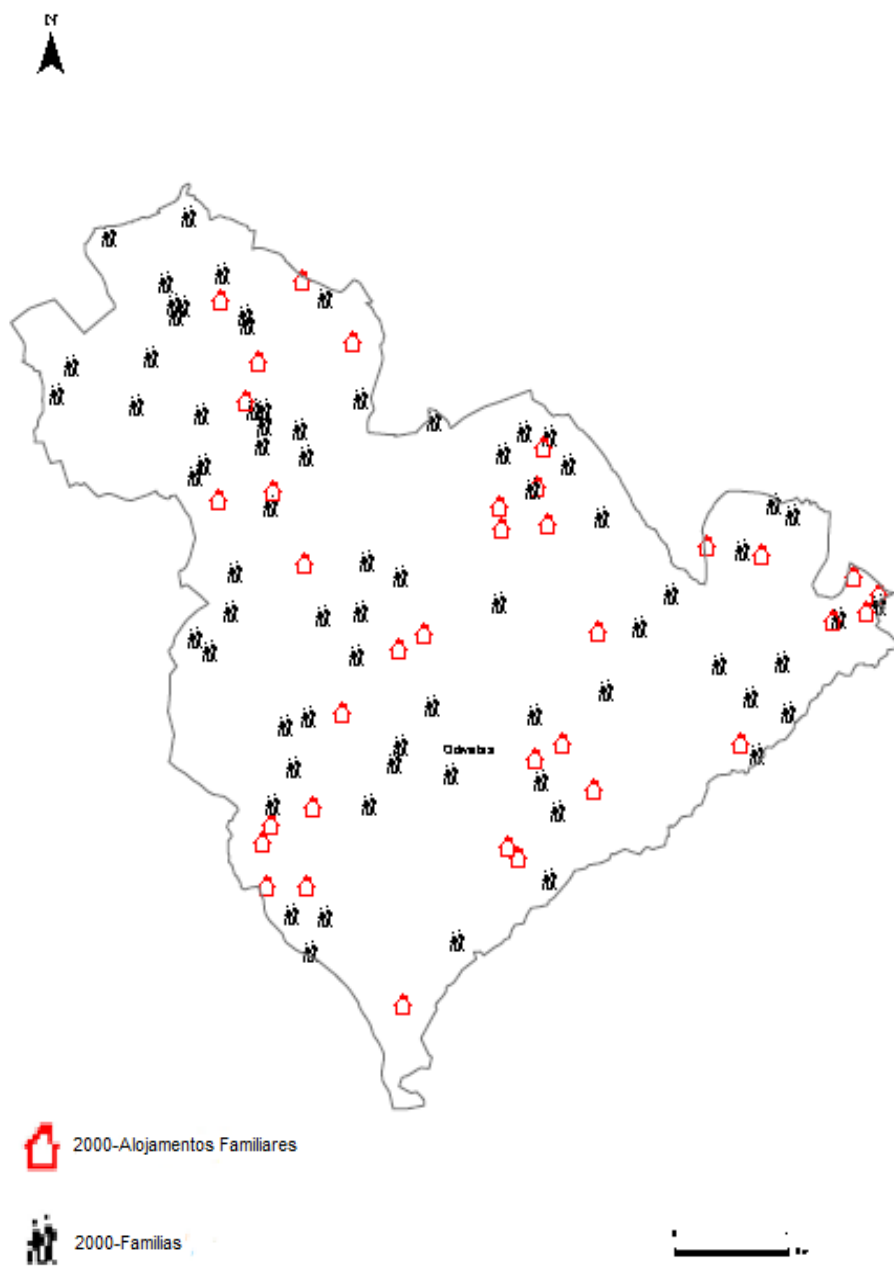
União das Freguesia	Famílias (dimensão média)	Edifícios	Alojamento/Edifício (média)
Caneças Ramada	2,6	5163	2,7
Pontinha Famões	2,5	6048	2,7
Odivelas	2,4	3521	8,3
Póvoa Olival Basto	2,3	1621	5,7
Concelho	2,5	16353	4,2

**Tabela 21-** Famílias, Alojamentos e Edifícios nas freguesias de Odivelas 2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011



Assim, atendendo ao seguinte mapa temático, e na sequência desta análise de dados, é claramente perceptível a fragmentação do território de Odivelas, relativamente ao ordenamento de alojamentos familiares em determinadas áreas geográficas do município. O que confirma deste modo, a existência de disparidades na dimensão das freguesias.



**Figura 13** - O panorama da habitação e população em Odivelas 2011

Fonte: INE- BGRI 2011, elaboração própria em Arcgis 10.0

Vejamos com mais detalhe, alguns dados sobre as freguesias<sup>2</sup>.



**Figura 14 - Odivelas**

Fonte: CMO/GOC 2014, elaboração própria em Arcgis 10.0

Residem em 3521 edifícios, 59555 indivíduos, dos quais 28131 são homens e 31428 mulheres. Conforme a figura 14, a freguesia de Odivelas tem 503,58 (Ha) de área e nela se regista uma densidade populacional de 11.864,3 habitantes (IGP, 2013).

Na análise do período 2001-2011, em contraste com a década anterior, Odivelas é a freguesia que apresenta uma evolução positiva do quantitativo populacional de -0.06% em 1991/2001 para 4,5% em 2001/2011.

---

<sup>2</sup> A informação referente a este subcapítulo, baseou-se em dados calculados ao nível das freguesias no atual quadro administrativo do Município em 2015. As tabelas podem ser consultadas em anexo (ANEXO I).

Uma leitura da população por grupos etários permite confirmar uma tendência de envelhecimento da população residente. Apesar da classe dos 0-14 anos apresentar uma taxa de variação positiva 7,3%, é contrariada pela classe dos 15-24, que apresenta um registo negativo de 9,2%, confirmando a tendência de diminuição de jovens desta faixa etária na freguesia. Relativamente à população adulta e ativa dos 25-64 anos a dinâmica é positiva, verificando-se um acréscimo de 4,6% no período 2001/2011, enquanto 17,6% dos residentes da classe 65 e mais, confirmam uma variação positiva acentuada no envelhecimento populacional da freguesia.

Quanto à escolaridade, é de salientar que é a freguesia que apresenta níveis de analfabetismo mais reduzidos 2,4%, valor abaixo da média concelhia, 2,8%. No que diz respeito aos residentes, 21,5% possuem o ensino superior, valor considerado também acima da média registada no Concelho.

Relativamente a taxa de atividade, esta é a 2ª maior a nível do Concelho, 53,5%. A percentagem de mulheres ativas na freguesia corresponde a 51,6% do total de mulheres residentes, de igual forma se aplica para 55,6% do total dos homens residentes na freguesia. No entanto, estes valores são superiores quando comparados com à média do Concelho, que registou 54,6% correspondente aos homens e 50,4% as mulheres.

Nesta freguesia a taxa de emprego em 2011 situava-se nos 55,8%, valor ligeiramente superior à média concelhia, que registou 54,3%.

O Setor de atividade mais representativo nesta freguesia é o terciário, que corresponde a 55,3% no terciário económico, 30,7% no setor terciário social, a que se lhe segue o setor secundário com, 13,9%.

Em 2011, a dimensão média das famílias regista um valor de 2,4, registando-se ligeiramente inferior à média do Concelho 2,5.

A elevada densidade populacional reflete-se nos índices de número de fogos por edifício, uma vez que em Odivelas são registados valores de 8,3, bem acima da média concelhia com um registo de 4,2.



**Figura 15 - Pontinha e Famões**

Fonte: CMO/GOC 2014, elaboração própria em Arcgis 10.0

No atual quadro organizativo da freguesia figura 15 residem em 6048 edifícios, 34136 indivíduos, dos quais 16458 são homens e 17678 mulheres. A área da freguesia é de 921,9 (Ha) e regista uma densidade populacional de 3706,4 habitantes (IGP, 2013).

Nesta perspetiva, a freguesia recuperou população, passando de uma variação de -0,2% em 1991/2001, para 0,8% em 2001/2011.

A distribuição populacional por diferentes grupos etários apresenta uma tendência para uma variação populacional negativa, no grupo etário 0-14 anos 0,2% em 2001/2011, acentuando a perda de população referente a este grupo na freguesia. No entanto, presentemente é a freguesia que apurou um número maior de jovens dos 15-24 anos, confirmando uma tendência de variação positiva de 4,6%, contrariando a situação verificada a nível concelhio, de 11,3%. Também a população adulta 25-64 anos, registou um acréscimo de 0,7%. Para o período referido, confirma-se também a

predominância do envelhecimento de 10,3%, da população de 65 e mais anos. Regista um índice de envelhecimento de 111,9, superior à média do Concelho (107,2).

Quanto à escolaridade, é de salientar que é a freguesia que apresenta o nível de analfabetismo mais elevado do Concelho nos 3,2% e a percentagem mais baixa de licenciados 12,3%.

Relativamente à taxa de atividade, regista um valor abaixo da média, só 50,5% da população residente se encontra ativa, um valor inferior a média que apurou 52,5%.

Esta situação é verificada também a nível da distribuição da população ativa por sexo na freguesia 52,5% dos homens está ativo, face a 48,5% das mulheres.

No que diz respeito à taxa de emprego, nesta freguesia 51,1% da população residente encontra-se empregada, um valor abaixo da média concelhia 54,3%.

O setor mais representativo continua a ser o terciário, com 52,4% no setor terciário económico e 26,6% no social. No entanto, é a freguesia com maior percentagem de empregabilidade no setor secundário com 17,7%.

Verifica-se uma estagnação da dimensão média das famílias, que se traduz em 2,5, que assumindo um valor semelhante à média concelhia.

O número de fogos por edifício é de 2,7, bem inferior à média do Concelho que se situa a 4,2, refletindo a baixa densidade populacional da Freguesia.



**Figura 16 - Caneças e Ramada**

Fonte: CMO/GOC 2014, elaboração própria em Arcgis 10.0

Residem em 5163 edifícios, 31981 indivíduos, dos quais 15344 são Homens e 16637 são Mulheres. A área da freguesia é de 966 (Ha) IGP (2013) e nela se regista uma densidade populacional de 3310,7 habitantes (ver figura 16).

A freguesia recuperou ligeiramente população, passando de 3,9% em 1991/2001 para uma evolução populacional de 4,1% nesta última década.

A distribuição da população por diferentes grupos etários apresenta uma variação positiva de 4,9% no grupo etário dos 0-14, anos acentuando também esta variação no grupo dos 25-64 anos com 4,3%.

A freguesia apresenta um índice de envelhecimento inferior à média do Concelho, de 83,2, confirmando a predominância de população jovem e ativa.

Em termos de escolaridade, esta freguesia regista apenas 2,4% de analfabetos quando comparado com o valor de 2,8%, apurado no Concelho. Quanto às qualificações 19%

dos indivíduos residentes possuem o ensino superior, valor ligeiramente acima da média que o Concelho que regista, 17,8%.

No que diz respeito a taxa de atividade, 54,% dos residentes encontram-se ativo, valor ligeiramente acima dos 52,5% observados à média do Concelho.

A percentagem de homens com situação profissional ativa corresponde a 56,2% e a situação das mulheres a apenas 52%. Contudo, estes valores são superiores quando comparados com à média do Concelho, 54,6% de homens estão ativo contra 50,4% de mulheres respetivamente.

Do mesmo modo, 58,1% da população residente nesta freguesia encontra-se empregada, contudo é de salientar que este valor é considerado muito acima da média concelhia, que regista 54,3%.

O setor dominante é o terciário com 52% no terciário económico, 31,6% no setor terciário social e apenas 16,2% da população residente se dedica ao setor secundário.

O nº de fogos por edifício apresenta o valor de 2,7, bem inferior à média do Concelho 4,2, confirmando uma baixa densidade populacional.

Estes valores são contrariados pelo valor da dimensão média das famílias no Concelho, que é de 2,6, considerado ligeiramente acima da média concelhia de 2,5.



**Figura 17-** Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião

Fonte: CMO/GOC 2014, elaboração própria em Arcgis 10.0

Residem em 1612 edifícios, 18873 indivíduos, dos quais 8884 são Homens e 9989 são Mulheres. A área da freguesia é de 262,9 (Ha) IGP (2013) e nela se regista uma densidade populacional de 7176 habitantes (ver figura 17).

A freguesia tem vindo a perder população nestas últimas duas décadas, passando de -0,66% em 1991/2001 para 1,5% no período de 2001/2011.

A distribuição da população por diferentes grupos, nesta última década demonstra uma variação positiva em 7,4%, para o grupo etário 65 e mais anos. No entanto, este valor é o mais reduzido ao nível das freguesias do Concelho.

Esta freguesia regista um índice de envelhecimento de 149,7, muito superior à média do Concelho e restantes freguesias confirmando também, a pouca afluência de jovens.



A percentagem de analfabetos é de 2,9%, um valor ligeiramente acima da média do Concelho, que é de 2,8%.

No que diz respeito a taxa de atividade, 49,9% da população encontra-se ativa nesta freguesia. Este valor é ligeiramente inferior quando comparado com à média concelhia, que registou o valor de 52,5%, precisamente.

Relativamente à distribuição da taxa de atividade por género, 39,2% correspondem aos homens ativos e 61,3% às mulheres. Este valor mostra que nesta Freguesia, existe um desequilíbrio entre géneros, no que diz respeito à ocupação.

Quanto a taxa de emprego, 45,1% da população está empregada. Contudo este valor está muito abaixo quando comparado com à média concelhia, que regista um valor de 54,3%.

O setor terciário é o dominante com 53,2% no económico e 29,4%, no terciário social. Corresponde ao setor secundário 17,2% e apenas 0,16% equivalem setor ao primário.

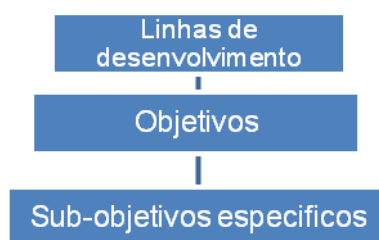
A forte densidade populacional reflete-se também nos edifícios. Esta freguesia tem um índice correspondente ao número de fogos por edifício de 5,7, tratando-se de um valor muito acima dos 4,2 observados na média do Concelho. No entanto, a dimensão média das famílias, apresenta um índice de 2,3, sendo considerado este valor, o mais reduzido do Concelho.

#### 5.4 Documentos e estratégias

De forma a enquadrar o trabalho desenvolvido, no sentido de promover melhor entendimento sobre o “projeto de cidade” que Odivelas pretende assumir, foi necessário conhecer as lógicas e as estratégias que lhe estiveram associadas.

Tendo o Município subscrito a Carta Europeia das Cidades Sustentáveis no quadro da Agenda Local XXI o desenvolvimento do território perspectiva-se numa lógica de sustentabilidade. Por outro lado, Odivelas pretende assumir um maior protagonismo, no contexto metropolitano e abandonar gradualmente o carácter periférico que foi assumindo ao longo das últimas décadas. O crescimento populacional disperso, que ocorreu nas últimas décadas, foi fragmentando ao longo do tempo todo o território. Por conseguinte, criou-se a oportunidade de se estabelecerem as condições necessárias para afirmação de um espaço, articulado, onde se promovam oportunidades de integração das estruturas fragmentadas e de afirmação de um espaço novo, de qualidade e equilibrado (CMO, 2009).

Por essa razão, o município apostou num modelo de desenvolvimento territorial, assente numa lógica definida no contexto de planeamento estratégico. Este modelo apresenta três linhas de desenvolvimento, correspondidas por um conjunto de objetivos e sub-objetivos específicos, cuja articulação se estabelece tal como se encontra definido na figura 18.



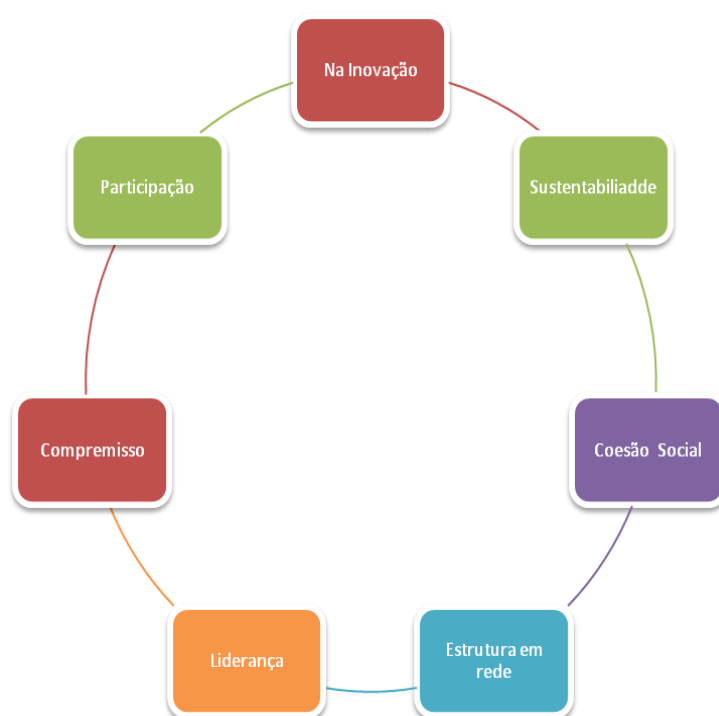
**Figura 18** - Modelo de desenvolvimento territorial de Odivelas 2009

Fonte: adaptado de CMO, site consultado em Maio de 2014

Por conseguinte, de acordo a CMO (2009) foram definidas linhas de desenvolvimento para reforçar o papel de Odivelas no contexto metropolitano. Estas assentam essencialmente no sistema de acessibilidades, no sistema natural, no sistema urbano, no sistema económico, cultural e educativo.

Para qualificar Odivelas e transformá-la num espaço urbano e humanizado, o município apostou em seis vetores estratégicos de orientação: 1) o ordenamento do território; 2) a reabilitação do património e dos espaços públicos; 3) a preservação e recuperação das principais componentes ambientais e urbanas; 4) a cultura; 5) a educação e 6) a modernização da economia, a par de princípios de boa governabilidade local (CMO, 2009).

Como linha de desenvolvimento para qualificar Odivelas e a transformar num espaço de oportunidade, a CMO (2009) comprometeu-se a criar condições orientadas para a qualificação do território. Estas têm por base a melhoria da qualidade de vida dos residentes, a afirmação da identidade territorial e a criação projetos atrativos e inovadores a várias escalas, assentes em sete pontos fundamentais definidos no pressuposto de uma Orientação Estratégica para o desenvolvimento do município (ver Figura 19).



**Figura 19** - Os sete pontos fundamentais da Orientação Estratégica

Fonte: CMO, site consultado em Maio de 2014

Os pontos estratégicos que se apresentam na figura 19 conforme informação da CMO (2009) remetem para:

- O domínio da sustentabilidade, apelando para a consciência ambiental;
- A coesão social do município, a necessidade de igualdade ao acesso e fruição de locais e o intercâmbio de pessoas e bens;
- A estrutura em rede, realçando a importância de um projeto global em Odivelas, ao conectá-la em distintos nós e redes de aprendizagem territorial, em sintonia com outras cidades nacionais e internacionais;
- A liderança política competente e orientada para protótipos de cidadania que permitam despoletar sinergias locais numa sociedade de informação;
- A inovação, promovendo o desenvolvimento de atividades económicas inovadoras;
- O compromisso, estabelecendo uma relação mais empenhada entre o Município, os Agentes locais e a População;
- A participação, promovendo um sistema mais aberto à participação dos munícipes.

### 5.5 As políticas para a Qualificação Urbana nas (AUGI) em Odivelas

A CMO apostou em políticas de desenvolvimento, norteadas por objetivos específicos. Na conjuntura atual, estas políticas encontram-se orientadas para a valorização ambiental, integração e coesão social, beneficiação das acessibilidades, incremento e qualificação espacial das atividades económicas, e por fim, a qualificação urbana.

No âmbito desta investigação, vejamos com mais detalhe, no contexto de qualificação urbana, em que consiste um dos objetivos no PDM (2009) na altura em vigor:

- Afirmar o território urbano de Odivelas enquanto rede de espaços multifuncionais e complementares.

Este ponto, é composto por subjetivos específicos que consistem em:

- Qualificar e integrar zonas urbanas predominantemente unifamiliares;
- Criar um espaço urbano de excelência qualificado, indutor de desenvolvimento supralocal (recreio e lazer, habitação e atividades económicas).

O quadro habitacional tem sido uma das maiores necessidades de intervenção por parte do Município de Odivelas. Atualmente, o território ainda apresenta algumas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI). Segundo a legislação as (AUGI) são, os prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objeto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data em vigor do Decreto-Lei nº 400/84 de 31 de Dezembro e que, nos respetivos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), estejam classificadas como espaço urbano ou urbanizável<sup>3</sup> “.

A CMO tem desenvolvido uma política consistente na legalização e requalificação destas áreas urbanas, por intervenção na urbanização de lotes (ver tabela 22).

Total	Área Intervencionadas m <sup>2</sup>
Concelho Odivelas	4.568.881,07 M2

**Tabela 22** - Total de (AUGI) intervencionadas no Concelho de Odivelas 2012

Fonte: “Observatório da Cidade - Panorama do Concelho de Odivelas – Estudo Prévio ”

---

<sup>3</sup> Lei n.º 91/95 de 2 de Setembro; Processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal; art.º. 1º, n.º 2, consultado na internet em 2016

Atendendo a tabela 23, é possível verificar que no Concelho de Odivelas a tipologia das (AUGI) é diversificada no que se refere à área de intervenção, ao número de fogos e ao número de lotes.

União das Freguesia	AUGI			Nº de fogos	Nº de lotes
	Nº	Com Alvará	Sem alvará		
Caneças Ramada	45	26	19	6600	4609
Pontinha Famões	33	25	8	11320	6831
Odivelas	8	2	6	1840	1028
Póvoa Olival Basto	6	1	5	13	12
Concelho de Odivelas	92	54	38	19773	12480

**Tabela 23** - Tipologia das (AUG) no Concelho de Odivelas 2012

Fonte: adaptado de, “Observatório da Cidade - Panorama do Concelho de Odivelas – Estudo Prévio ”

## **Capítulo 6. O bairro Quintinha da Arroja – no caminho de uma Comunidade Sustentável**

### **6.1 Metodologia<sup>4</sup>**

No âmbito deste trabalho, metodologia revelou-se uma ferramenta fundamental na análise de bairro. Esta foi descrita através de um sistema de indicadores (subjetivos) que permitiram caracterizar e avaliar os pressupostos que integram as diferentes dimensões das comunidades sustentáveis. Os indicadores aqui utilizados, e que se apresentam no Anexo VI, estão relacionados com as “[...] perceções da comunidade, quanto a temas como a segurança, limpeza, os espaços públicos, a educação, a habitação, poluição, entre outros” (Louro, 2011:59).

A operacionalização deste projeto foi alcançada através da realização de inquéritos às famílias do bairro Quintinha da Arroja, complementada com algumas conversas informais, e por fim a consequente descrição e interpretação dos resultados. De uma forma mais específica, no que se refere a critérios para a seleção de indicadores, importa referir que, estes estiveram dependentes das circunstâncias da área (habitação e ambiente construído) e das necessidades da comunidade. Quanto à elaboração dos inquéritos, estes, foram realizados diretamente às famílias residentes no bairro Quintinha da Arroja, entre os meses de Dezembro de 2015 e Janeiro de 2016. Quanto à seleção dos inquiridos apostou-se na inquirição dos residentes, nos respetivos alojamentos, de diferentes faixas etárias e origens geográficas, estabelecendo como norma, a inquirição de indivíduos acima dos 14 anos de idade. Procurou-se efetuar os inquéritos em diferentes dias da semana (dias úteis e fins de semana) e horas do dia (manhã, tarde e noite).

Para o efeito, as questões aplicadas no inquérito, procuram aferir a perspetiva dos residentes em relação a algumas dimensões apontadas no Egan Review (2004), como a Habitação e Ambiente Construído, a dimensão Social e Cultural, Transportes e Conectividades, Ambiente e a Governança local. São assim consideradas questões que avaliam o sentimento de pertença ao bairro, bem como, o grau de satisfação com a comunidade. Este conjunto de questões permite igualmente, identificar os fatores que contribuem para a configuração de Comunidades Sustentáveis.

---

<sup>4</sup> De acordo com dados oficiais, INE- 2011 residem no bairro Quintinha da Arroja 230 famílias. Foram distribuídos 101 inquéritos diretos às famílias residentes no bairro (60 questionários na urbanização municipal e 41 na área alvo do processo de combate ao clandestino). Foi calculada uma margem de erro inferior a 10% com um nível de confiança aproximadamente de 90%. Para efeito de tratamento de dados, todos os questionários foram agregados.

O modelo do inquérito, que pode ser consultado em anexo (Anexo IV), integra quatro partes: a primeira centra-se na caracterização social e demográfica do inquirido; a segunda envolve o tema, residentes satisfeitos com a habitação, e é composta por questões relacionadas com a tipologia e regimes de propriedade a par da classificação da área de residência pelos indicadores; a terceira aborda o tema residentes satisfeitos com o lugar para viver e engloba questões sobre o associativismo, aspetos positivos e negativos do bairro, bem como, a frequência de parques e jardins públicos; a quarta e última parte, integra questões que permitem o levantamento de medidas importantes para melhorar o lugar onde vivem e as questões para quantificar o grau de felicidade (individual e co a comunidade).

Quanto a área de estudo (ver figura 20), considerou-se um bairro compreendido por um núcleo habitacional maioritariamente Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) e, por um núcleo reduzido de habitação municipal. Esta área encontra-se afastada do centro da freguesia de Odivelas. O núcleo 2 surgiu devido a proliferação da construção clandestina. O núcleo 1 surge, pela necessidade do município, em combater a construção clandestina.



**Figura 20** - Bairro Quintinha da Arroja

Fonte: Google Earth (2017)



Notas: Núcleo – 1, correspondente a urbanização municipal, edificada ao abrigo do Programa Especial de Realojamento PER do município de Odivelas.

Núcleo – 2, considerado maioritariamente Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI).

Na tabela 24 apresenta-se a estrutura do inquérito aplicado, constando os quatro temas e o assunto referente aos mesmos.

Tema	Assunto
1.Caracterização sociodemográfico	Sexo Idade Parentesco Grau de Instrução Situação profissional Profissão
2. Residentes satisfeitos com habitação	Regime de ocupação Tipologia Estado de conservação da habitação Obras de conservação Classificação da habitação segundo itens
3. Residentes satisfeitos com o seu bairro como lugar para viver	Participação em atividades associativas e voluntariado no bairro Aspetos positivos e negativos do bairro Utilização de espaços públicos e jardins Classificação do bairro segundo itens Avaliação à C.M. de Odivelas pelo processo de reconversão do bairro
4. Medidas importantes para melhorar o lugar onde vive	Propostas para viver melhor e circular no bairro Sentimento de felicidade em residir no bairro Sentimento de felicidade uma forma individual e gera

**Tabela 24** - Estrutura do Inquérito aos residentes da “ Quintinha da Arroja” 2015

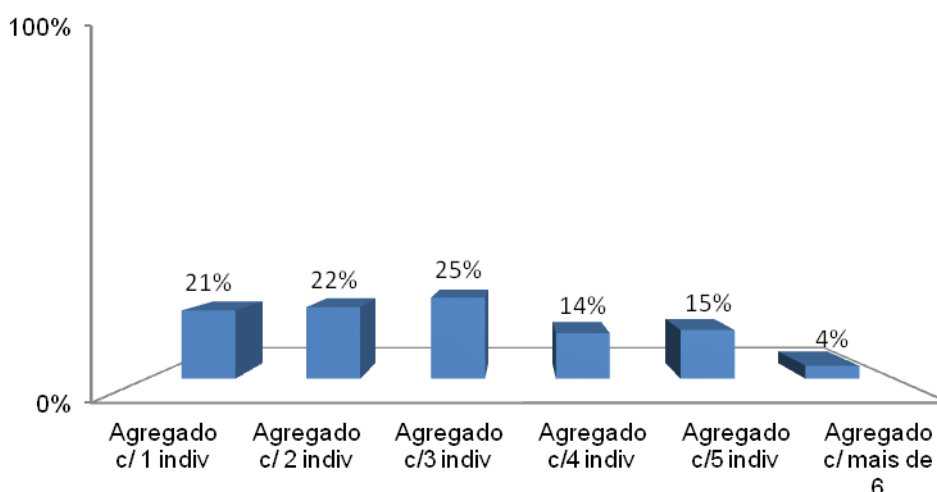
Fonte: Própria

## 6.2 Os habitantes da Quintinha da Arroja – percepções e vivências no bairro

Quanto aos moradores da Quintinha da Arroja, segundo os resultados dos inquéritos, são maioritariamente portugueses e de origem africana. Por se tratar de uma comunidade multiétnica, foram registados no decorrer do trabalho de campo algumas informações relativas a características referentes a população residente, nomeadamente as suas origens.

A amostra é constituída por 101 famílias (por indivíduos com mais de 14 anos de idade). Verificou-se que, neste inquérito, participaram 79% de população de origem portuguesa, dos quais 10% são de origem cigana, e 22% residentes de origem africana, dos quais 14% são oriundos de Cabo Verde, 2% de Angola, 4% da Guiné Bissau e 1% pertencente a São Tomé e Moçambique.

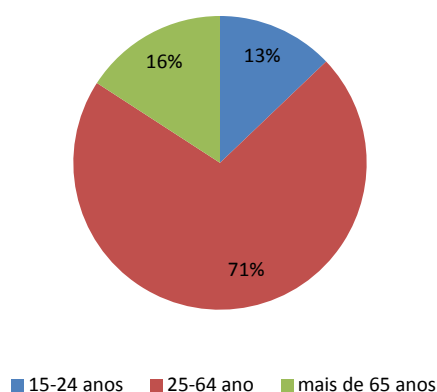
No que diz respeito à dimensão das famílias, observou-se que 47% dos agregados são compostos por 2 a 3 indivíduos. Note-se que, esta tendência confirma os dados anteriormente analisados pelo INE, a presença de agregados de pequena dimensão a nível nacional. De facto, este indicador destaca também que 21% dos agregados familiares é composto apenas por um indivíduo, o que significa alguma preponderância das famílias monoparentais nesta amostra (figura 21).



**Figura 21-** Dimensão dos agregados familiares

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

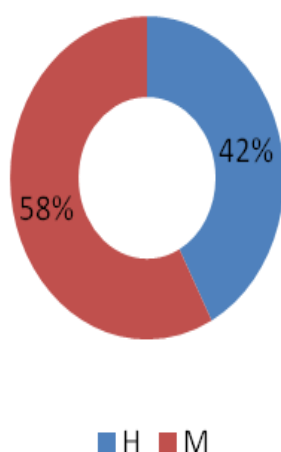
A estrutura etária dos inquiridos apresenta ligeiras diferenças. Destacam-se os adultos em idade ativa (25-64 anos) como sendo os mais representados da amostra (com valores acima dos 70%), seguidamente a presença de idosos 65 e mais anos com 16% e com menos representatividade, os jovens 15-24 anos, com 11% respetivamente. Note-se que, por questões metodológicas, foram excluídas as crianças até aos 14 anos de idade (figura 22).



**Figura 22** - Estrutura etária dos inquiridos

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

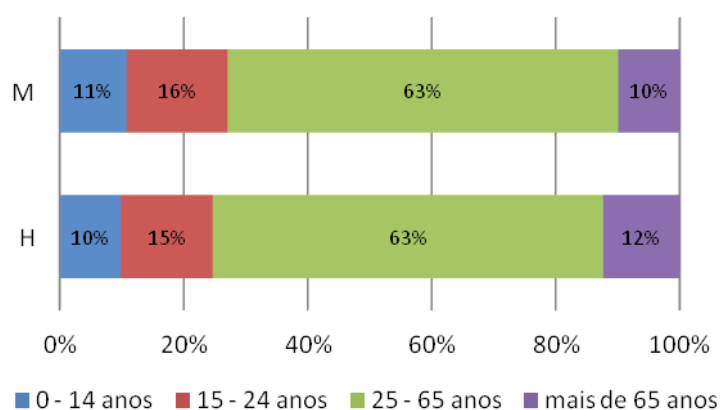
Quanto a repartição dos elementos por género, confirma-se a tendência de predominância de indivíduos do sexo feminino 58% relativamente ao sexo masculino 42% (figura 23).



**Figura 23** - Repartição dos elementos da amostra por género

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

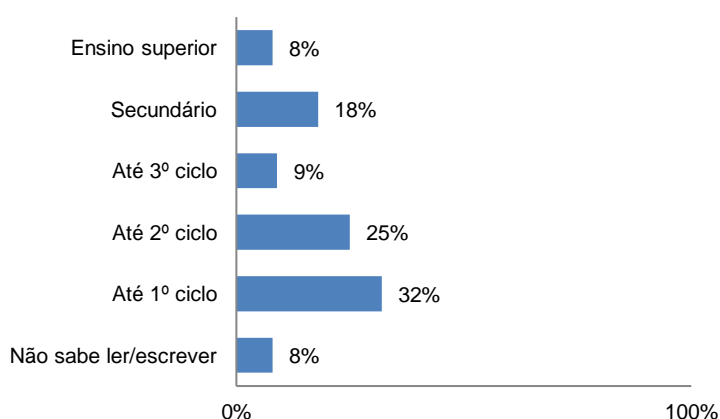
No que diz respeito a representatividade da amostra, observa-se uma paridade no grupo etário 25-65 anos. Nas classes etárias com menor representatividade sobressaem ligeiramente pequenas diferenças. Na classe mais de 65 anos, 12% correspondem aos homens e apenas 10% se refere às mulheres. Para as restantes classes as diferenças não são na sua maioria significativas (figura 24).



**Figura 24** - Grupos etários repartidos por género

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

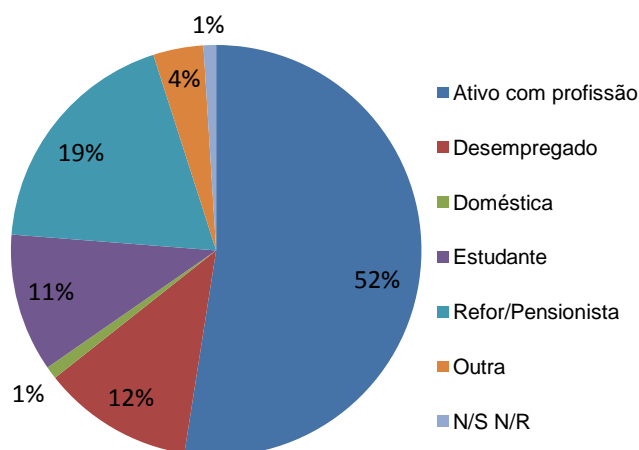
Analisando o grau de instrução de todos os inquiridos da amostra, verifica-se que 32% dos residentes se incluem na classe “Até 1º ciclo”, 25 “Até 2º ciclo” 9% “Até 3º ciclo” do ensino básico, 18% têm o ensino “Secundário” e apenas 8% têm o “Ensino superior”. Por fim 8% são analfabetos (figura 25).



**Figura 25** - Grau de instrução dos inquiridos

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

A nível socioprofissional, 52% dos inquiridos dizem estar ativos, 12% encontram-se desempregados e apenas 1% se identificou como doméstica. A estudar, estão 11% da população da amostra e os reformados/pensionista são 19%. Apenas 4% diz ter outra situação e só 1% recusou responder a esta questão ( figura 26).



**Figura 26** - Situação Profissional

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

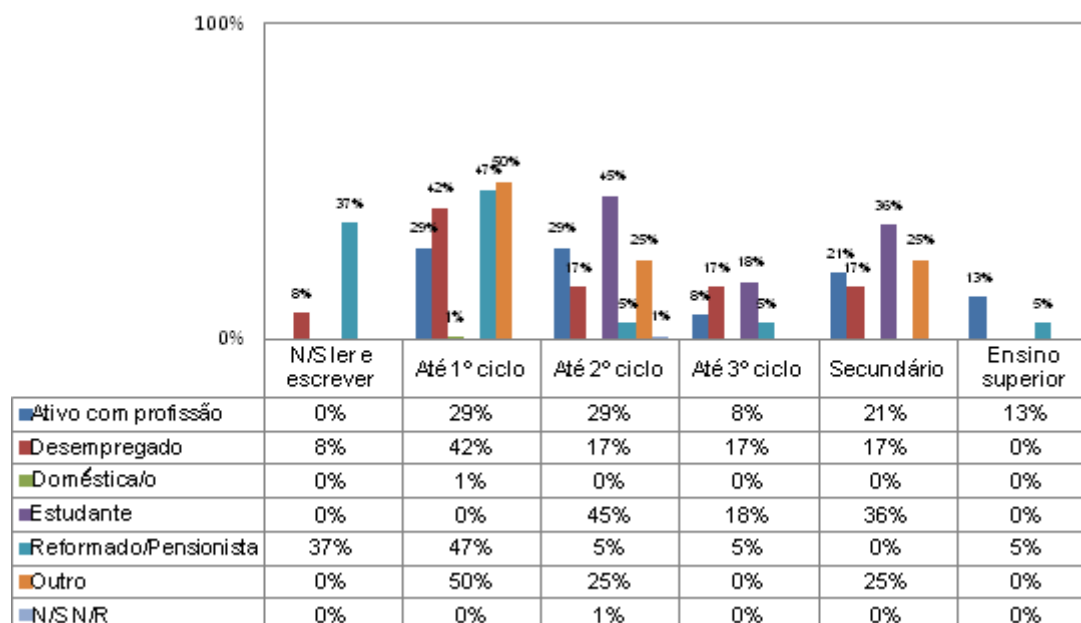
De acordo com a distribuição por ramos de atividades, estas organizaram-se de acordo com a CAE Rev. 3 do INE. Assim, 28% dos indivíduos dedicam-se a atividades administrativas e dos serviços de apoio, 23% à construção e 17% ao comércio e reparação de veículos. Num patamar inferior, encontram-se os transportes e armazenamento com 9%, consultoria científica e técnicas similares com 8%, setor da administração pública, defesa e segurança social com 6%, bem como a indústria transformadora. Nas atividades de saúde humana e de apoio social, estão 4% dos inquiridos e, por fim, apenas 2% se ocupa com outras atividades e serviços (ver figura 27).



**Figura 27** - Ramos de atividade

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

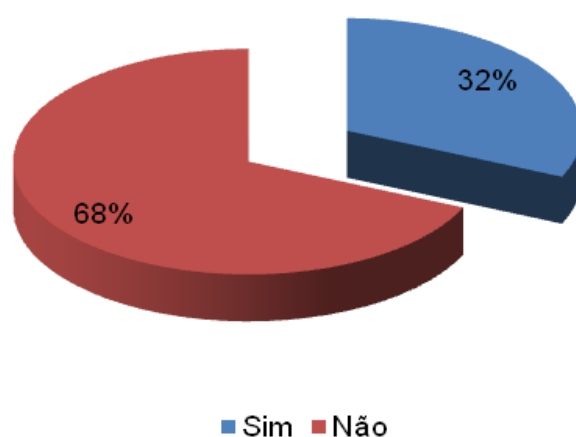
Considerando a relação situação profissional por grau de instrução dos residentes, é de notar que 60% dos “*Ativos com profissão*” possuem até ao 1º e 2º ciclo, 21% o secundário, 13% o ensino superior e apenas 8% até ao 3º ciclo. 42% dos *desempregados* possuem até ao 1º ciclo, repartido equitativamente 17% pelos restantes graus de instrução, 8% pelos analfabetos, isentando os indivíduos com ensino superior. Os “*Domésticos*” concentram-se na totalidade nos indivíduos que detêm até o 1º ciclo. Na situação de “*Estudante*”, encontram-se 45% que detêm até ao 2º ciclo, 36% o secundário 18% até ao 3º ciclo, na classe “*Reformados/pensionistas*”, 47% têm até ao 1º ciclo, 37% não sabe ler e escrever, e 5% é repartida justamente entre o 2º, 3º ciclo e ensino superior. Na classe profissional “*Outro*”, têm até ao 1º ciclo 50% e 25% concentram-se nos indivíduos que possuem até 2º ciclo e secundário. A concentração das questões “*N/S N/R*” encontram-se na totalidade nos indivíduos que possuem até ao 2º ciclo. Através desta relação, foi possível determinar que a maioria da população ativa com profissão possui baixas qualificações (ver figura 28).



**Figura 28** - Situação profissional por grau de instrução dos residentes

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

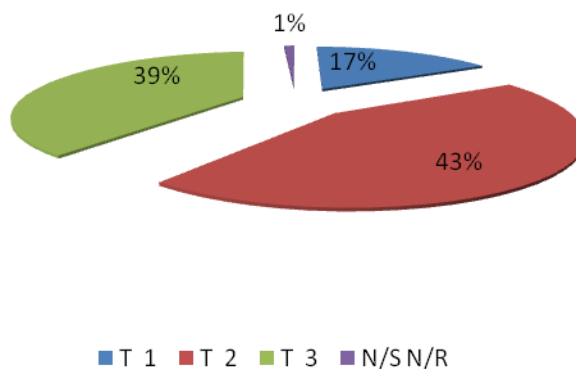
No que concerne ao regime de propriedade da habitação da população inquirida (que compreende a população moradora, em regime de ocupação por arrendamento), a maioria dos moradores (68%) diz que não é proprietária e paga uma renda, 32% referem que são proprietários, pois pagam uma mensalidade a uma cooperativa de habitação. Este indicador demonstra claramente que o arrendamento é a modalidade mais aplicada a este parque habitacional (figura 29).



**Figura 29** - Regime de propriedade

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

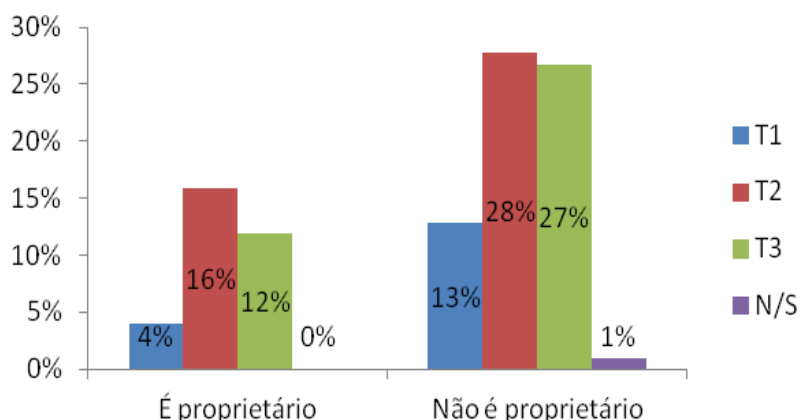
No que respeita à tipologia, pode constatar-se que uma percentagem importante das pessoas moradoras inquiridas com um valor de 43% reside num T2 (note-se que no bairro a oferta das gamas tipológicas varia de T1 a T3). Uma percentagem menor 39% corresponde aos moradores que habitam num T3 e, ainda menor, 17%, aos residentes que ocupam um T1 ( figura 30).



**Figura 30** - Tipologia das residências

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

De referir que, na correlação tipologia e regime de propriedade, apenas 16% dos inquiridos diz ser proprietário de um apartamento T2 e 12% de um T3. Sendo que, na situação inversa, 28% estão em regime de arrendamento de um T2, reafirmado a existência de famílias monoparentais na área em estudo (figura 31).

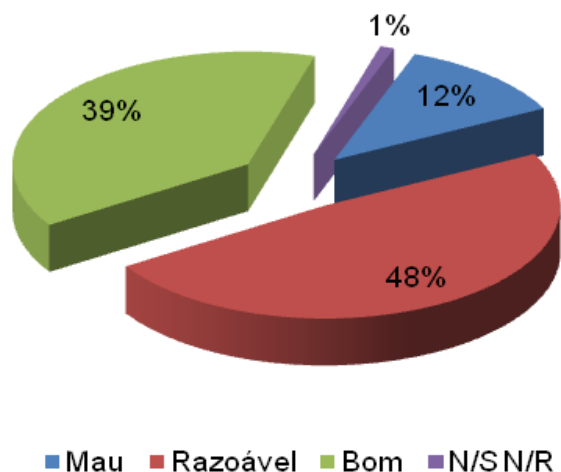


**Figura 31** - Tipologia das residências e Regime de propriedade

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016



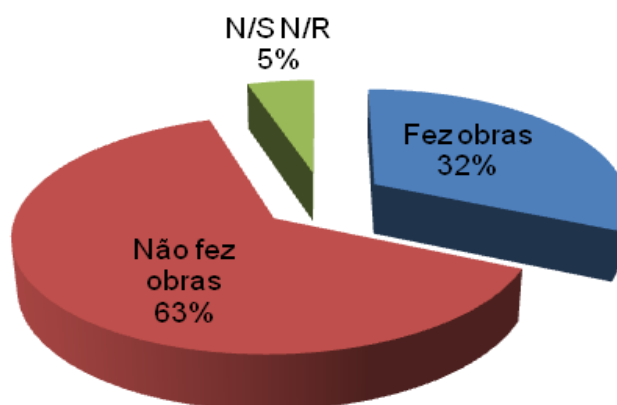
Através de conversas informais com alguns moradores, foi perceptível o mau estado de algumas habitações. É de notar, muita sujidade, falta de iluminação exterior e inclusive, algumas lixeiras (a céu aberto) no bairro. Depreendeu-se que os 12% que consideraram “Mau” o estado de conservação da sua habitação estejam a referir-se ao mau estado do exterior da habitação. Sendo que 48% considera “Razoável” e 39% referem ser “Bom” (figura 32).



**Figura 32** - Estado de conservação da habitação

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

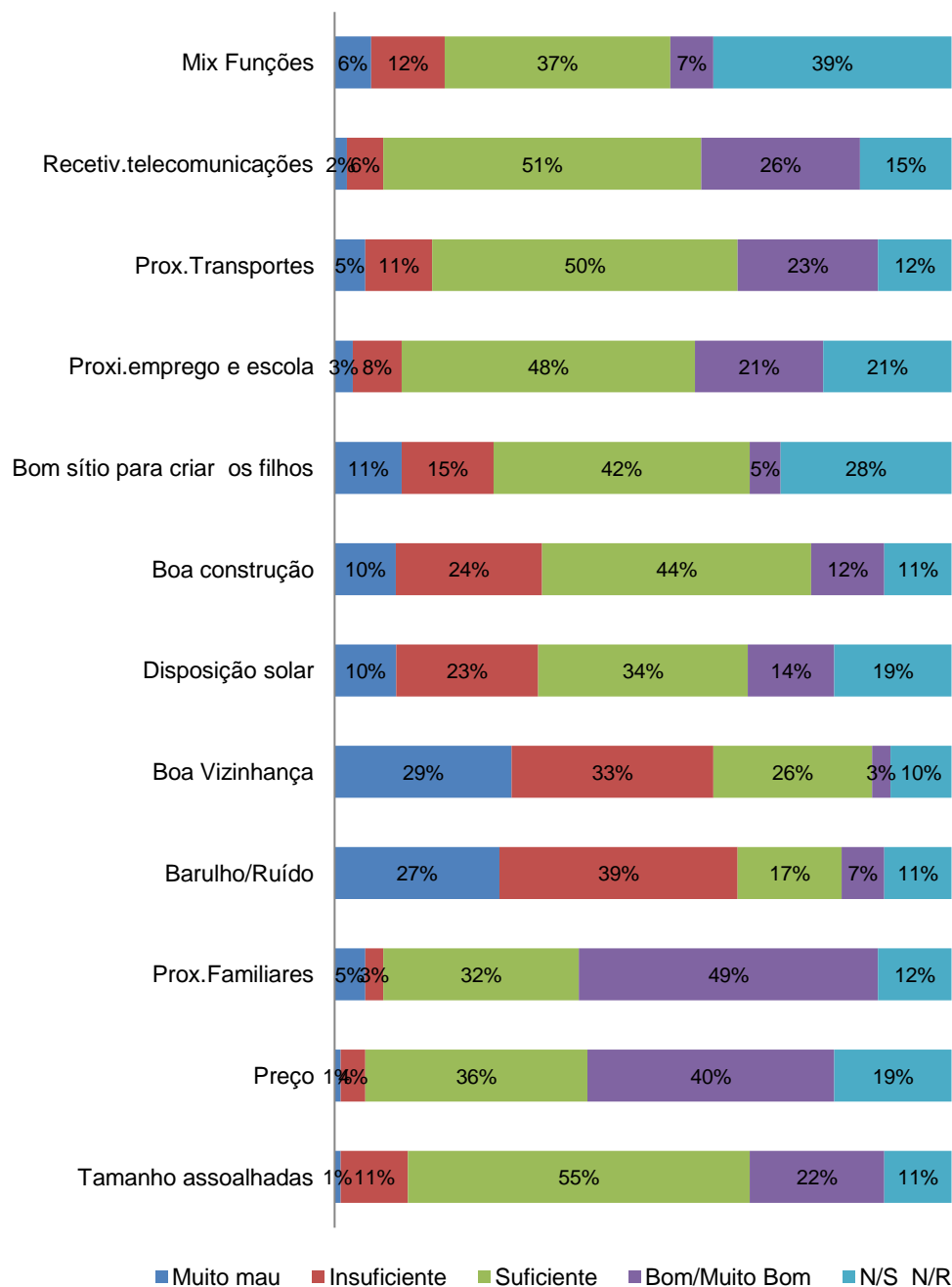
Quando inquiridos sobre “se fez obras na casa”, 63% dizem que nunca fez obras de conservação no imóvel, sendo que 32% afirmam que fez obras com objetivo de melhorar as condições de habitabilidade. Estes valores indicam um dado importante, que diz respeito ao facto de, neste bairro, a construção arquitetónica não ser duvidosa. Apesar de alguns lotes estarem associados a uma imagem externa negativa, nomeadamente ao nível da urbanização municipal, o interior das habitações encontra-se no geral, em melhor estado de conservação (ver figura 33).



**Figura 33** - Obras de Conservação

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

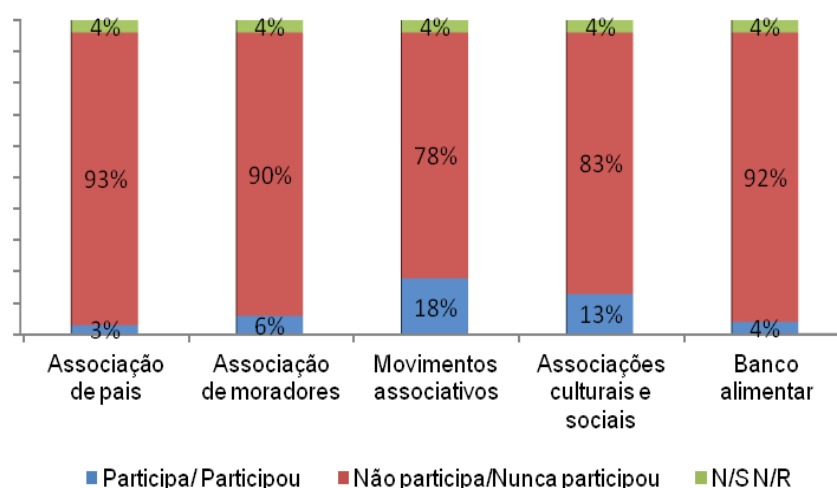
A figura 34 apresenta a classificação da área de residência em função de um conjunto de indicadores. Esta abordagem levou a que os inquiridos atribuissem uma classificação à sua área de residência de acordo com os seguintes pesos: “*Mau/muito mau*”, “*Insuficiente*”, “*Suficiente*” e “*Bom/Muito bom*”. Assim a classificação “*Bom/Muito bom*”, foi atribuída por 49% dos inquiridos que consideraram à proximidade da sua habitação em relação à dos seus familiares e por 40% ao preço mensal da renda. No que diz respeito ao peso “*Suficiente*”, 55% consideraram o tamanho das assoalhadas, 51% a receptividade das telecomunicações, 50% referem a proximidade aos transportes, 48% consideram a proximidade ao emprego e escola e 44% referem-se à boa construção das suas habitações a par dos 42% que referem que a sua habitação é um bom sítio para criar os filhos. Com percentagem inferior, 37% dos inquiridos consideraram “*Suficiente*” o mix de funções e 34% a disposição solar. Quanto a atribuição do peso “*Mau/muito mau*”, 39% consideraram o barulho/ruído, que se sente nas suas habitações a par dos 33% que referem como sendo “*Mau/muito mau*” o indicador, boa vizinhança.



**Figura 34** - Classificação da área de residência pelos moradores

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

Quando questionada a população acerca da participação em atividades do setor voluntário existentes no bairro, elevada percentagem de inquiridos afirmou que não participa e nunca participou. Apenas 18% dizem participar com alguma relutância em movimentos associativos. Importa referir que, na Urbanização “Quintinha da Arroja” existe um único movimento de carácter voluntário, pertencente às antigas alunas do Instituto de Odivelas e uma associação social e cultural. Aqui, apenas 13% da população inquirida refere que participa ou participou em atividades organizadas pela Associação Social e Cultural da Arroja. É expressiva, através deste indicador, a baixa participação da população residente, no voluntariado existente no bairro ( figura 35).



**Figura 35** - Atividades em movimentos associativos

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

De seguida, serão analisados os aspetos negativos e positivos da urbanização citados pelos cidadãos inquiridos. Para esta análise foi essencial a fusão das respostas e o agrupamento por temas, de acordo as dimensões definidas por Egan (2004). Assim, foi pedido aos inquiridos que elencassem seis respostas, três de aspetos negativos e três de aspetos positivos, ocorrendo casos em que os inquiridos não cumpriram o requisito, dando um número inferior de respostas. Houve casos em que os inquiridos optaram por não mencionar nenhum aspeto positivo no bairro, pelo simples facto de considerarem não existir, o que para efeitos de tratamento de dados, corresponde neste caso ao peso do item não sabe/não responde.

A fusão das respostas dos aspetos positivos resultou nos seguintes agrupamentos por temas:

- Diversidade e multicultural. (multiculturalidade, convívio de raças diferentes, multiétnico existência de uma igreja evangélica);
- Boa acessibilidade e mobilidade. (bons acessos, bem localizado, boas ligações e bons transportes);
- Bem servido de comércio e serviços. (proximidade do posto medico, da psp, dos bombeiro, creches e escolas, superfícies comerciais, perto de tudo);
- Alta segurança. (facilidade em se deslocar em qualquer hora do dia e da noite, tranquilidade).

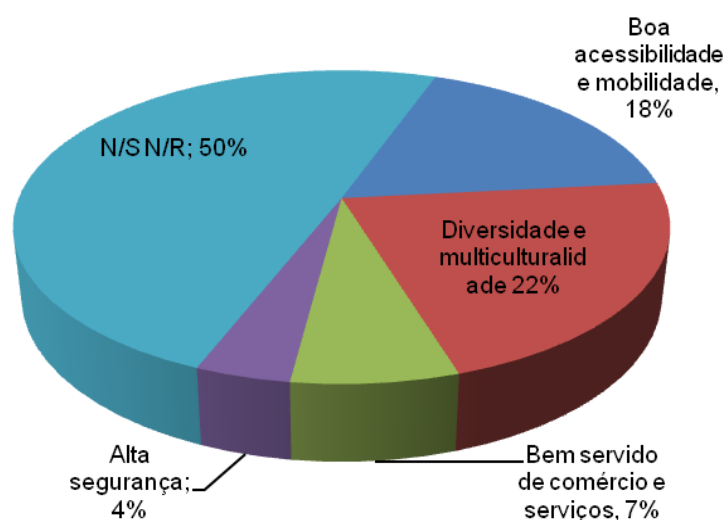
Quanto à fusão dos aspetos negativos:

- Poluição sonora, lixo e mau cheiro. (aspeto abandonado, barulho, ruído, mau cheiro, muito porco, sujidade, bicharada, ratos, lixo no chão);
- Decadência do edificado. (má conservação das habitações dos bancos de parques infantis e de jardins e espaços públicos);
- Alta criminalidade e falta policiamento. (ausência de policiamento, vandalismo, criminalidade, roubos, droga, medo de andar na rua em qualquer hora, medo da vizinhança e má vizinhança).

E existe ainda uma classe em ambos:

- Não sabe/ Não responde.

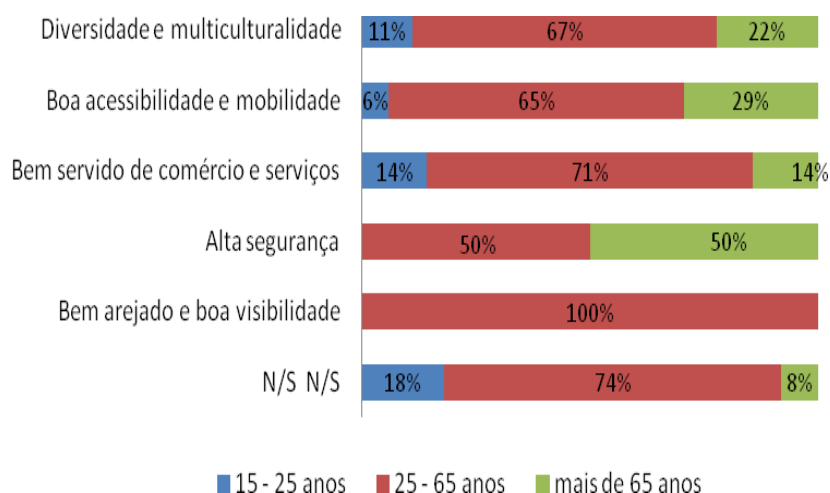
Analisando a figura 36 sobre os aspetos positivos do bairro enumeradas pela população inquirida verifica-se que o aspeto mais apontado foi a “Diversidade e multiculturalidade” com 22%, a que se seguiu a “Boa acessibilidade e mobilidade” com 18%. Porém para uma minoria, foi o bairro estar “Bem servido de comércio e serviços” com 7%, e registar “Alta segurança” com 4%. Contudo, 50% correspondem a não respostas, indicando que muitos dos inquiridos não foram capazes de enumerar três aspetos positivos (o que se reflete no total nesta de 1/2).



**Figura 36** - Aspetos positivos do bairro – perspetiva dos residentes

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

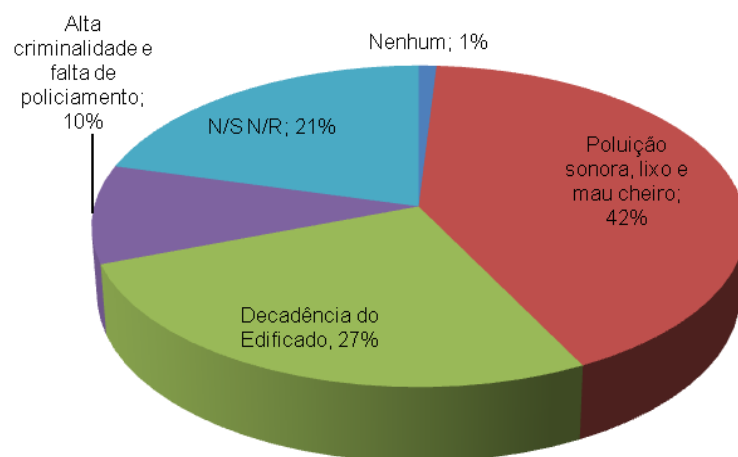
Na continuidade da relação aos aspetos positivos, por classes etárias, interessa perceber o peso de cada aspeto positivo na avaliação por grupo etário dos residentes. O grupo dos 25–64 anos encontra-se em maioria. No entanto, existem algumas singularidades. “*Alta segurança*” reparte 50% na avaliação com o grupo 25-64 anos e com o grupo dos mais idosos 65 e mais anos. O aspeto “*Bem servido de comércio e serviços*” manifesta a preferência de 14% dos jovens 15-24 e idosos 65 e mais anos, no entanto, este aspeto demonstra uma maior influência com 71% na opção dos adultos 25-64 anos. A “*Diversidade e multiculturalidade*” reúnem um peso de 22% na avaliação dos idosos e apenas 11% dos jovens 15–24 anos. Quanto às questões de “*Acessibilidade e mobilidade*”, estas manifestam uma carga de 23% dos idosos e apenas 5% dos jovens. Importa referir que o peso das respostas “*N/S N/R*” deriva do grupo mais representativo 25-64 anos com 74% precisamente (ver figura 37).



**Figura 37-** Aspetos positivos por grupo etário dos residentes

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

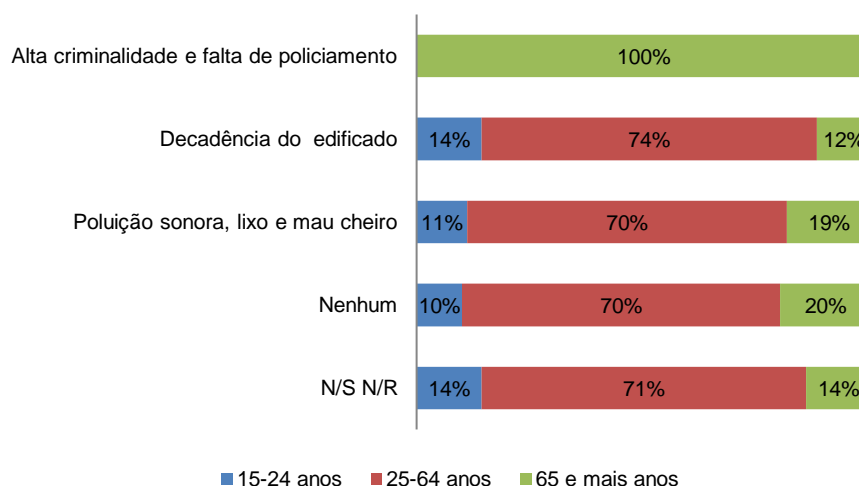
A propósito da figura 38, verifica-se que o aspeto negativo mais apontado foi a “Poluição sonora, lixo e mau cheiro” com 42%, “Decadência do edificado” com 27%, a “Alta criminalidade e falta de policiamento” com 10%, e apenas 1% referiu não haver nenhum aspeto negativo a considerar. Outro aspeto a sublinhar, é que apenas 20% da população observada optou por não responder a esta questão (o que se reflete no total nesta percentagem de 1/5). Este indicador demonstra haver no bairro uma maximização dos aspetos negativos face aos positivos.



**Figura 38** - Aspetos Negativos do bairro – perspetiva dos residentes

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

Fazendo uma análise, à figura 39 que relata os aspetos negativos por estruturas etárias verificamos que o tema “Alta criminalidade e falta de policiamento” reflete a preocupação na totalidade dos mais idosos. Os restantes temas concentram na totalidade a apreciação do grupo dos adultos 25-64 anos. “A decadência do edificado” e espaços envolventes reúne 74% a “Poluição sonora, lixo e mau cheiro” 70% e “Nenhum” aspeto negativo a mencionar. Um dado curioso, o tema “Decadência do edificado” reflete a preocupação de 14% nos jovens quando comparados com os idosos, registando um valor de 12% precisamente. Contudo, 19% os idosos preocupam-se com o ambiente, e apenas 11% dos jovens demonstraram alguma preocupação com este assunto. Quanto ao item “Nenhum” aspeto negativo a enumerar, deriva 20% na avaliação dos idosos e apenas 10% da avaliação dos mais jovens 15-24 anos.

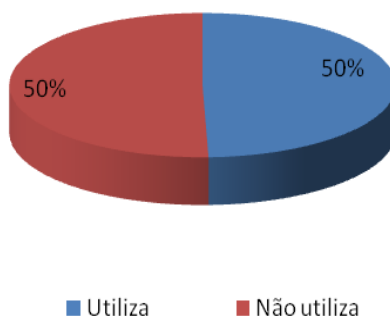


**Figura 39** - Aspetos negativos por grupo etário dos residentes

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

Quanto à utilização de parques e jardins públicos por parte da população inquirida, assiste-se a uma distribuição equitativa de valores. 50% afirmam que, utilizam espaços públicos jardins e parques promovidos pela CMO e 50% referem que não usa estes espaços. Os espaços públicos do bairro da Arroja que integraram este estudo enquadram-se nas categorias de espaço verdes, jardins e parques municipais (ver figura 40).

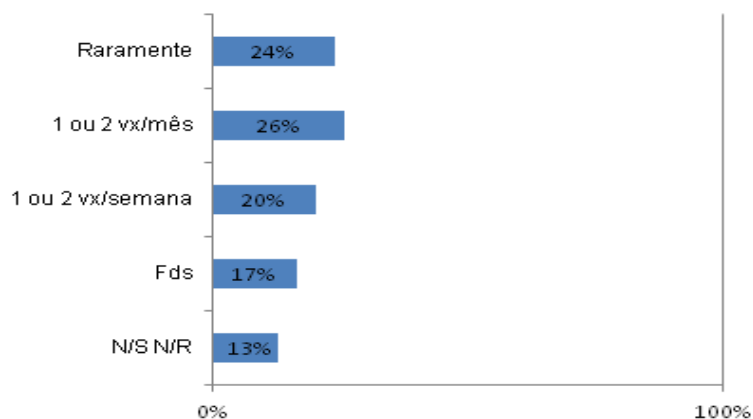




**Figura 40** - Parques municipais

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

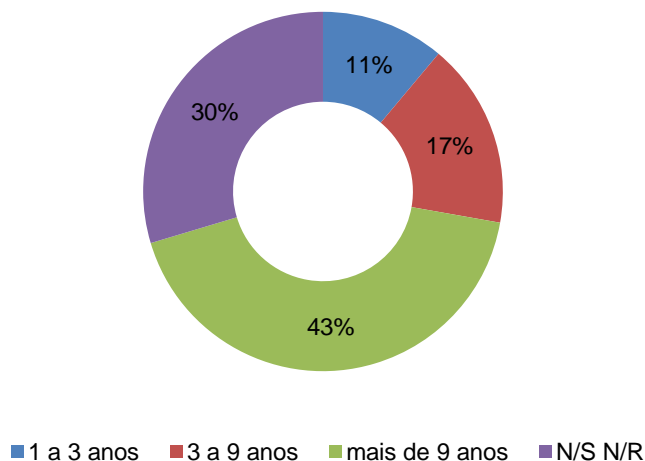
No que se refere à frequência de utilização de espaços públicos pela população inquirida, interessa conhecer as oportunidades com ofertas de lazer (parque e jardins públicos) que este bairro oferece. Expressivamente, 26% afirmam que utiliza 1 ou 2 vezes por mês, 24% raramente, 20% 1 a 2 vezes por semana, e 17% aos fins de semana ( figura 41).



**Figura 41** - Frequência de utilização de parques e jardins

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

No que respeita ao tempo de utilização de parques e jardins públicos, note-se, que apenas responderam os indivíduos que, na anterior questão, referiram que utilizam jardins e parque municipais. Claramente, 43% referem que utilizam estes espaços, há mais de 9 anos, 17% entre 3 a 9 anos, e 11% entre 1 a 3 anos. Este indicador reflete, que os espaços verdes e jardins municipais têm influenciado ao longo do tempo, a rotina das famílias desta comunidade (figura 42).

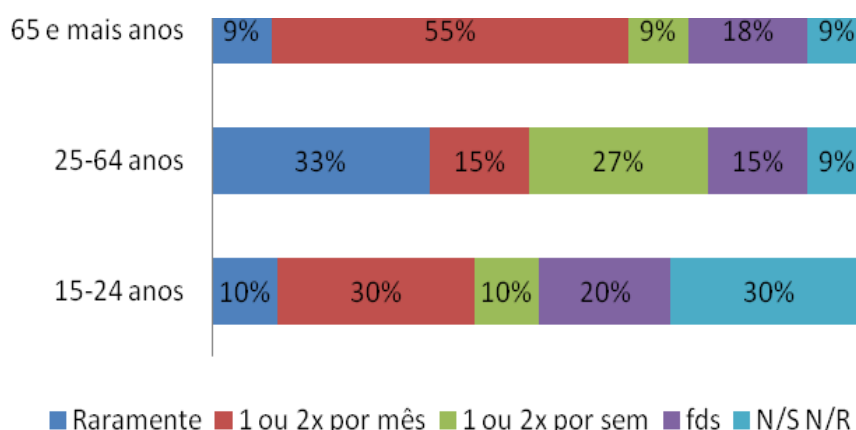


**Figura 42** - Tempo de utilização de espaços verdes e jardins públicos

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

Fazendo uma análise a frequência de utilização de espaços públicos (jardins e parques) por todas as idades, 85% dos inquiridos que usam harmoniosamente estes espaços, utilizam “*raramente*” e 82% servem-se “*1 ou 2x por mês*” pertencem a faixa dos 25-64 anos. Contudo, a frequência de utilização “*1 ou 2x por mês*” centram-se com 43% nos idosos. Nos “*Fds*” é, igualmente repartida 22% dos jovens dos 15-24 anos e idosos 65 e mais anos e 56% para a classe 25-64 anos. A questão “*N/S N/R*” é também, equitativamente repartida entre os grupos, 15-24 e 25-64 anos, em 43%, precisamente (ver figura 43).

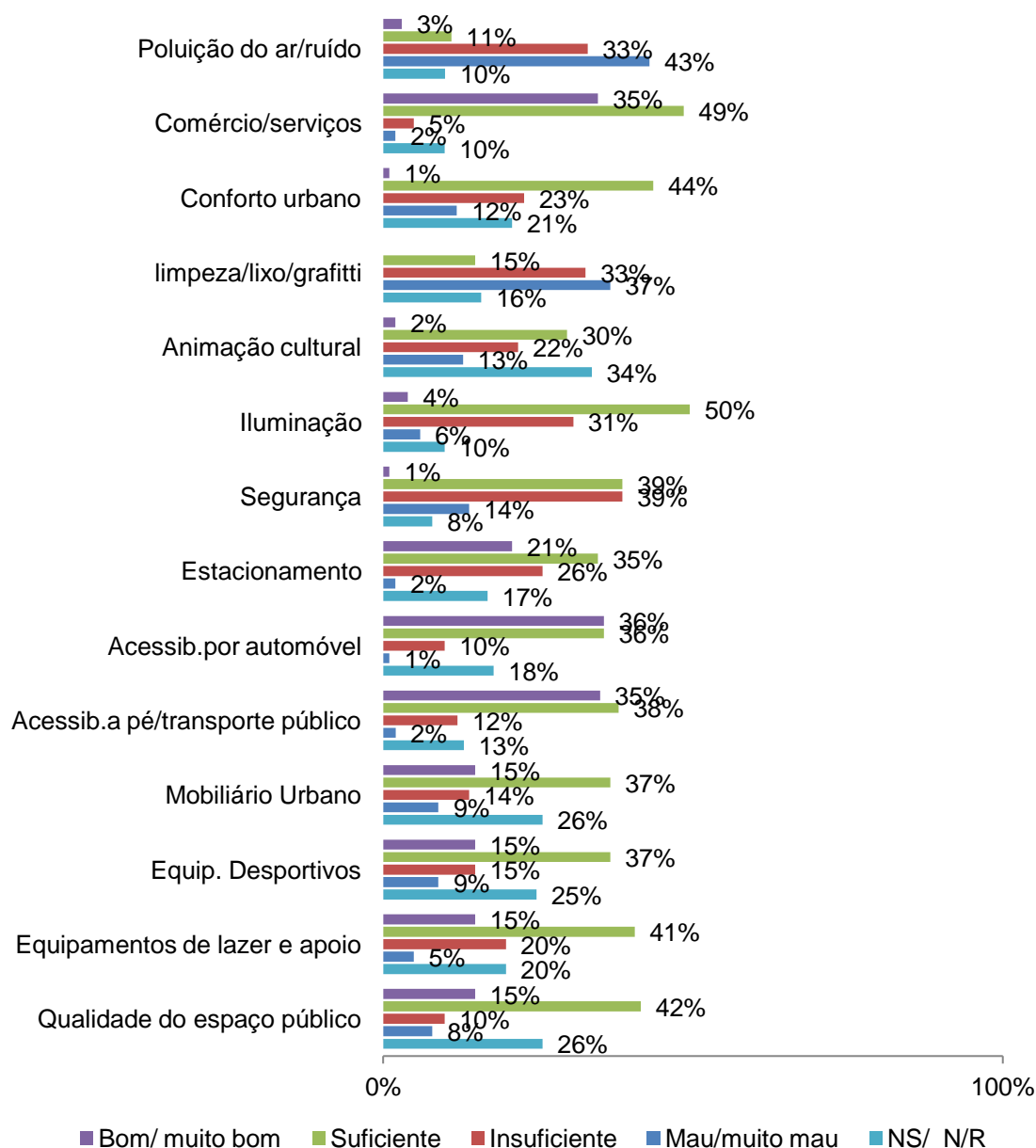
Esta relação demonstra que o investimento por parte do município nestes espaços tem influenciado os hábitos da população em estudo.



**Figura 43** - Frequência de utilização de espaços públicos por grupo etário

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

Para aprofundar algumas características dos inquiridos sobre o bairro de residência e assim classificar o sentimento de pertença desta comunidade foi solicitado aos inquiridos para classificarem, numa categorização de *"Mau/muito mau, Insuficiente, Suficiente e Bom/muito bom"*, um conjunto de itens relativos ao bairro conforme se apresenta na seguinte figura. Assim, os itens classificados com *"Bom/Muito bom"* foram a acessibilidade ao bairro pelo que, 36% dos indivíduos referem a acessibilidade através de automóvel e 35% a acessibilidade a pé e por transporte público e 35% afirmam que o bairro está bem servido de comércio e serviços. Ainda na mesma categoria 21% se referem ao estacionamento e 15% foram atribuídos ao mobiliário urbano, equipamentos desportivos, equipamentos de lazer e qualidade do espaço público. Com uma classificação um tanto quanto ambivalente, 50% dos inquiridos consideram *"Suficiente"* a iluminação exterior existente no bairro, e 39% a segurança no bairro. Quanto à qualidade do ar e ruído 43% da população inquirida refere como sendo *"Mau/muito mau"* e 37% se refere aos graffiti nas paredes dos prédios. No que diz respeito a oferta cultural do bairro, 34% optou por não responder demonstrando falta de conhecimento sobre a existência destas iniciativas na comunidade. Importa salientar que dentro da "Urbanização Quintinha da Arroja" existe um único movimento de carácter voluntário, cuja atividade é de banco alimentar e uma associação social e cultural que serve toda a comunidade do bairro "Quintinha da Arroja".



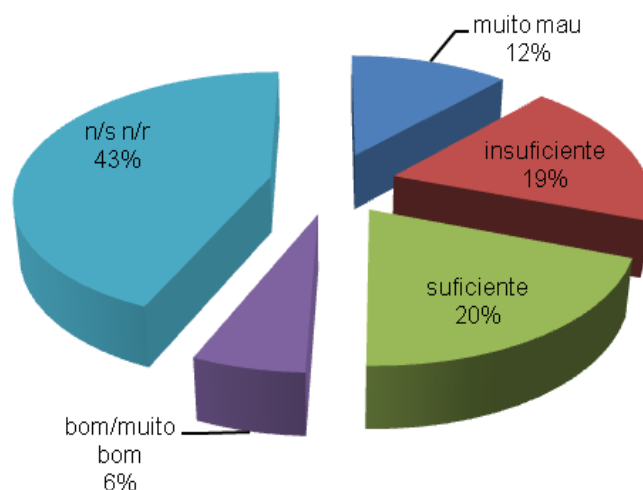
**Figura 44** - Classificação da Qualidade de vários itens do bairro

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

No que se refere, ao processo de reconversão do bairro por parte da CMO, o bairro Quintinha da Arroja, surge da necessidade de legalização e requalificação de áreas geográficas integradas em AUGI. Alguns moradores que aqui habitam são oriundos do tempo em que o bairro era constituído basicamente por barracas e barracões. Outros porém, provêm de outras áreas geográficas do Concelho, por intermédio do processo de realojamento que a CMO têm vindo adotar, para a requalificação destas áreas urbanas. Por isso, 6% dos inquiridos dizem ser “ bom /muito bom ” e ainda mais expressivo 20% afirmam ser “suficiente”, o trabalho que a autarquia tem vindo a

desenvolver no bairro, por outro lado, 19% declararam “insuficiente” e 12% avaliam como sendo “muito mau”. Através de conversas informais, alguns moradores do bairro, demonstraram muito desagrado, pelo facto do bairro ter uma imagem externa negativa associado ao abandono, sujidade, atividades ilícitas e sobretudo, à presença da comunidade cigana. Muitos moradores atribuem responsabilidades à CMO, pelo estado em que o bairro se encontra. Através do PER, a CMO têm vindo a realojar famílias de etnia cigana na urbanização municipal e esta situação, tem gerado conflitos e queixas por parte de todos os moradores. Por isso, 43% optou não responder a esta questão, mencionando “nada saber” nesse sentido, acerca da atuação municipal (ver figura 45).

Com o propósito de promover maior coesão social nestas áreas geográficas do Concelho, este dado permite refletir sobre as políticas da CMO que perspetivem esta finalidade, o que, segundo esta leitura, este objetivo ainda está longe de ser atingindo.



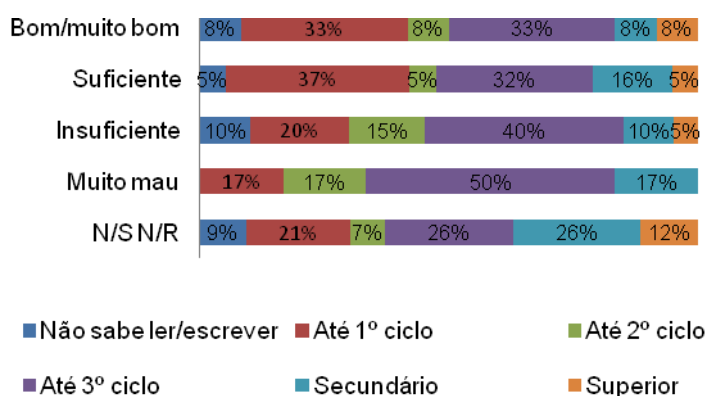
**Figura 45** - Avaliação de desempenho dos serviços em geral

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

Atendendo à avaliação da população em relação ao desempenho dos serviços em geral por grau de instrução dos residentes, 50% que avaliam “Muito mau” têm o grau académico *Até ao 3º ciclo*, 17% detêm outros graus de instrução. 40% da avaliação “Insuficiente” concentra-se nos indivíduos com grau de instrução *Até 3º ciclo*, com 20% *Até 1º ciclo*, 10% esta repartida entre *Não sabe ler/escrever e Secundário* e apenas, 5% para os indivíduos com *ensino Superior*. A avaliação “Suficiente” concentra-se

37% nos indivíduos com *Até 1º ciclo*, 32% *Até 3º ciclo*, 16% com o *Secundário* e 5% pelos restantes graus. 33% da avaliação “Bom/Muito bom”, deriva dos indivíduos com *Até 1º ciclo* e *Até 3º ciclo* e 8% é repartido pelos restantes graus de instrução (ver figura 46)

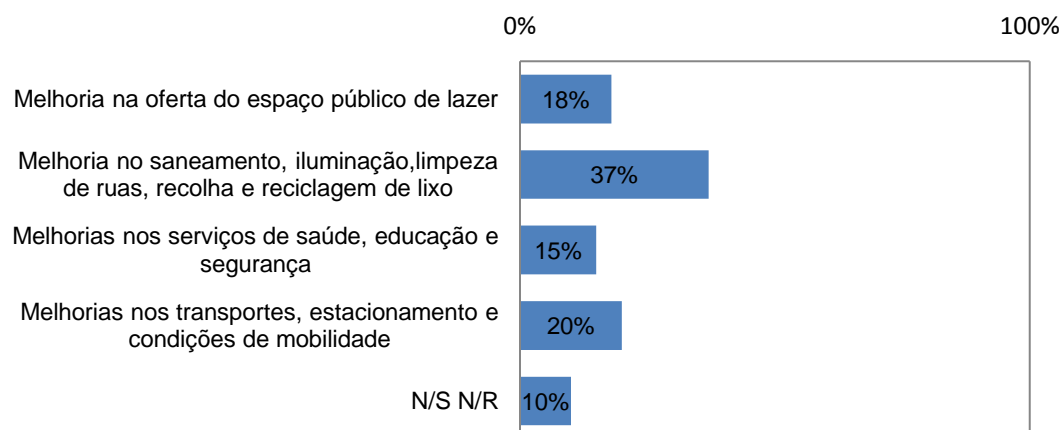
Nesta relação, 26% das respostas “N/S N/R” refletem a avaliação dos indivíduos com o grau de instrução *Até 3º ciclo* e 26% com o ensino *Secundário*.



**Figura 46** - Avaliação da população ao desempenho dos serviços em geral por Grau de instrução

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

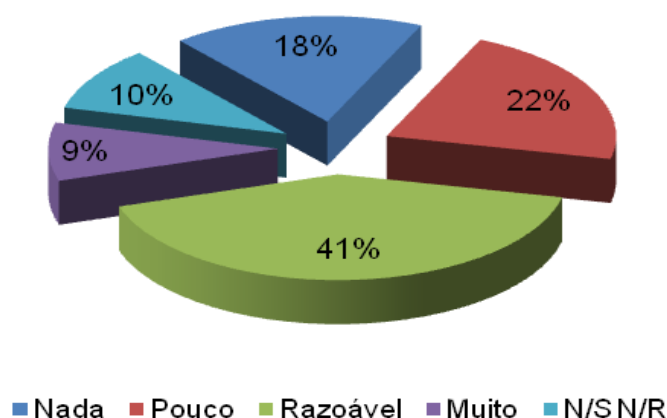
Para responder à questão, “Medidas importantes para melhorar o lugar para viver”, foram aplicados 12 motivos pré- definidos e cada inquirido poderia eleger até quatro. Esses motivos foram agrupados em quatro categorias, para melhor tratamento de dados. Deste modo resultaram nas seguintes categorias: 1) *espaço público e equipamentos de lazer*, 2) *saneamento, iluminação, recolha e reciclagem de lixo*, 3) *serviços de saúde, educação e segurança e transportes* e 4) *estacionamento e condições de mobilidade*. Na análise da figura 47, a medida melhoria no *saneamento, iluminação, recolha e reciclagem de lixo* é, o principal motivo para a melhoria da qualidade de vida dos residentes do bairro, 37% dos inquiridos referiram como opção os motivos agrupados nesta categoria. Apenas 20% mencionaram a categoria, melhoria nos *transportes, estacionamento e condições de mobilidade* enquanto 18% referem melhorias *na oferta do espaço público e de lazer* e apenas 15% mencionam possíveis melhorias *nos serviços de saúde, educação e segurança*.



**Figura 47** - Melhorias importantes para fazer de um lugar bom para viver

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

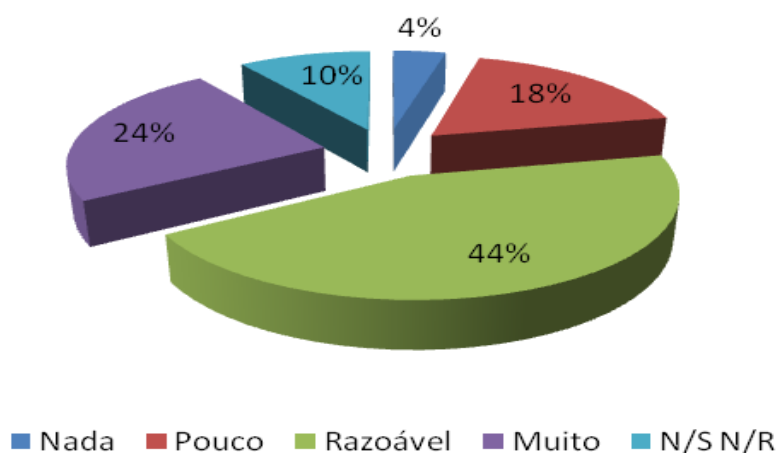
A referência ao sentimento de lugar para os residentes no conceito Comunidade Sustentável é desenvolvido através de um grupo de indicadores transversais. Nestas são reveladas informações associadas aos níveis de satisfação dos indivíduos em relação ao lugar de residência a par da quantificação do seu sentimento de felicidade (Louro, 2011:59). De acordo com o gráfico, da figura 48, e de forma a suportar a afirmação anterior, 9% dos inquiridos afirmam estar “muito” satisfeitos com o seu bairro para viver. De modo mais expressivo ainda, é que 41% consideram-se ‘razoavelmente’ satisfeito. Por outro lado, 22% das pessoas estão ‘pouco’ satisfeitas e 18% ‘nada’ satisfeitas.



**Figura 48** - Satisfação com o seu bairro para viver

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016

Outro indicador que vem reforçar a aproximação às Comunidade Sustentável consiste, na felicidade individual. Sendo a felicidade um termo muito difícil de caracterizar, o que aqui se pretende é classificar o estado de espírito relativamente a felicidade individual da pessoa inquirida. 24% das pessoas responderam estar “muito” felizes e a maioria 44% afirma “razoavelmente”. Os resultados mostram que no seu conjunto, as pessoas inquiridas estão felizes. Embora, não se possa desde já estabelecer exatamente quais são as razões, pode-se identificar através dos resultados obtidos que, uma das razões para a felicidade individual não se aplica na totalidade, na qualidade do lugar onde se habita. De facto, 18% da população está pouco feliz a par dos 4% que não está nada feliz (figura 49).

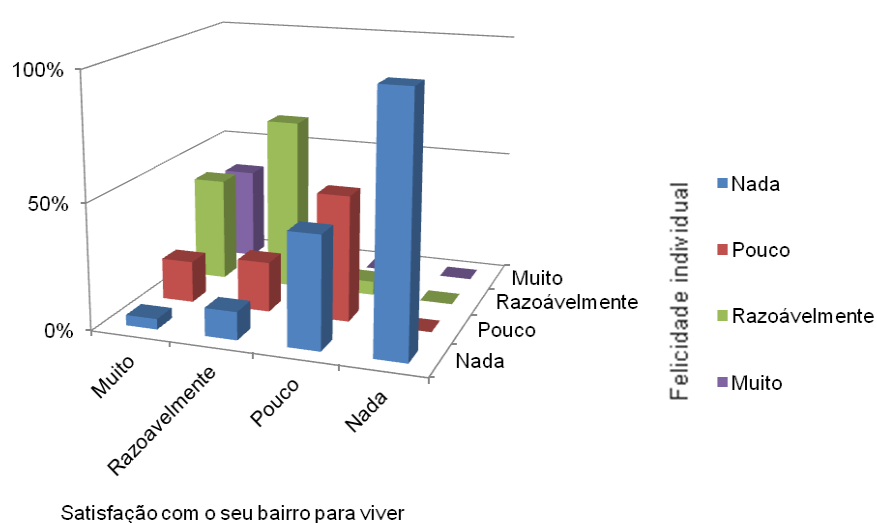


**Figura 49** - Felicidade individual

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016



Apurando as variáveis “Felicidade individual” e “Satisfação em viver no bairro”. De facto, a maioria das pessoas que se sentem muito felizes individualmente também se sentem “*Muito*” felizes por viver no bairro. As pessoas que responderam que se sentiam ‘*Pouco*’ e “*Razoavelmente*” felizes, igualmente manifestaram este sentimento relativamente em viver no bairro. Já as pessoas que disseram que não se sentem “*Nada*” felizes, também manifestaram esse sentimento relativamente a viver no bairro. Importa referir que, estes resultados confirmam que, por vários motivos existe uma relação positiva e algo equivalente, entre o grau de felicidade pessoal e o grau de satisfação em viver no bairro (figura 50).



**Figura 50** - Felicidade individual e Satisfação em viver no bairro

Fonte: inquérito aplicado 2015/2016



## **Conclusão**

O processo de desenvolvimento deste projeto, que termina com o presente relatório de estágio, assentou em abordagens quer de carácter teórico, quer de carácter prático, inicialmente delineadas, e que se revelaram necessárias a uma intervenção urbana eficaz. Num território que incorpora leituras diversificadas, quer a nível urbano, quer a nível social, apresentando-se fragmentado e desordenado, estabeleceram-se objetivos que assentam em abordagens no domínio da Sustentabilidade de Comunidades locais.

Com efeito, foram descritas no presente relatório as atividades desenvolvidas durante o estágio no Observatório da Cidade e as tarefas realizadas, dando especial destaque à sistematização de indicadores, que para além de permitir elaborar a cartografia à escala do município e da freguesia, retratam a atuação municipal nas dimensões analisadas por esta Unidade Orgânica da CMO.

Este método permite esclarecer se os objetivos pretendidos nos projetos, em curso no município, estão a ser alcançados. De facto, para a melhoria do ambiente urbano e consequente atenuação da imagem negativa associada a determinadas áreas urbanas do município, o conceito Comunidade Sustentável, explorado neste relatório, surge como um instrumento de planeamento à escala local, adaptado para monitorizar a implementação de políticas assentes em pontos estratégicos orientados para a Sustentabilidade, Coesão Social, Participação e Compromisso da comunidade.

Na sequência da análise do inquérito aplicado foram identificados fatores que influenciam a orientação para a Sustentabilidade do projeto de requalificação desta área geográfica. Entre eles destaca-se nomeadamente, a preocupação manifestada pelos inquiridos com a poluição sonora e com o estado de conservação da habitação, designada no contexto das Comunidades Sustentáveis como precaução com o Ambiente.

Os fatores que asseguram a orientação para a Coesão Social, sobretudo a necessidade de igualdade no acesso e fruição de locais e o intercâmbio de pessoas e bens, estão designados no tema Classificação da Habitação. Neste ponto, foram identificados vários fatores que caracterizam uma Comunidade Sustentável. No domínio da Habitação e Ambiente Construído, destaca-se a necessidade de igualdade no acesso e usufruto da oferta de habitação de qualidade e acessível a

todas as pessoas. No domínio dos Transportes e Conectividades, identifica-se a necessidade no acesso e fruição de locais, expressa pela oferta nas proximidades de transportes, escolas, emprego e boa receptividade de telecomunicações. No domínio Social e Cultural, realça-se o intercâmbio manifestado pelas relações de proximidade, vizinhança, a acessibilidade aos serviços culturais e espaços verdes (jardins, parques, biblioteca, atividades artísticas, entre outros) que o bairro oferece a todos, independentemente das suas origens e idades.

Quanto aos fatores que asseguram as relações de Compromisso, foram identificados aspetos relacionados com a avaliação da população, face a atuação da CMO no processo de reconversão do bairro. Estes surgem a par do empenho dos indivíduos inquiridos na classificação do seu bairro, manifestado pelo seu grau de satisfação relativamente aos serviços que o bairro oferece. No seio das Comunidades Sustentáveis, estes fatores são considerados no domínio da Governança Local.

Por fim, em relação aos fatores que confirmam a orientação para a Participação e um sistema mais aberto ao reconhecimento das necessidades dos munícipes foram identificadas medidas prioritárias para melhorar a área urbana, influenciadas por aspetos relacionados com a poluição, limpeza urbana e melhorias no exterior da habitação. Na definição do grau de pertença e de identidade em relação à sua comunidade, foram identificados aspetos do foro emocional dos indivíduos inquiridos.

No projeto, “O Gabinete do Observatório da Cidade de Odivelas - Contributos para planear uma Comunidade Sustentável” considera-se que os indicadores propostos no presente relatório formam um sistema de variáveis necessário para um acompanhamento da evolução da área geográfica de Odivelas. O estudo de caso num bairro integrado numa Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) permitiu ainda, uma compreensão mais aprofundada deste fenómeno.

Considera-se que, o GOC no âmbito das suas competências, nomeadamente na adaptação de métodos e indicadores a realidades territoriais, deve garantir o desenvolvimento de instrumentos que permitam auxiliar o decisor político, fornecendo o máximo de informação real sobre as necessidades efetivas da população de Odivelas.

Podemos concluir que, face ao objetivo traçado, os indicadores aqui adaptados, permitiram caracterizar o quotidiano das famílias do bairro Quintinha da Arroja em Odivelas e identificar as suas necessidades e, simultaneamente, quantificar a operacionalização das componentes teóricas da sustentabilidade à escala local.



## Bibliografia

Correia & Madeira (2008). Observatórios locais e Programação de Cidades, in “ IV Congresso Português de Sociologia, Junho 2008, Mundos Sociais Saberes e práticas”, Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Pp. 1- 14.

CMO (2004). Linhas de orientação estratégica param o Concelho de Odivelas - proposta. Câmara Municipal de Odivelas.

CMO (2004). Estudos Prévios de Planeamento Estratégico - Historial e Perfis Demográfico e Socioeconómico (Volume I). Câmara Municipal de Odivelas.

CMO (2005). Plano Diretor Municipal de Odivelas - Caracterização e diagnóstico do Território Municipal. Câmara Municipal de Odivelas e Ventura da Cruz Planeamento LDA.

CMO (2009). PDM de Odivelas - Câmara Municipal de Odivelas, [Consultado em Março de 2014].

CMO (2009). Plano Diretor Municipal de Odivelas – V Estrutura Sociodemográfica (Volume 4.2 Caracterização do Território – Estrutura e Funções Sociais). Odivelas, Câmara Municipal de Odivelas.

CMO (2009). Plano Diretor Municipal de Odivelas – VI Habitação (Volume 4.2 Caracterização do Território – Estrutura e Funções Sociais). Odivelas, Câmara Municipal de Odivelas.

CMO (2009). Plano Diretor Municipal de Odivelas – VII Atividades Económicas (Volume 4.2 Caracterização do Território – Estrutura e Funções Sociais). Odivelas, Câmara Municipal de Odivelas.

CMO (2009). Plano Diretor Municipal de Odivelas – X Enquadramento Territorial (Volume 4 Enquadramento Territorial, Estrutura Urbana e Sistemas Infraestruturais).Odivelas, Câmara Municipal de Odivelas.

CMO (2010). Boletim das deliberações e decisões - Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas.

CMO (2013). Caracterização Sociodemográfico do Município de Odivelas- Análise dos Censos 2011. Odivelas, Câmara Municipal de Odivelas.

CMO (2015). Boletim das Deliberações e Decisões - Estrutura Orgânica Flexível- Alterada e republicada na íntegra. Odivelas, Câmara Municipal de Odivelas.

Congress For The New Urbanism (1999). *Charter of the New Urbanism*, McGraw-Hill Professional.

Cohen, R (2005). “Capítulo1 – Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano”, In “Globalização e Migrações”, António Barreto (org.), Estudos e Investigações N.º 38, ICS, Lisboa. Pp.25-33.

CCDR-LVT (2010). Guia de Monitorização e Desenvolvimento Regional. Lisboa, CCDR-LVT.

CCDR-LVT (2014). A Região de Lisboa e Vale do Tejo em Números. Centro de Observação das Dinâmicas Regionais. Lisboa, CCDR-LVT.

Egan (2004). The Egan`s Review – Skills for Sustainable Communities, ([www.communities.gov.uk/publications/communities](http://www.communities.gov.uk/publications/communities)), consultado em Maio de 2013.

European Commission (2014). The Programming Period 2014-2020 Guidance Document on Monitoring and Evaluation-European Cohesion Fund- European Regional Development Fund, European Commission.

Farr, D (2008). Sustainable Urbanism: Urban Design with Nature, Ed. John Wiley & Sons, Inc. Hoboken, New Jersey.

Fumega, J (2009). Comunidades Sustentáveis como a Expressão Social da Sustentabilidade urbana. Dissertação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território e Urbanismo. Orientação: Eduarda Marques da Costa.

GUERRA, I. (2000). Planeamento Estratégico das Cidades- Organização do Espaço e Ação Coletiva “*Cidades, Comunidades e Territórios*”, CET-ISCTE, n. 1, pp.37-55.

Louro, M. A (2011). O Uso do Tempo associado à Mobilidade das famílias como elemento diferenciador na configuração de uma Comunidade Sustentável. Dissertação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território e Urbanismo. Orientação: Eduarda Marques da Costa.

INE (2007). Classificação das atividades económicas Rev. 3. Lisboa. INE.

WCED (1987). Relatório Brundtland – “*O Nosso Futuro Comum*”, Oxford University, Press Oxford.

Santos, A.I (2008). Construção Urbana de Origem Ilegal, Capital Social e perceção de problemas. Tese de Mestrado, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa [Acedido online em julho 2014].

Santos, B.S (1997). “Uma conceção multicultural de direitos humanos”, in: “*Lua Nova*”, n. 39, São Paulo, CEDEC, pp.105-124.



Salgueiro, T.B (2006). Oportunidades e Transformação na Cidade Centro, em Finisterra, XLI, 81, 2006, pp.9-32.

#### Websites

Câmara Municipal de Odivelas (CMO),

<http://www.cm-odivelas.pt/index.php/urbanismo>, acedido em Maio de 2014

Comunidades Sustentáveis,

[http:// www.communities.gov.uk](http://www.communities.gov.uk)

Direção Geral do Território (DGT),

<Http://mapas.dgterritorio.pt/wms/caop/continental>, acedido em Janeiro de 2017.

Google Earth,

<Http://www.google.pt/maps/Place/R+Quintinhada+Arroja+Odivelas>, acedido em Janeiro de 2017.

Instituto Nacional de Estatística (INE)

<http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 2015.

Instituto Geográfico Português (IGP, 2013)

«Áreas das freguesias, municípios e distritos/ilhas da CAOP 2013» (XLS-ZIP). Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2013. Direção-Geral do Território, acedido à partir de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Odivelas#cite\\_note-2](https://pt.wikipedia.org/wiki/Odivelas#cite_note-2), Fevereiro de 2016.

Indicadores de Sustentabilidade,

<http://www.sustainablemeasures.com>, acedido em Dezembro de 2015.

OLVT - Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo,

<http://orlvt.ccdr-lvt.pt/ODSRender/HomeScreen>, acedido em Março de 2014



## **ANEXO I - Indicadores Sociodemográficos das Freguesias de Odivelas**

**Tab.I.1** *Evolução da população 2001/2011**Fonte: adaptado de INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa 2001/ 2011*

União das freguesias	População Residente			Evolução da População			
	1991	2001	2011	1991 2001		2001 2011	
				Nº	%	Nº	%
Caneças e Ramada	21331	26417	31981	5.086	3,9	5.554	4,1
Famões e Pontinha	33344	33031	34136	-313	-0,2	1.105	0,8
Odivelas	53531	53449	59559	-82	-0.06	6.110	4,5
O. Basto e P St Adrião	21809	20950	18873	-859	-0,66	-2.077	-1,5
Concelho	130005	133847	144549	3.832	3,18	10.692	7.9

**Tab.I.2** *Variação de população por grupos etários 2001/2011**Fonte: adaptado de INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa 2001/2011*

União das freguesias	Variação População (2001 – 2011)							
	0 – 14 Anos		15 - 24		25-64		65 E mais anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Caneças / Ramada	984	4,9	38	0,18	3359	4,3	1700	10,6
Famões /Pontinha	-44	-0,2	940	4,6	614	0,7	1657	10,3
Odivelas	1448	7,3	-1878	-9,2	3616	4,6	2824	17,6
O Basto/ P.S. Adrião	-247	-1,2	-1412	-6,9	-1604	-2	1186	7,4
Concelho	2141	10,8	-2312	-11,3	5985	7.6	7367	46

**Tab.I.3** *Taxa de atividade 2011**Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011*

União das Freguesias	2011
Caneças/ Ramada	54,06
Famões / Pontinha	50,53
Odivelas	53,5
O Basto/ P.Sto Adrião	49,92
Concelho	52,5

**Tab.I.4** População residente 2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	Mulheres	Homens	Total
Caneças / Ramada	16637	15344	31981
Famões / Pontinha	17678	16458	34136
Odivelas	31428	28131	59555
O Basto/ P.Sto Adrião	9989	8884	18873
Concelho	75732	68817	144549

**Tab.I.5** Distribuição da Taxa de atividade por sexo 2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	% H	% M
Caneças/ Ramada	56,22	52,07
Famões / Pontinha	52,59	48,56
Odivelas	55,63	51,61
O Basto/P.Sto Adrião	39,24	61,39
Concelho	54,67	50,46

**Tab.I.6** Distribuição por setores de atividade 2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	Primário	Secundário	Terciário Social	Terciário Económico
	%	%	%	%
Caneças/ Ramada	0,14	16,2	31,6	52
Famões / Pontinha	0,14	17,7	29,6	52,4
Odivelas	0,1	13,9	30,7	55,3
O Basto/P.Sto Adrião	0,16	17,2	29,4	53,2
Concelho	0,1	15,7	30,5	53,6

**Tab.I.7 Índice de envelhecimento 2011**

Fonte: adaptado do INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	2011
Caneças /Ramada	83,21
Famões / Pontinha	111,9
Odivelas	107,1
O Basto/ P. Sto. Adrião	149,7
Concelho	107,2

**Tab.I.8 Taxa de analfabetismo 2011**

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	2011
Caneças /Ramada	2,43
Famões /Pontinha	3,20
Odivelas	2,41
O Basto/ P.Sto Adrião	2,90
Concelho	2,86

**Tab.I.9 Taxa de Emprego 2011**

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	2011
Caneças/ Ramada	58,14
Famões / Pontinha	51,11
Odivelas	55,82
O Basto/ P.Sto Adrião	45,15
Concelho	54,30

**Tab.I.10** Nº de Edifícios 2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	2011
Caneças e Ramada	5163
Famões e Pontinha	6048
Odivelas	3521
O Basto/ P. Sto. Adrião	1621
Concelho	16344

**Tab.I.11** Dimensão média das Famílias 2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	2011
Caneças e Ramada	2,6
Famões e Pontinha	2,5
Odivelas	2,4
O Basto /P. Sto. Adrião	2,3
Concelho	2,5

**Tab.I.12** Nº de Fogo/ Edifícios 2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	2011
	Índice
Caneças e Ramada	2,7
Famões e Pontinha	2,7
Odivelas	8,3
O Basto/ P. Sto. Adrião	5,7
Concelho	4,2

**Tab.I.13** População residente com nível de qualificação superior 2011

Fonte: adaptado de INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011

União das freguesias	2011
	%
Caneças e Ramada	19,1%
Famões e Pontinha	12,3%
Odivelas	21,5%
O Basto / P. Sto. Adrião	14%
Concelho	17,8%





**ANEXO II - 1º Guião de entrevista à coordenadora do Observatório da Cidade 2014 (Dr.<sup>a</sup> Paula Ganchinho) em 14/06//2014**

1. Em que ano foi constituído o Observatório?
2. Quais os instrumentos Planos e Programas associados ao período de operacionalização?
3. Quais os projetos monitorizados?

Período de operacionalização do Observatório	Instrumentos Planos e Programas	Projetos monitorização
<div></div>	<div></div>	<div></div>

4. Sendo este também, um Gabinete ancorado na ação estratégica da CMO quais as áreas de intervenção?
5. Quais as vertentes associadas as estratégias regionais, dinâmicas regionais e o ordenamento contempla a estratégia do Observatório?
6. Quais ações, contemplam as atividades do Observatório?
7. Como se organiza, no seio da Autarquia de Odivelas?
8. Como esta organizada a estrutura de coordenação do Observatório?
9. Existem laços de cooperação e articulação com outros departamentos?

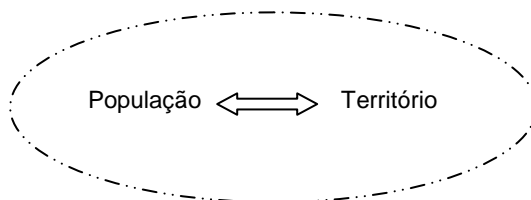
### **Suportes de divulgação de informação**

O documento “ Observatório da Cidade – Panorama do Concelho de Odivelas – Estudo prévio” consiste até agora, no único suporte de divulgação de informação?

10. Preve-se outros suportes de divulgação de informação acessíveis ao público em geral? Quais?

Considerando o relatório “ O Panorama da Cidade de Odivelas ”, um diagnóstico cujo objectivo, é fornecer informação essencial e fiel sobre o Concelho de Odivelas, foram analisados determinantes tendo em conta dois domínios e dimensões de análise:

Dimensões;



Dimensões : Demográfico; Saúde e Protecção social; Educação e formação; Acesso a cultura e lazer, Ordenamento do território e Ambiente.

11. Existe a possibilidade de análise de outro domínio fundamental que são as Instituições?

12. Quais os instrumentos utilizados no âmbito da recolha?

Estado ainda em fase de elaboração, o PDM de Odivelas será o documento onde se irão materializar todas as propostas e estudos efectuados no âmbito do desenvolvimento do Concelho;

13. Qual o papel do observatório na revisão deste PDM?



**ANEXO III - 2º Guião de entrevista à coordenadora do  
Observatório da Cidade 2014 em junho 2015**

1. Denominação técnica dos gabinetes que antecederam o GOC?
2. Quais as áreas afectas aos conselheiros?
3. Principais atividades do GOC desde a sua constituição?
4. Sendo este, o único Observatório instalado num município, quais as competências que lhe são legalmente atribuídas?
5. Qual a estratégia do Observatório?

**ANEXO IV- Inquérito aos residentes do bairro Quintinha da Arroja 2015/2016**

## Inquérito aos residentes


**IGOT**

 Instituto de Geografia e  
Ordenamento do Território

Dezembro 2015

Bom dia/tarde. Exmo.(a) encontro-me elaborar um estudo sobre Sustentabilidade a nível de comunidades locais a ser incluído no Gabinete do Observatório da Cidade. O questionário é breve (5m) e destina-se exclusivamente à preparação de relatório de Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo especialidade em Ordenamento do Território e Urbanismo. Agradeço atenção dispensada

**I. Caracterização do agregado (assinale com x apenas a opção pretendida)**

1.Composição do agregado	Inquerido	Ind.1	Ind.2	Ind.3	Ind.4	Ind.5
1.1 Sexo						
1.2 Idade						
1.3. Parentesco						

1.Cônjuge, 2.Filho, 3.Pai/ Mãe, 4. Avô/ Avó, 5.Outro, 6.Nenhum, 7.N/s, 8.N/r

2. Grau de Instrução							
----------------------	--	--	--	--	--	--	--

1.Não sabe ler/escrever, 2.até 1º ciclo, 3.até 2º ciclo, 4.Até 3º ciclo, 5.Secundário, 6.Ensino Superior, 7.Ns /Nr

3. Situação Profissional							
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--

1. Ativo/com profissão 2. Desempregado 3.Domestica 4.Estudante 5.Reformado/pensionista 6.Outro

4. Profissão principal \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_

**II. Residentes satisfeitos com habitação**

5. É proprietário da habitação onde reside? Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

5.1 Qual a tipologia da sua habitação?

T0		T1		T2		T3		Mais T4	
----	--	----	--	----	--	----	--	---------	--

5.2 Já fez obras, para melhorar o estado de conservação da sua habitação? Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

5.3 Como classifica o estado geral de conservação da sua habitação?

Bom		Razoável		Mau	
-----	--	----------	--	-----	--



## 5.4 Classifique a sua área de residência quanto aos seguintes itens: (assinale com x as opções

	Muito mau	Insuficiente	Suficiente	Bom/ Muito Bom	N/R		Muito mau	Insuficiente	Suficiente	Bom/ Muito Bom	N/R
Tamanho das Assoalhadas						Sítio melhor para criar filhos					
Preço						Proximidade ao Emprego/ escola					
Proximidade a familiares						Transportes nas proximidades					
Barulho/ ruído						Recetividade de telecomunicações					
Boa vizinhança						Mix funções					
Boa construção						Outro Qual? _____					
Disposição solar						N/S N/R					

pretendidas)

## III. Residentes satisfeitos com o seu bairro como lugar para viver

6. Participa ou já participou em atividades associativas? Sim\_\_\_ Não\_\_\_

	6.1 Associação de pais na escola		6.4 Associação cultural
	6.2 Associação de moradores		6.5 Outra, qual? _____
	6.3 Movimentos associativos, Quais? _____		6.6 N/S N/R

7. Indique três aspetos positivos do bairro

7.1-----
7.2-----
7.3-----

8. Indique três aspetos negativos do bairro

8.1-----
8.2-----
8.3-----

9. Costuma utilizar os espaços públicos (Jardins/ Parques)? Sim;\_\_\_ Não;\_\_\_ se sim, há quanto tempo:\_\_\_

9.1 Com que frequência? (assinale apenas uma opção)

Raramente (1 ou 2 vezes por ano)

Uma ou duas vezes por mês

Uma ou duas vezes por semana

Aos fins de semana

Todos os dias

Não sabe/ não responde

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

9.2 Qual o (parque/jardim)? \_\_\_\_\_

10. Classifique o bairro quanto aos seguintes itens: (assinale apenas com x)

	Muito mau	Insuficiente	Suficiente	Bom/Muito Bom	N/R		Muito mau	Insuficiente	Suficiente	Bom/Muito Bom	N/R
Qualidade do espaço público						Segurança					
Equipamentos lazer e de apoio (ex. parque infantil ou casa de banho)						Iluminação					
Equipamentos de desporto						Animação cultural					
Mobiliário Urbano						Limpeza /Lixo/Graffiti					
Acessibilidade por transporte público ou a pé						Conforto urbano					
Acessibilidade por carro						Comércio e serviços					
Estacionamento						Ar/Ruído					

10.1 Como avalia a intervenção da CMO, na reconversão do bairro? \_\_\_\_\_

Indicar numa escala de 1-4 (sendo que 1=Muito mau; 2=Insuficiente; 3=Suficiente; 4=Bom/Muito Bom)

**IV. Medidas importantes para melhorar o lugar onde vive?**

11. Para circular e viver melhor no bairro, que medida propunha? (Escolha no max.4)

11.1 Melhorar oferta/qualidade dos parques públicos		11.7 Farmácia	
11.2 Limpeza da via pública/ Urbana		11.8 Oferta de transportes públicos	
11.3 Melhorar iluminação exterior		11.9 Oferta de creches nas proximidades	
11.4 Patrulhamento policial		11.10 Vigilância noturna	
11.5 Aumentar o parque de estacionamento		11.11 Outro, qual? _____	
11.6 Aumentar nº de Ecopontos		11.12 N/S N/R	

12. Sente-se feliz com o seu bairro como lugar para residir? Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Indicar numa escala de 1-4 (sendo que 1=Nada; 2=Pouco; 3=Razoavelmente; 4=Muito)

13. Sente-se feliz de uma forma geral? \_\_\_\_\_

Indicar numa escala de 1-4 (sendo que 1=Nada; 2=Pouco; 3=Razoavelmente; 4=Muito)

Nº de Inquérito\_\_\_\_\_

Inquiridor\_\_\_\_\_

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Obrigado!

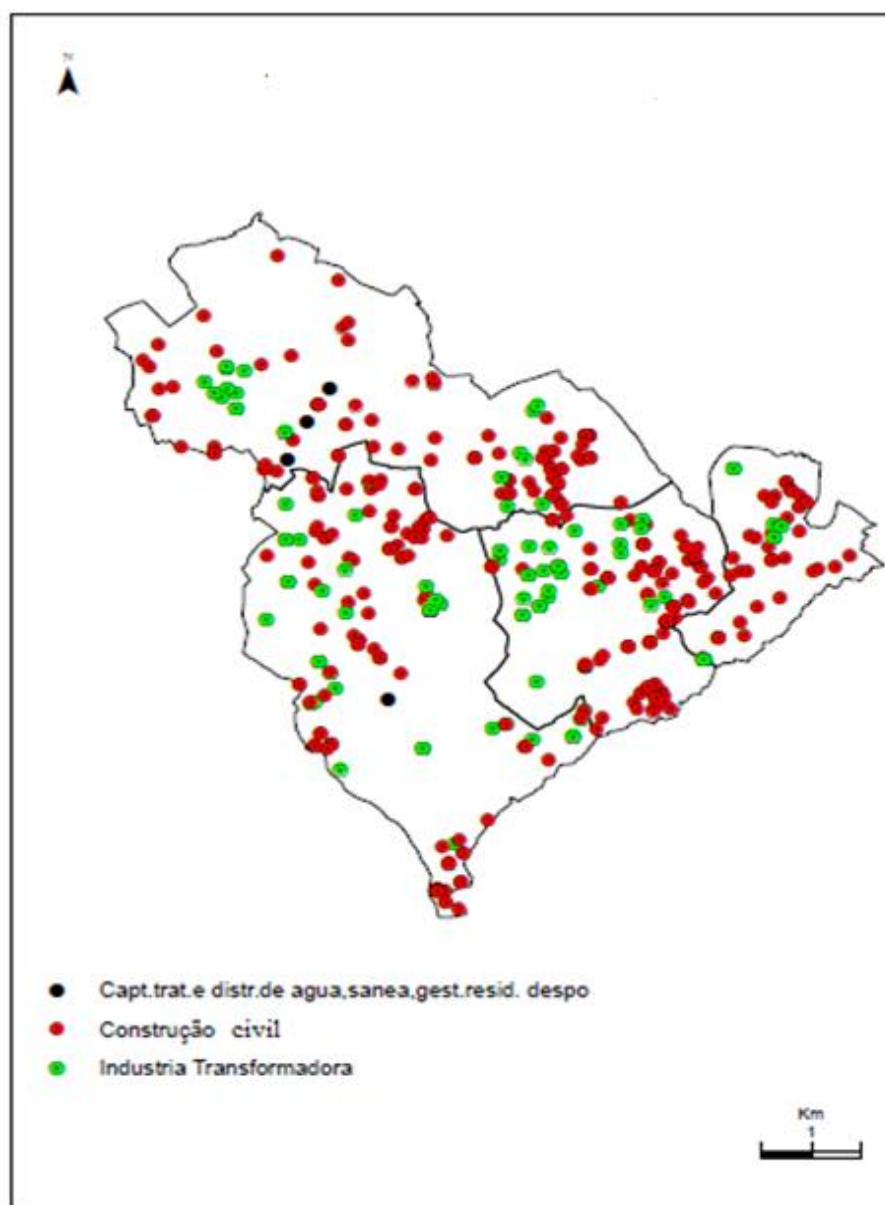
## **ANEXO V- Empresas por setor de Actividade Económica 2012**

*Mapa 1. Empresas do setor Primário, 2012*



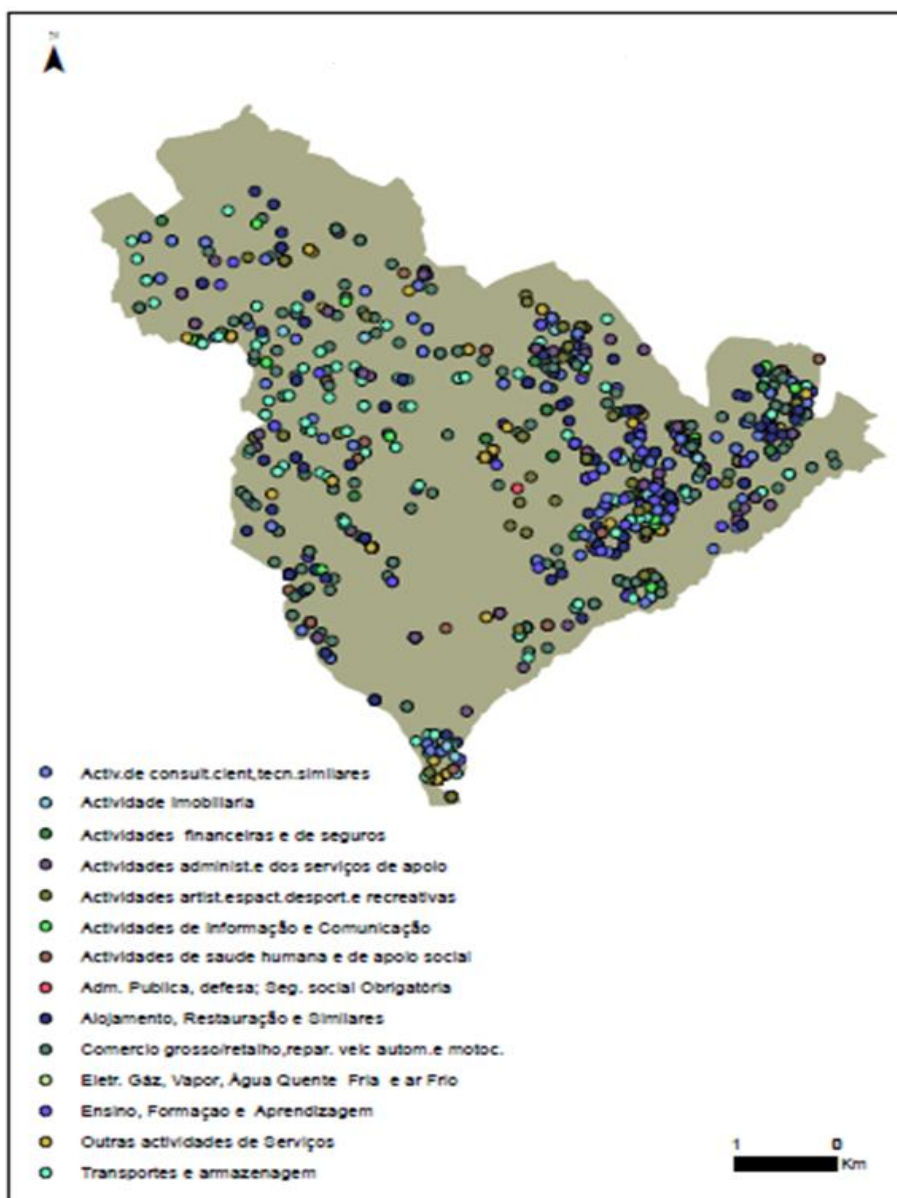
Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (GEE/ME - Quadro de Pessoal 2012), disponibilizado pelo GOC em 2015, elaboração própria.

*Mapa 2. Empresas do Setor secundário, 2012*



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (GEE/ME - Quadro de Pessoal 2012), disponibilizado pelo GOC em 2015 elaboração própria

*Mapa 3. Empresas do Setor terciário, 2012*



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (GEE/ME - Quadro de Pessoal 2012), disponibilizado pelo GOC em 2015, elaboração própria.

**ANEXO VI – Orientação estratégica para o Desenvolvimento Sustentável de Odivelas, Domínios das Comunidades Sustentáveis e os indicadores**



Quadro 1. Relação orientação estratégica e os Indicadores

Sustentabilidade	Domínio das C.S	Indicadores de Sustentabilidade para as Comunidades Egan (2004)	Tema	Indicadores do questionário (2005)
	Ambiente	% De fogos concluídos com a avaliação de M/bom, Excelente	Classificação da área de residência	Estado de conservação
% De residentes preocupados com a poluição sonora		Barulho/ruído		
Habitação e Ambiente construído	% Residentes satisfeitos com a Habitação	Tamanho das assoalhadas		
		Preço		
		Proximidades familiares		
		Boa construção		
		Disposição solar		
		Sítio melhor para criar os filhos		
		Mix funções		
Transportes e Conectividade	% De residentes que consideraram ter acesso fácil aos serviços locais	Proximidade emprego/escola		
	% De fogos com disponibilidade de telecomunicações e Internet	Transportes nas proximidades		
Sociais e Culturais	% De residentes que sentem que o seu bairro/comunidade as pessoas de dão bem	Recetividade de Telecomunicações		
	% De residentes satisfeitos com os serviços culturais (desporto e lazer, bibliotecas, museus, atividades artísticas e estádios, parques e espaços públicos)	Boa vizinhança		
Compromisso	Governança local	% De residentes satisfeitos com os serviços que o seu bairro oferece	Classificação da qualidade do bairro	Utilização de espaços verdes, Jardins e parques
				Tempo de utilização
				Frequência de utilização
				Itens
				Comércio serviços
				Conforto Urbano
				Limpeza/lixo/graffiti
				Animação cultural
				Iluminação
				Segurança
				Estacionamento
				Acessibilidade por automóvel
				Acessib.a pé e transporte público

Continuação...

Compromisso				Mobiliário urbano
				Equipamentos desportivos
				Equipamentos param lazer
				Qualidade do espaço público
				Poluição sonora/ruído
		% De residentes satisfeitos com os serviços em geral	Como avalia a CMO no processo de reconversão do bairro?	
Participação	Transversais	Melhorias importantes para circular e viver no bairro		
		Prioridades em melhorar a área  (poluição, habitação, espaços Públicos, limpeza urbana)	Categorias	Espaço público e equipamentos de lazer
				Saneamento, iluminação e recolha de lixos
				Serviços de saúde, educação e segurança
				Transportes, estacionamento e condições de mobilidade
		% Residentes satisfeitos com o seu bairro como lugar para viver	Sente-se feliz com o seu bairro como lugar para residir?	
		% De população que esta feliz?	Sente-se feliz de uma forma geral?	